

FONTES PARA O ENSINO DA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

ORGANIZAÇÃO

Dilton Cândido Santos Maynard

Mônica Porto Apenburg Trindade

Raquel Anne Lima de Assis

 **EDURE**

FONTES PARA O ENSINO DA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

ORGANIZAÇÃO

Dilton Cândido Santos Maynard
Mônica Porto Apenburg Trindade
Raquel Anne Lima de Assis



Recife, 2022

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – UPE

Reitora: Profa. Dra. Maria do Socorro de Mendonça Cavalcanti

Vice-reitora: Profa. Dra. Vera Rejane do Nascimento Gregório

CONSELHO EDITORIAL DA EDITORA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – EDUPE

Membros Internos:

Prof. Dr. Ademir Macedo do Nascimento

Prof. Dr. André Luis da Mota Vilela

Prof. Dr. Belmiro Cavalcanti do Egito Vasconcelos

Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura

Profa. Dra. Danielle Christine Moura dos Santos

Profa. Dra. Emilia Rahnemay Kohlman Rabbani

Prof. Dr. José Jacinto dos Santos Filho

Profa. Dra. Márcia Rejane Oliveira Barros
Carvalho Macedo

Profa. Dra. Maria Luciana de Almeida

Prof. Dr. Mário Ribeiro dos Santos

Prof. Dr. Rodrigo Cappato de Araújo

Profa. Dra. Rosângela Estevão Alves Falcão

Profa. Dra. Sandra Simone Moraes de Araújo

Profa. Dra. Silvana Núbia Chagas

Profa. Dra. Sinara Mônica Vitalino de Almeida

Profa. Dra. Virgínia Pereira da Silva de Ávila
Prof. Dr. Waldemar Brandão Neto

Membros Externos:

Profa. Dra. Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento - Universidade Tiradentes (Brasil)

Profa. Dra. Gabriela Alejandra Vasquez Leyton - Universidad Andres Bello (Chile)

Prof. Dr. Geovanni Gomes Cabral - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Brasil)

Profa. Dr. Gustavo Cunha de Araújo - Universidade Federal do Norte do Tocantins (Brasil)

Prof. Dr. José Zanca - Investigaciones Socio Históricas Regionales (Argentina)

Profa. Dra. Letícia Virgínia Leidens - Universidade Federal Fluminense (Brasil)

Prof. Dr. Luciano Carlos Mendes de Freitas Filho - Instituto Federal da Bahia (Brasil)

Prof. Dr. Pedro Gil Frade Morouço - Instituto Politécnico de Leiria (Portugal)

Prof. Dr. Rosuel Lima-Pereira - Universidade da Guiana - França Ultramarina (Guiana Francesa)

Profa. Dra. Verónica Emilia Roldán - Università Niccolò Cusano (Itália)

Prof. Dr. Sérgio Filipe Ribeiro Pinto - Universidade Católica Portuguesa (Portugal)

Diretor Científico e Coordenador: Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura

Este livro foi submetido à avaliação do Conselho Editorial da Universidade de Pernambuco.

Fontes para o Ensino da História no Tempo Presente

MAYNARD, Dilton Cândido Santos (org.)

TRINDADE, Mônica Porto Apenburg (org.)

ASSIS, Raquel Anne Lima de (org.)

ISBN: 978-65-86413-91-5

1ª edição, outubro de 2022.

Essa obra foi publicada com o apoio financeiro do CNPq, através do projeto O “Pearl Harbor brasileiro”: O cotidiano em Sergipe na Segunda Guerra (1942-1945), (processo: 433031/2018-2) Chamada MCTIC/CNPq No 28/2018 - Universal/Faixa C e do edital interno n. 01/2021 PROFHISTÓRIA UFS.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução deste livro com fins comerciais sem prévia autorização dos autores e da Edupe.

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
Dilton Cândido Santos Maynard	
FONTES HISTÓRICAS: DEFINIÇÃO E DIVERSIDADE	9
José D’Assunção Barros	
NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE	31
Pedro Carvalho Oliveira	
A ERA DIGITAL E A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: NOVAS FONTES E TRANSFORMAÇÕES	45
Katty Cristina Lima Sá	
A HISTÓRIA DIGITAL E AS METODOLOGIAS PARA FONTES DO TEMPO PRESENTE	57
Diego Leonardo Santana Silva	
FOTOGRAFIA COMO FONTE HISTÓRICA	69
Maria Luiza Pérola Dantas Barros	
USO DE PERIÓDICOS ENQUANTO FONTES DE PESQUISA: MÉTODOS DE ANÁLISE	81
Caroline de Alencar Barbosa	
DESVENDANDO OS ARQUIVOS: UMA PROCURA PELAS FONTES OFICIAIS	93
Raquel Anne Lima de Assis	

DESVENDANDO CAMINHOS PARA ANÁLISE DE FONTES OFICIAIS105

Adriana Mendonça Cunha

**AO SOM DOS ACONTECIMENTOS - A MÚSICA E A MÚSICA
POPULAR BRASILEIRA NO OFÍCIO DO HISTORIADOR 117**

Claudefranklin Monteiro Santos

SOM E NARRATIVA: AS CANÇÕES DE ROCK COMO FONTES HISTÓRICAS129

Mônica Porto Apenburg Trindade

Apresentação

O livro *Fontes para o ensino da história do tempo presente* é o desdobramento do curso de extensão de mesmo nome oferecido pelo Grupo de Estudos do Tempo Presente da Universidade Federal de Sergipe (GET/UFS). A ideia do curso, realizado remotamente entre 06 de outubro e 04 de dezembro de 2020, em plenos dias de pandemia, foi apresentar aos participantes as potencialidades dos usos de diferentes tipos de registros para se estudar e ensinar o tempo presente.

Diante do aumento significativo da demanda pelo presente, por seu estudo e pelo entendimento da sua própria presença no passado, das permanências e rupturas provocadas por aquilo que Pierre Nora denominou de “acontecimento-monstro” que experimentamos nos últimos anos, convidamos alguns pesquisadores a enfrentarem o desafio de refletir sobre como seria possível não apenas pesquisar utilizando determinados tipos de fontes, mas sobretudo como ensinar a partir delas.

O resultado da provocação aparece na dezena de capítulos aqui elencados. Cada um deles, a seu modo, se dedica a oferecer ao leitor orientações básicas sobre como lidar com as fontes **no** e **para** o tempo presente. O quanto isso é relevante? Ora, ao contrário de outros tempos, o presente vivencia a quebra na hierarquia que postulava aos acervos oficiais, e quase sempre ao documento impresso, a primazia na pesquisa histórica. A posição hegemônica antes desfrutada pelos arquivos físicos foi desmontada. E, em lugar de um imenso e coeso território de prédios imponentes, há que se enfrentar um arquipélago de diferentes e inúmeros tipos de registros.

O primeiro capítulo, *Fontes históricas: definição e diversidade*, assinado por José d'Assunção Barros, oferece uma visão panorâmica sobre o tema. Ele situa conceitualmente fontes e ressalta o seu amplo espectro de opções. O texto nos ajuda a pensar as dificuldades que a pesquisa histórica oferece a quem não compreender tal complexidade, que é, também, a maior riqueza a ser apontada nela. Afinal, há várias formas possíveis de se pensar sobre o presente, de rastrear os caminhos da humanidade a partir de registros do passado. Pedro Carvalho Oliveira, no capítulo seguinte, *Notas sobre a história do tempo presente*, se debruça sobre a própria ideia de uma história do tempo presente, buscando delimitar algumas das suas especificidades e apontar os desdobramentos para a reflexão sobre as fontes.

Ao mesmo tempo, o *ethos* do que se entende por fonte histórica foi – felizmente – alargado. Aos periódicos impressos, aos filmes, se juntaram as canções, as fotografias, as fontes eletrônicas, construindo um horizonte expandido que permite aos historiadores (as) novas ferramentas na exploração do passado, que ajudam a refletir melhor sobre o presente.

E, no futuro, o diálogo com as fontes digitais deverá ser ainda mais simplificado. Os textos de Katty Sá, *A era digital e a história do tempo presente: novas fontes e transformações*, e de Diego Leonardo Silva, *A história digital e as metodologias para fontes do tempo presente*, apontam caminhos viáveis para o manejo dos documentos nascidos digitais. A experiência de ambos em pesquisas dedicadas ao estudo dos extremismos na internet contribui para que as situações e sugestões sejam fruto do cotidiano da investigação, não apenas suposições de interessados no tema.

Também como o mesmo intuito, o capítulo *Fotografia como fonte histórica*, de Maria Luiza Pérola Dantas Barros, aborda cuidadosamente o trato com a fotografia na pesquisa histórica. Em se tratando do século XX, as imagens fotográficas ocupam destaque como narrativas imagéticas. Alguns registros, frequentes em livros didáticos, são apresentados como sínteses de determinados acontecimentos. As vantagens e os perigos interpretativos daí decorrentes são discutidos no texto, que certamente colabora para ampliar o repertório de trabalhos auxiliares na análise do nosso tempo.

Os 3 capítulos seguintes exploram fontes um tanto quanto tradicionais, isto é, impressas. E se trata de algo relevante, pois pesquisar a história do tempo presente não corresponde a abraçar uma espécie de fetiche pelo imediato, pela última novidade. Bem longe disso, caminhando em sentido oposto, Caroline Barbosa, no texto *Uso de periódicos enquanto fontes de pesquisa: métodos de análise*, Raquel Anne de Assis, em *Desvendando os arquivos: uma procura pelas fontes oficiais*, e Adriana Cunha, autora de *Desvendando caminhos para a análise de fontes oficiais*, reiteram a riqueza das fontes impressas – periódicos, relatórios, telegramas, cartas etc. – para a investigação histórica da contemporaneidade.

O último bloco oferecido nesta obra explora o universo das canções populares. Ele passa pelo carnaval e pelo rock pesado, em duas abordagens que atestam a pluralidade, a relevância e sobretudo a viabilidade de investir em pesquisas que tomem o universo musical como ponto de partida para tratar da história do tempo presente. No capítulo *Som e narrativa: as canções de rock como fontes históricas*, Mônica Trindade observa as conexões possíveis entre o gênero musical nascido nos Estados Unidos e aspectos da vida política no mundo contemporâneo. Já *Ao som dos acontecimentos – a música e a música popular*, de Claudefranklin Monteiro, dedica seu olhar a manifestações musicais de tendência distinta do rock, mas com igual influência na vida contemporânea.

O caleidoscópio do tempo presente nos oferece nuances diversas. A contínua construção, a incessante necessidade de preencher lacunas, o palimpsesto que registra as reflexões provisórias sobre as trajetórias humanas impele historiadores (as) a atentarem para a produção cultural, pois é em sua diversidade que a humanidade se expressa sobre o tempo que ela experiencia. Como isso ocorre? Quais as transformações e influências resultantes de processos desse tipo? As fontes aqui discutidas podem ajudar a responder. Vamos a elas, então.

Dilton Cândido Santos Maynard
Aracaju, Sergipe, setembro de 2022

Fontes históricas: definição e diversidade

José D'Assunção Barros¹

Meta: Compreender o que são Fontes Históricas, e a diversidade de possibilidades a elas relacionadas.

Objetivo: Apresentar uma definição moderna de ‘fonte histórica’, e criar um quadro que ilustre a sua ampla diversidade.

Pré-requisito: O aluno já deve ter discutido anteriormente a definição de História e desenvolvido concomitantemente uma reflexão sobre as finalidades e utilidades deste tipo de conhecimento, sendo importante que já tenha ficado claro para ele que os historiadores trabalham com o tempo.

Introdução

Neste capítulo, estudaremos o conceito de fonte histórica e, de acordo com este conceito, propor um quadro que possibilite a compreensão organizada da grande variedade de fontes possíveis. O objetivo é apresentar a noção básica de fonte histórica, fundamental para o início de qualquer atividade historiográfica, e discutir a possibilidade de lidar com a ampla diversidade de fontes hoje disponíveis aos historiadores.

1. Professor-Associado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História. Professor-Permanente do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense.

O que são fontes históricas?

Fonte Histórica é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferências, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no presente. As fontes históricas são as marcas da história. Quando um indivíduo escreve um texto, ou retorce um galho de árvore de modo que este sirva de sinalização aos caminhan-tes de certa trilha; quando um povo constrói seus instrumentos e utensí-lios, mas também nos momentos em que modifica a paisagem e o meio ambiente à sua volta –estes momentos, e em muitos outros, os homens e mulheres deixam vestígios, resíduos ou registros de suas ações no mun-do social e natural (BARROS, 2019, p.15).

Este imenso conjunto de vestígios – dos mais simples aos mais com-plexos – constitui o universo de possibilidades de onde os historiadores irão constituir as suas fontes históricas. São fontes históricas tanto os já tradicionais *documentos textuais* (crônicas, memórias, registros carto-riais, processos criminais, cartas legislativas, jornais, obras de literatu-ra, correspondências públicas e privadas, e tantos mais) como também quaisquer outros registros ou materiais que possam nos fornecer um testemunho ou um discurso proveniente do passado humano, da rea-lidade que um dia foi vivida e que se apresenta como relevante para o Presente do historiador. Incluem-se como possibilidades documentais (ou, mais precisamente, no âmbito do que chamamos de *fontes históri-cas*) desde os *vestígios arqueológicos* e outras fontes de *cultura material* – a arquitetura de um prédio, uma igreja, as ruas de uma cidade, os monu-mentos, cerâmicas, utensílios da vida cotidiana – até *representações pic-tóricas*, entre outras fontes imagéticas, e as chamadas fontes da *história oral* (testemunhos colhidos pelo próprio historiador que conduz a inves-tigação historiográfica).

Podemos lembrar ainda que, a partir do século XX, quando a Geo-grafia e a História passaram a atuar mais interdisciplinarmente, mesmo uma paisagem natural passou a ser encarada como uma possibilidade

documental, o que já começa a aparecer nas obras hoje clássicas de historiadores como Marc Bloch (1931) e Fernand Braudel (1984). O mesmo se pode dizer das relações entre a História e a Linguística, que trouxeram os próprios fatos da língua para o campo das evidências históricas, e algo análogo ocorre com as perspectivas que se produziram na confluência entre História e Antropologia, as quais permitem que se abordem como fontes históricas as evidências e heranças imateriais, já sem nenhum suporte físico e concreto, tais como as festas dramáticas populares e os ritos religiosos que se deslocam e perpetuam-se tradicionalmente na realidade social, ou ainda como os sistemas integrados e reconhecíveis de práticas e representações, os gestos e modos de sociabilidade, os bens relacionáveis ao chamado ‘patrimônio imaterial’ (modos de fazer algo, receitas alimentares, provérbios e ditos populares, anedotários, apenas para citar exemplos). As fontes históricas, enfim, não precisam ser materiais no sentido tradicional desta palavra. Atualmente, inclusive, começa a se abrir para o tratamento historiográfico um enorme universo virtual produzido pelos ambientes da Internet. Estes registros virtuais, que serão cada vez mais analisados pelos futuros historiadores como objeto de estudo e abordados como fontes históricas para a investigação sobre temáticas diversas, devem ser vistos como possuidores da mesma qualidade de fontes históricas que os tradicionais documentos registrados no suporte papel.

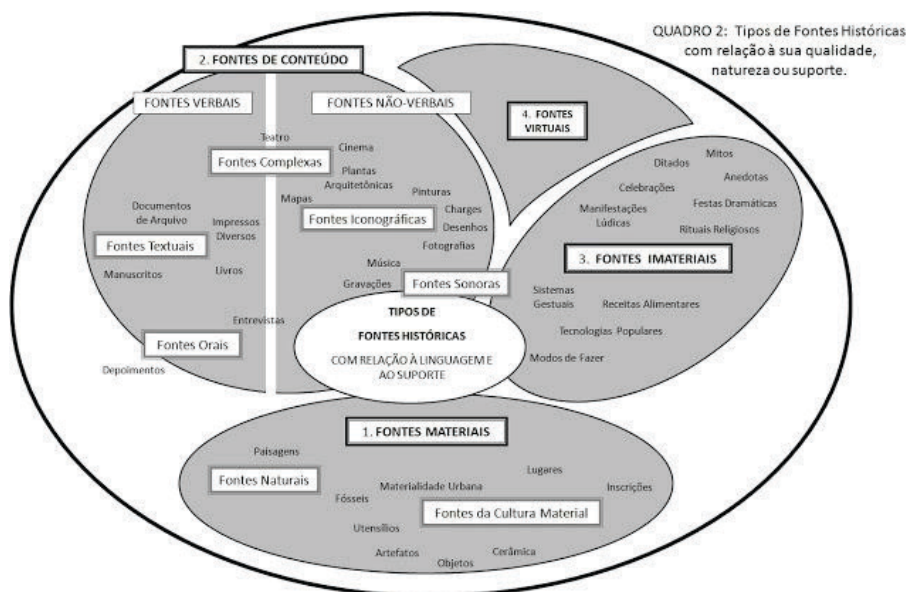
É certo que precisou haver um longo e complexo desenvolvimento historiográfico até que se chegasse ao momento em que, para além dos documentos e fontes concretizadas em papel ou qualquer outro material, fossem também admitidas as ‘fontes imateriais’ como campos de evidências das quais poderia o historiador se valer. De todo modo, pode-se dizer que, na atualidade, não há praticamente limites para um historiador quanto às suas possibilidades de transformar qualquer coisa em fonte histórica. Um repertório de gestos, por exemplo, pode ser revelador de permanências do passado. Lembremos o hábito de cumprimentar tirando o chapéu, que provém do repertório de atitudes medievais: quando

um cavaleiro cumprimentava o outro, tirava o elmo em sinal de que suas intenções eram pacíficas (sem o elmo, peça bélica defensiva, ele manifestava algo como uma proposta de desarmamento). Foram-se as batalhas e os elmos, e veio a galante sociedade oitocentista dos chapéus burgueses. O gesto, contudo, manteve-se incrustado no repertório de atitudes, e mesmo com os chapéus em desuso permanece atualmente como um movimento que toca a testa como que para tirar o “elmo imaginário”. É assim que, em certos hábitos enraizados, expressos na prática comportamental e na vida cotidiana – também aí poderemos ir buscar uma fonte, uma evidência ou um testemunho do passado.

A Variedade de fontes históricas

Conforme vimos até aqui, a variedade de fontes históricas é muito grande: vai desde os objetos de cultura material, ou mesmo do espaço transformado pelo homem, até textos de vários tipos – sejam manuscritos, impressos ou textos digitalizados de todos os gêneros – até materiais produzidos em linguagens que se valem da imagem, como as pinturas e fotografias, ou dos sons, como a música. Tudo, enfim, pode ser trabalhado como fonte histórica. Organizaremos um quadro visual que nos permita compreender de maneira mais organizada essa variedade. O quadro abaixo procurou classificar os vários tipos de fontes históricas em alguns grupos principais, conforme os *suportes e linguagens* que se relacionam a cada tipo de fonte. O *suporte* é aquilo que serve de veículo à fonte histórica. Por exemplo, o texto de um livro, até tempos bem recentes, era necessariamente disponibilizado em um objeto que também chamamos de livro – um caderno de folhas com capa dura no qual foi impresso o texto que será lido. Contudo, hoje em dia, o texto de um livro pode ser transportado através de um suporte virtual, de modo que o texto termina por ser disponibilizado na própria tela de um computador. A *linguagem*, em um sentido mais amplo, refere-se ao sistema de signos que é empregado para transmitir uma mensagem. Por exemplo, usamos uma linguagem *verbal* quando nos comunicamos através de palavras (sendo que essa comunicação pode se dar sob a forma oral ou escrita);

mas também podemos comunicar nossas ideias ou informações de vários tipos através de *imagens* (como ocorre nas pinturas e fotografias), ou *sons* (como, por exemplo, na música). Ao lado disso, também há tipos de fontes originadas por objetos cuja função não é propriamente ou primordialmente transmitir uma mensagem, mas sim servir para uma finalidade prática. O exemplo são os objetos materiais de todos os tipos (que, no nosso caso, trataremos como *fontes materiais*). Um copo, por exemplo, não foi projetado para dizer algo, mas sim para atender à finalidade prática de conter provisoriamente um líquido que será bebido. Os historiadores, no entanto, utilizam todas essas coisas – textos, fotografias, músicas, copos, e inúmeras outras coisas – como fontes históricas, através das quais tentarão compreender um pouco as sociedades e as épocas que as produziram.



O ‘Quadro 1’² foi elaborado de modo a retratar a complexidade das fontes históricas no que concerne aos diversificados suportes (ou

2. Para uma melhor visualização, clique na imagem para acessar seu link.

não-suportes) que a elas estão relacionados. Além disso, procuramos dar conta das linguagens que se entrecruzam com estas possibilidades de suportes. Na organização esquemática proposta, podemos ver três grandes campos de maior destaque, que denominamos respectivamente (1) ‘fontes materiais’, (2) ‘fontes de conteúdo’, e (3) ‘fontes imateriais’. Os tempos recentes, anunciadores e portadores de uma autêntica revolução digital e informática que terminou por se espalhar por todo o planeta, levam-nos a admitir como fontes para a história contemporânea também um universo digital que simplificaremos com a designação ‘fontes virtuais’ (4).

No âmbito das ‘fontes de conteúdo’, conforme se pode observar no quadro proposto, e conforme o que já havíamos aventado anteriormente, concebemos uma partição em dois hemisférios laterais, de modo a melhor ressaltar que de um lado existem as ‘fontes verbais’, amplamente utilizadas pelos historiadores de todas as épocas, e de outro lado as ‘fontes não-verbais’, cujo uso historiográfico tem crescido muito nos tempos recentes. Como o próprio nome já diz, as fontes não-verbais ultrapassam o horizonte da linguagem verbalizada, seja ela escrita ou falada, e alcançam outros tipos de linguagens e formas de expressão, principalmente centradas na exclusividade ou predomínio da ‘imagem’ ou do ‘som’. Ao mesmo tempo, um grupo importante que chamei de ‘fontes complexas’ procura abarcar os gêneros de realizações culturais que reúnem dentro de si mais de uma linguagem. Um grande exemplo desta multiplicidade coordenada de linguagens é o Cinema, já que uma fonte fílmica contém verbalização (falada e escrita), imagem (seja ela em movimento ou fixa das cenografias), e, por fim, o som (sob a forma de música, trilha sonora, sonoplastia e outras). Inclui-se aqui a performance, através do desempenho dos atores, o que implica todo um sistema gestual, modos de expressão diversos, linguagens corporais.

Por ora, vamos nos ater às ‘fontes de conteúdo’. No interior de cada hemisfério (fontes verbais e fontes não-verbais) situamos alguns retângulos maiores, os quais expressam algumas categorias de fontes com relação aos tipos de suporte e à linguagem por elas empregados: escrita,

oralidade, imagem, som. Nas palavras menores, sem quadratura, registramos alguns gêneros de fontes que podem ser agrupados no interior destas categorias mais amplas, ou mesmo entre elas, se considerarmos o caso das fontes complexas. Assim, os manuscritos, documentos de arquivos, livros e impressos diversos acomodam-se ou giram em torno da categoria das ‘fontes textuais’. Mais adiante, veremos que será preciso avançar para outra linha de reflexões, de modo que possamos compreender mais adequadamente as fontes textuais, pois existem diferentes gêneros de textos. Como exemplos de alguns itens relacionáveis a uma diversidade realmente muito grande de distintos gêneros textuais temos os tratados comerciais, processos criminais, ensaios, obras literárias, testamentos, certidões, diários e relatos de viagem. Por enquanto, como o que nos interessa agora é principalmente falar sobre a combinação entre os suportes e as modalidades mais amplas de linguagens (verbal, imagística, sonora, digital), vamos apenas entender as fontes textuais nos termos de divisões mais simples como os ‘manuscritos’ e ‘fontes impressas’ (os ‘documentos de arquivo’ e os ‘livros’, na verdade, não deixam de ser sub-modalidades de fontes impressas, lembrando-se ainda que, nos tempos recentes, surgiu a possibilidade das fontes digitalizadas e disponibilizadas na Internet).

As ‘fontes textuais’, as ‘fontes orais’, as ‘fontes iconográficas’ e as ‘fontes sonoras’ (incluindo aqui não só as ‘fontes musicais’, mas ainda gravações de todos os tipos) podem ser compreendidas como subcategorias das já mencionadas ‘fontes de conteúdo’. Para os historiadores, esta primeira variedade de fontes adquire importância, principalmente, pelo conteúdo que transmitem. Isto posto, é importante considerar que estas ‘fontes de conteúdo’ também podem apresentar um suporte qualquer, ou uma materialidade que permite que o conteúdo seja exposto de uma maneira ou outra. Se não houver um suporte material tradicional, como o suporte-livro ou qualquer outra forma de materialidade impressa, ao menos deve ocorrer ou ser assegurada a ocorrência de um meio de transmissão qualquer para este conteúdo. A oralidade e a virtualidade

são exemplos de transmissores substitutivos de suportes materiais, pois um poema sempre pode ser recitado por alguém que o memorizou, ou transmitido pela Internet.

Conforme já veremos, as quatro modalidades básicas de fontes de conteúdo também implicam em diferentes tipos de linguagens que devem ser bem compreendidas, pois a escrita e a verbalização oral trazem implicações bem distintas quando comparadas àquelas que são trazidas pela imagem ou pela sonoridade. Uma fonte textual, por exemplo, apresenta-se frequentemente em suporte livro, jornal, revista, ou qualquer outro. Nos dias de hoje, conforme já assinalamos, o mesmo texto que está registrado nas páginas de um livro também pode ser transmitido via Internet, adquirindo uma existência virtual, ou pode ser registrado em CDs e DVDs, assumindo uma existência digital. Não obstante, o principal interesse do historiador ao utilizar uma fonte textual costuma ser, essencialmente, seu conteúdo. Ainda que uma reflexão sobre o suporte original de um texto possa ou deva também ser incorporada à análise historiográfica, o conteúdo deste tipo de fonte é prevacente. De igual maneira, podemos apreender direta ou indiretamente cada texto hieroglífico desenhado nas paredes de uma pirâmide, ou que se encontre talvez registrado em um papiro originário do Egito antigo. Em cada um destes casos, o historiador precisará ter consciência de que um determinado suporte pode trazer implicações bastante importantes para a análise historiográfica, embora o principal foco da análise se volte mesmo para o conteúdo, ao menos nos casos em que a mensagem textual for o principal objetivo historiográfico. Ou seja, os historiadores devem considerar em suas análises que há implicações concernentes ao fato de um texto ter sido escrito originalmente no suporte livro, em suporte papiro, nas paredes de uma pirâmide ou em um muro urbano; mas, de todo modo, ainda assim eles poderão aqui analisar textos e imagens que importam muito mais pelo seu conteúdo.

É de fato importante considerar o suporte, em algum nível, para a análise historiográfica. O autor de um grafite clandestino, por exemplo,

precisou materializar a sua mensagem escrita de maneira muito rápida, de modo a não ter corrido o risco de ser capturado pela polícia. O papiro apresenta formas de degradação e preservação distintas do papel moderno, utilizado no livro, e este atende também aos ditames editoriais, que trabalham para transformar o objeto livro em algo atraente para o seu provável consumidor. O suporte, enfim, é importante. Não obstante, não há de fato como negar que, nas ‘fontes de conteúdo’ – como, por exemplo, as fontes textuais – o conteúdo ou a mensagem situam-se diretamente no centro da análise, ao contrário do objeto de cultura material que estiver sendo analisado de um ponto de vista arqueológico, no qual a análise da materialidade ocupa uma posição fundamental na interpretação do objeto.

O suporte, além disso, não deve ser apenas considerado para o caso das fontes textuais. Também a ‘fonte iconográfica’ – uma pintura, por exemplo – é sempre produzida originalmente em um suporte, como é o caso dos ‘quadros’ em óleo sobre tela que afloram na pintura ocidental a partir do Renascimento italiano. Mais ainda: este suporte é único, de maneira que só existe uma única *Mona Lisa* original, produzida em 1503 pelo pintor renascentista Leonardo da Vinci (1452–1519). Entrementes, a verdade é que a imagem da *Mona Lisa* pode ser transmitida através de inúmeras reproduções, e também através dos recursos virtuais dos tempos contemporâneos, da mesma forma que ocorre com um texto. À parte isto, o que nos interessa neste momento é que, essencialmente, quando o historiador se aproxima da *Mona Lisa*, estará analisando principalmente o seu conteúdo imagético, embora em uma pesquisa ou outra possa ocorrer o tratamento desta fonte – no caso, a *Mona Lisa* original — como objeto material.

Consideraremos agora as ‘fontes sonoras’, e um grupo particularmente importante no âmbito destas fontes, que é aquele representado pela ‘fonte musical’. A música pode ser transmitida através de partitura, ou realizada em sonoridade através da gravação em CD que concretiza o registro de uma performance específica. Além disso, a Música – e

performances específicas de uma determinada música – também pode ser passível de transmissão através de meios virtuais, tal como é extremamente comum nos dias de hoje. Analisar historiograficamente as fontes musicais implica conhecer bem esta linguagem que é a Música – compreender o que é uma escala, um acorde, as formas musicais, os diversos gêneros de música e inúmeros outros aspectos.

Temos ainda as ‘fontes imateriais’, representadas na parte direita do ‘Quadro 1’, que de modo geral são aquelas que não admitem o suporte, ou que dele prescindem muito claramente. Um sistema de gestos, uma festa dramática, um ritual religioso, uma prática que sobrevive milenarmente através de suas repetidas variações, ou outra prática que já foi até mesmo tombada como ‘patrimônio cultural imaterial’... Eis aqui alguns exemplos que podem se referir a um tipo de fonte que, rigorosamente falando, não comporta o suporte material. Estas fontes, imateriais por excelência, reatualizam-se a cada momento, e delas podem se valer os historiadores de muitas maneiras, sem que se apresente aqui o suporte, nem obrigatoriamente, nem circunstancialmente. Nada impede, é claro, que alguém filme uma performance de Festa Dramática, e com isso superponha a esta realização específica de uma festa dramática uma nova fonte, audiovisual, que é a mídia onde foi ou será gravada a fonte imaterial. Todavia, agora teremos de fato uma nova fonte, pontual, visual e sonora ao mesmo tempo, gravada no suporte mídia escolhido. Da mesma maneira, podemos facilmente gravar um comediante performando um repertório de anedotas que já fazem parte da cultura popular, e assim por diante. A piada – a fonte imaterial, já integrada a um repertório popular de anedotas que circula na sociedade – deve ser distinguida, é claro, da performance específica desta piada que foi gravada pelo pesquisador. Temos aqui, enfim, duas fontes envolvidas, em superposição: a piada circulante – ‘fonte imaterial’ – e a piada performada, gravada no registro digital em determinado lugar e data.

Ainda a propósito das ‘fontes imateriais’, deve-se registrar que o empenho dos governos modernos em registrar o patrimônio coletivo,

e tombá-lo com vistas à sua preservação, fez com que muitas Constituições, nos diversos países da atualidade, obriguem ou recomendem a criação de ‘livros de registro’ relativos a estas ‘fontes imateriais’. Para citar o caso do Brasil, foi instituído o *Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial*, e com isso surgiram alguns livros oficiais que buscam colocar por escrito algumas sinalizações e referências relacionadas a estas fontes imateriais. Há o *Livro de Registro dos Saberes*, o *Livro das Formas de Expressão*, o *Livro das Celebrações* e o *Livro dos Lugares*. Conforme se vê, aqui se entrecruzam a produção imaterial e estes novos registros ‘textuais-imagéticos’ que foram elaborados para atender à legislação de preservação do patrimônio cultural. O historiador pode então dispor de fontes que se transmitem de forma oral, prática ou performativa, mas que também se acham registradas em impressos produzidos pelos organismos estatais. Compreender esta duplicidade e superposição de fontes performativas e de fontes imateriais, que podem se referir à mesma realização cultural, é muito importante para os historiadores. Assim – à parte a possibilidade de serem cuidadosamente registradas em fontes impressas e digitais que apenas as replicam parcialmente, seja através de indícios postos por escrito ou de uma performance específica que foi gravada — as fontes imateriais correspondem, de fato, a uma diversidade de realizações culturais em potencial que estão circulando pela sociedade através de inúmeras práticas, transmissões orais e performances específicas.

No lado direito do ‘Quadro 1’, situamos no campo das ‘fontes imateriais’ tanto aquelas que são conservadas e transmitidas pela prática e pelo hábito (parte de baixo), como aquelas que requerem performances para se manifestarem mais uma vez a cada instante, tais como os ritos religiosos, festas dramáticas, jogos infantis, narrativas de anedotas ou mitologias (parte de cima). Um sistema de gestos, por exemplo, é incorporado quase que automaticamente por aqueles que usufruem desta forma de expressão e modo de comunicação. Aponta-se com o dedo indicador para sugerir certa direção (e não com o dedo anelar ou mínimo). Acena-se de um jeito ou outro para denotar boas-vindas ou dizer adeus.

Utiliza-se certa combinação ou disposição dos dedos para sinalizar vitória ou para insultar um oponente. Isto é feito automaticamente por aqueles que pertencem a uma mesma cultura, e os historiadores podem tratar estes sistemas gestuais como ‘fontes imateriais’ a serem analisadas.

Com relação às fontes imateriais, quero ressaltar que o esquema proposto tenta resolver visualmente alguns problemas difíceis, concernentes à organização gráfica e à complexidade real relacionada ao que são realmente as fontes históricas. Por exemplo, há músicas – tais como as canções de ninar, os cantos de trabalho, as canções folclóricas de modo geral e aquelas pertencentes às tradições rituais e religiosas – que deveríamos localizar neste setor, uma vez que pertencem a uma tradição circulante e imaterial. No entanto, além de constituir um conjunto indefinido de ‘fontes imateriais’, esta produção musical folclórica também faz parte do universo das ‘fontes musicais’ (ou das fontes sonoras). Por causa disso, no esquema proposto (‘Quadro 1’) fizemos com que ficasse atravessado o retângulo relativo às ‘fontes sonoras’, fazendo-o tocar também neste setor à direita do quadro (as ‘fontes imateriais’). Foi uma tentativa de simbolizar essa possibilidade de imaterialidade da música, que de fato ocorre devido à própria natureza da experiência musical, embora a maior parte das realizações musicais efetivas, geralmente autorais, possa ser perfeitamente considerada ‘fontes de conteúdo’, não-verbais’, enquadráveis nas ‘fontes sonoras’.

As ‘fontes materiais’ (1) constituem um capítulo à parte, com muitas implicações, as quais não poderão ser abordadas todas nos limites deste livro. Conforme já foi dito, as ‘fontes materiais’ devem ser compreendidas como aquelas que são o próprio suporte (os objetos de cultura material), ou que se valem muito demarcadamente de suportes específicos para transmitir mensagens e conteúdos em diferentes tipos de linguagens, em distintos níveis simbólicos, e integrando variadas funções. As ‘inscrições’, por exemplo, apresentam uma mensagem escrita que se mostra inseparável do seu objeto, e um grafite certamente não faz sentido fora do muro que se tornou seu corpo. Enquanto isso, um poema

adquire vida própria fora do livro em que foi publicado pela primeira vez, e pode ser lido em voz alta sem necessitar deste suporte para a sua plena compreensão. De fato, quando ouvimos um poema, é o texto o que realmente importa – a não ser, é claro, no caso muito específico da ‘poesia concreta’, que une o discurso poético a uma certa disposição gráfica que se torna, ela mesma, parte do poema e fornecedora de sentido.

Fontes materiais por excelência são os objetos, os utensílios e artefatos, mas também a espacialidade material, tal como o tecido viário através do qual o historiador pode ler a história da cidade, e também os ‘lugares’, nos quais “se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas, como mercados, feiras, santuários e praças” (CASTRO, 2008, p.17). Quero chamar atenção para um problema importante que concerne à análise das ‘fontes materiais’. No caso delas, a forma material é a questão de primeira ordem, além dos materiais concretos que constituem substancialmente a fonte. Isso não quer dizer, contudo, que esta modalidade de fontes não apresente questões ideológicas, simbólicas e discursivas a serem analisadas. Mostraremos isso a partir de exemplos simples. O primeiro deles refere-se ao fato de que, nos objetos materiais, a forma e a função acham-se particularmente integradas, de modo que é possível analisar uma a partir da outra, o que é particularmente importante para a análise historiográfica.

Pensemos, por exemplo, em uma ponte. Este artefato urbano ou rural — ou este “fixo”, para retomarmos uma terminologia proposta pelo geógrafo brasileiro Milton Santos (1926–2001) – foi idealizado pelos seres humanos para cumprir uma determinada função, e é assim que as pontes reaparecem inúmeras vezes em realizações específicas que assumem, em cada caso, a forma mais apropriada. A forma abaulada de uma ponte, conforme já discuti em outra oportunidade, pode ser compreendida como a materialização de uma função específica que é a própria razão de ser deste objeto. Melhor dizendo, quando uma fonte possui a forma abaulada, isso se dá para atender à combinação de suas duas funções principais: permitir o trânsito de uma à outra margem do rio, e permitir

que, abaixo de si, as embarcações circulem. Se a ponte é de içar, isso significa que, eventualmente, o rio é atravessado por grandes embarcações. Conforme se vê, a mais simples análise da forma de um objeto já permite entrever sua função, pois esta se materializa na própria matéria e formato do objeto. Uma colher foi feita para escavar comida. Um garfo é constituído em seu formato para espetar comida e depois içá-la à boca; da mesma forma que, no formato e nos materiais que constituem uma faca, bem como na presença de um lado cortante, fica muito explícita a sua função de cortar e partir. Os objetos, desta maneira, falam de si mesmos, e de suas funções, através de seus formatos e dos materiais que os constituem. Eles também têm uma história, e devem ser inseridos na série histórica que os redefiniu, além de serem comparados com outros objetos de mesmo tipo presentes na sua contemporaneidade.

As ‘fontes materiais’, a exemplo dos objetos, também falam da ideologia que os justifica e da simbologia que carregam. Não é possível para os indivíduos de inúmeras culturas deixar de olhar para uma coroa — com suas pedras preciosas e seu formato que imita os raios do sol — sem enxergar o simbolismo de poder que ela traz e o ápice de hierarquia que ela representa. Ao olharmos para um exército com muitos uniformes, e identificarmos neles a superposição de medalhas e insígnias de diferentes tipos e cores, também sabemos de imediato que aqueles objetos representam hierarquias, mesmo que não conheçamos exatamente o sistema de sinais neles implicado. As medalhas servem para separar os homens uns dos outros, e agrupar alguns por oposição a outros, terminando por hierarquizá-los. Podemos não conhecer o sistema de condecorações que temos diante de nós, mas somos capazes de reconhecer a sua presença de um só golpe de vista, ao olhar para um desfile militar.

Os exemplos são muito simples, mas ilustram o que os historiadores precisam fazer diante das fontes materiais. Precisam olhar para a forma dos objetos e para a sua materialidade, situá-los em um conjunto sincrônico (objetos que com eles conviveram simultaneamente), localizá-los em uma série diacrônica (a série histórica relacionada ao objeto), e daí

extrair conclusões sobre a sociedade que os produziu, sobre o simbolismo que neles está envolvido, sobre as funções práticas e sociais que o objeto desempenha, sobre as ideologias e hierarquias que ele denota. As fontes materiais, além disso – tal como o próprio lixo derivado das atividades corriqueiras do dia a dia em qualquer sociedade – são eloquentes registros de uma vida cotidiana que pulsa nas suas mais diversas atividades, revelando a variedade de hábitos presentes em uma cultura, os padrões de consumo, aquilo de que os indivíduos deixaram no lixo se alimentavam, os tipos de roupas que utilizavam, o seu nível de riqueza no interior de uma sociedade desigual, e mesmos as características pessoais e singulares de cada indivíduo. Não é à toa que, ao apurarem o que existe em uma cena de crime, ou ao investigar a vida pessoal de determinado suspeito, os investigadores criminais costumam dedicar especial atenção ao que foi deixado na lata de lixo. Os historiadores, ao seu modo, também costumam fazer isso; mas seu lixo costuma ser constituído pelos objetos arqueológicos deixados debaixo da terra, pois estes frequentemente são o lixo que foi deixado por sociedades e antigas civilizações que já desapareceram. Não obstante, mesmo ao analisar o lixo deixado em sua cidade no tempo presente, um historiador pode tirar conclusões e fazer verdadeiros inventários de uma vida material e cotidiana.

No ‘Quadro 1’, situamos ainda, no interior do sombreado pertinente às ‘fontes materiais’, uma categoria de fontes que começou a ser muito considerada pelos historiadores a partir do século XX, e que chamei de ‘fontes naturais’. Uma paisagem, um campo de cultivo, a natureza interferida pelo ser humano, passaram a ser possibilidades importantes de fontes históricas para os historiadores modernos. No esquema, podemos ver que os fósseis constituem fontes peculiares: situam-se a meio caminho das fontes naturais e dos objetos de cultura material. Os ossos e crânios humanos, por exemplo, costumam ser transformados em objetos de museu, e ali poderão ser consultados ou servir de estudo e entretenimento para olhares curiosos. Da mesma maneira, o organismo que é fossilizado — o esqueleto de um dinossauro, por exemplo — torna-se depois

um objeto de cultura material exposto no mesmo museu. Podemos lembrar ainda que os ossos de animais também podem ser transformados pelos seres humanos em armas ou utensílios, de modo que, ao olhar para um osso fossilizado, devemos entender a possibilidade de pensar nele como um resíduo da natureza ou como um resíduo cultural. Devemos enxergar no osso a Natureza e o Homem, bem como a sua interação. Inversamente, o objeto de cultura material produzido por uma civilização antiga – um machado, uma roda, um arco com suas flechas – pode retornar ao mundo material da natureza, e depois, séculos mais tarde, pode ser finalmente resgatado das camadas de terra que o separam de nós para ser catalogado arqueologicamente – gerando, então, uma imagem em um ‘catálogo’, que constitui simultaneamente um texto escrito e imagético. Após ser filmado, fotografado, medido, anotado e registrado arqueologicamente no que concerne às suas características, circunstâncias e posição no sítio em que foi encontrado, o objeto pode ser depois conduzido a um museu, onde terminará por ter um destino similar ao esqueleto do dinossauro.

No ‘Quadro 1’, no âmbito das ‘fontes de conteúdo’, podemos ainda ver uma modalidade atravessada entre as ‘fontes verbais’ e as ‘fontes não-verbais’. As ‘fontes complexas’ referem-se a combinações que não podem ser desconsideradas. Temos fontes que constituem imbricamentos entre duas categorias – como a cerâmica, que é objeto de cultura material mas também fonte imagética – ou entre muitas categorias, como o Cinema, que nos oferece uma fonte que agrega um universo de realizações que inclui a linguagem verbal, imagética e sonora. Obra necessariamente coletiva – tanto em sua produção como em sua recepção – e multidiscursiva, incorporando as demais artes e um grande número de práticas tecnológicas, o Cinema também produz registros em suportes diversos; O roteiro que sintetiza a obra e a prepara para a performance, o filme que se mostra como produto final e depois atinge as telas para exibição coletiva, a película original e o DVD que a multiplicará em objetos culturais vendáveis, o arquivo virtual que poderá circular pela Internet

e em aplicativos variados, fora toda a cultura material produzida nas filmagens através de aspectos como a indumentária e cenografia, ou ainda o material posteriormente elaborado para a divulgação e apresentação do espetáculo cinema (cartazes, folhetos, óculos 3D). O Cinema é a complexidade por excelência. Onde situá-lo, para adequá-lo a um arranjo mais simples?

Por fim, em um pequeno triângulo à parte (4), situamos as ‘fontes virtuais’. Geradas pela Internet, as fontes virtuais podem conduzir textos e imagens, e haverá um momento em que talvez se tornem aptas a conduzir informações que permitam a “impressão” de um objeto de três dimensões. Quando um site expõe virtualmente um texto, estamos diante da fonte virtual, mas também da fonte textual que a nós se apresenta e que, facilmente, poderia ser reconduzida às páginas de um livro impresso. Podemos vislumbrar no mesmo site a imagem de uma pintura de Leonardo da Vinci ou de Pablo Picasso, e também poderemos tê-las no instante seguinte se apertarmos o comando que aciona a impressora ligada ao computador. No universo tecnológico atual, enfim, é possível um trânsito imediato entre o virtual e o impresso, e deste àquele, através do recurso de *scanner*. Se aderirmos à imaginação da ficção científica, talvez se torne mesmo possível o trânsito entre o material e o virtual – e o registro rigoroso da combinatória de padrões que constituem um indivíduo vivo poderá um dia se abrir a possibilidades como o teletransporte, no qual o material se transforma em virtual e depois é reconvertido ao seu estado material de origem. As fontes virtuais, desta maneira, constituem um caso à parte porque ampliam as possibilidades de conversão e reconversão de fontes textuais, sonoras, imagéticas, materiais e mesmo naturais.

A partir deste momento, poderíamos desdobrar novas classificações e diferentes tipos de fontes históricas. As fontes materiais e imateriais geram cada qual suas divisões de categorias. No âmbito das ‘fontes de conteúdo’, podemos lembrar, por exemplo, a impressionante variedade de tipos de fontes históricas que é abrigada apenas no interior da categoria das ‘fontes textuais’, que atrás apresentamos como uma categoria

especial entre as ‘fontes de conteúdo’, a qual tem sido de longe, até hoje, a mais utilizada pelos historiadores: a ‘fonte textual’. Como dissemos, as ‘fontes textuais’ são as fontes verbalizadas que encontram registro em alguma linguagem escrita (pois podemos pensar em fontes verbalizadas orais, transmitidas exclusivamente através da fala). No entanto, entre os textos escritos, existe uma imensa variedade de diferentes gêneros textuais que implicam, cada qual, seus próprios padrões de lidar com a linguagem, seus próprios objetivos e funções, bem como diferenciados tipos de leitores que são atingidos por cada um destes gêneros. Penetramos, aqui, em um novo critério, a *natureza do texto*, ou o que convencionaremos chamar *gênero do discurso*.

Não é objetivo deste texto discutir cada um destes diferentes gêneros textuais. No entanto, podemos de antemão sinalizar que, de fato, as fontes textuais das quais se pode valer um historiador abarcam um grande conjunto de possibilidades. Como exemplo de algumas dentre aquelas que habitualmente se prestam mais à análise qualitativa do que à serialização, podemos citar crônicas, narrativas, poemas, literatura de ficção, prosa moralística, obras historiográficas, ensaios, tratados técnicos. Bem um grande número de outros tipos de fontes que podem ser encontradas nos arquivos, tais como textos legislativos, registros cartoriais ou paroquiais, testamentos, inventários, processos judiciais, documentos comerciais, jornais, e tantos outros. Enfim, tem-se aqui toda uma rica diversidade de tipos de documentos e fontes textuais que, apesar de tão diferentes uns dos outros, têm em comum a utilização da linguagem escrita (e não a falada, a pictórica, etc.). Posto isto, é preciso considerar que – apesar deste ponto em comum que é o suporte fundado no discurso transmitido através da escrita – cada tipo de fonte textual apresenta um sistema de comunicação que lhe é próprio, e que não pode ser imprudentemente confundido com os demais. A linguagem poética, por exemplo, é radicalmente distinta da linguagem legislativa. Além disto, um e outro destes gêneros textuais podem atender a objetivos bem específicos: enquanto o objetivo da poesia é entreter ou comover (e outras coisas mais)

– a partir de um código muito especial que é o do discurso poético, e através de uma forma baseada em estrofes e versos – já o objetivo de um documento legislativo é regulamentar a vida jurídica, para o que se requer um discurso com um certo tipo de precisão e objetividade, enquanto que carregado de certa dose de solenidade e hermetismo jurídico. Do mesmo modo, a prosa de ficção irá se distinguir de uma crônica com pretensões historiográficas, ou mais ainda de um registro da administração pública. Assim, cada gênero textual é bem diferente um do outro, embora todos os tipos de textos possam estar situados naquela categoria que, no quadro anterior, chamamos de fontes textuais.

ATIVIDADE

Vamos colocar em prática o que aprendemos neste capítulo? Em primeiro lugar, observe o ambiente à sua volta, e procure identificar diferentes tipos de fontes que poderiam ser utilizadas pelos historiadores. Faça uma lista, ainda sem ordem, e depois tente situá-las no interior do quadro de classificação que foi proposto. Escolha também algumas fontes materiais (objetos) e, em um segundo momento, reflita sobre elas — como se fosse um historiador que observa antigos objetos encontrados em uma expedição arqueológica — tentando extrair conclusões sobre o que diz esse objeto acerca da sociedade que o produziu.

Comentário sobre a atividade:

A atividade proposta o levará a perceber que tudo, à nossa volta, é fonte histórica — desde os textos escritos de todos os tipos e as imagens que nos são expostas através de fotografias e cartazes, até as músicas que escutamos ou os objetos materiais que nos cercam, e até mesmo os ambientes em que nos encontramos. Ao mesmo tempo, ao classificar os diferentes tipos de fontes de acordo com o quadro que foi proposto neste capítulo, você será levado a refletir sobre o que os diversos tipos de fontes podem ter em comum em algumas situações, e que certos grupos de fontes contrastam em relação a outros grupos de fontes históricas. Esta comparação também

o levará a perceber que os diferentes tipos de fontes oferecem distintas possibilidades aos historiadores, a exemplo do tipo de texto que pode ser encontrado em um jornal, de um livro de literatura, dos textos que estão nas mensagens de *WhatsApp*, das fotos do *Instagram*, ou quaisquer outros. Na segunda parte da atividade, já relacionada mais especificamente às fontes materiais, você poderá colocar em prática o que aprendeu sobre como os objetos de vários tipos falam aos historiadores através das suas formas, funções e materiais de que são feitos. Você perceberá que esses três aspectos são frequentemente articulados: um determinado objeto possui certa forma porque ela favorece o desempenho de determinada função.

Conclusão

Se os historiadores podem trabalhar em arquivos, conforme veremos em um dos capítulos deste livro, eles também podem atuar nos mais diferentes tipos de ambientes, pois as fontes históricas estão à sua volta nas suas mais diversas formas. É possível tentar entender uma sociedade examinando um texto escrito por um habitante desta sociedade remota no tempo. Entretanto, também é possível tentar entendê-la simplesmente examinando os objetos produzidos por ela. Os historiadores, além disso, não precisam somente estudar sociedades que já desapareceram ou tempos antigos. Eles também podem voltar seu olhar historiográfico para a própria sociedade e época que habitam, estudando o tempo presente. Por isso, quando aprendemos a tirar conclusões sobre uma determinada sociedade através das fontes que ela produziu — textos, objetos, músicas, imagens — também aprendemos a compreender nossa própria sociedade. Podemos olhar para os textos e objetos do tempo presente com atenção historiográfica e tentar entender nossos próprios contemporâneos, na sua grande variedade de tipos e contextos políticos e sociais.

Resumo

Neste capítulo, discutimos inicialmente o conceito de fonte histórica e, a seguir, mostramos um pouco da variedade de tipos de fontes históricas

com as quais podem lidar os historiadores. Além das próprias fontes textuais — que abarcam os tipos mais variados de textos, as fontes históricas vão desde os objetos materiais de diversos tipos às fontes que podem ser compreendidas como imateriais, por serem transmitidas através da tradição (ou pela oralidade, ou através de práticas que se propagam em uma sociedade, a exemplo dos rituais religiosos ou das receitas culinárias).

Referências bibliográficas:

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2.ed^a. São Paulo: Contexto, 2008.

BARROS, José D'Assunção Barros. **Fontes Históricas: Introdução aos usos historiográficos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Trad.: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BLOCH, Marc. **Les Caracteres Originaux Le l'Histoire Rurale Française**. Paris: A. Colin, 1931.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

CASTRO, Celso. **Pesquisando em Arquivos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Notas sobre a História do Tempo Presente

Pedro Carvalho Oliveira¹

Meta: Apresentar o que é História do Tempo Presente.

Objetivo: Discutir a História do Tempo Presente como área do conhecimento histórico.

Pré-requisito: Ler sobre a experiência metodológica própria ao campo do conhecimento em questão, abordada nos textos anteriores.

Introdução

A História do Tempo Presente (HTP) é uma área do conhecimento histórico. Ao contrário do que muitos pensam, não se trata de um mero recorte temporal mais recente do que a História Contemporânea. É possível que alguns pesquisadores estejam fazendo uma história do presente, ou mesmo sobre o presente, sem, contudo, estarem trabalhando com a HTP. Sendo uma espécie de subárea da história, é dotada de particularidades que precisam ser consideradas, pois, caracterizam-na, fornecem-lhe identidade própria. Em linhas gerais, a HTP se ocupa de examinar e narrar a densidade do presente, compreendido como uma das etapas da longa duração. É sobre isso que falaremos neste capítulo.

1. Professor colaborador do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutor e Mestre em História pela UEM. Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET) da Universidade Federal de Sergipe e do Laboratório de Estudos do Tempo Presente (LabTempo) da UEM. Email: pedro@getempo.org.

Algumas breves definições

O historiador francês François Dosse (2012) classifica a HTP como sendo uma área do conhecimento histórico que se interessa pelo que ocorre na intersecção entre o presente e a longa duração, almejando apresentar uma narrativa sobre este tempo e suas singularidades. Ou seja, a HTP se ocupa de analisar os desdobramentos dos processos humanos no presente, enquanto eles ainda estão ocorrendo, de forma contemporânea ao historiador. Contudo, os profissionais dedicados a esta área devem considerar o presente como uma etapa da longa duração, sendo assim permeado por marcas de um passado que não está morto e enterrado. O entendimento geral é o de que os acontecimentos, comportamentos e os fenômenos do presente têm origem em um período anterior.

Pensemos, por exemplo, as relações hostis entre o governo dos Estados Unidos, liderado por Donald Trump, e o governo da Rússia, sob a tutela de Vladimir Putin, cujas faíscas decorrem da forma como ambos desejam posicionar seus países no cenário internacional. Embora estas relações tenham uma face própria desde 2016, oscilando entre momentos de tensão e de apaziguamento, elas possuem relação profunda com a dinâmica da Guerra Fria, na qual EUA e União Soviética disputavam territórios ao redor do planeta. A mentalidade² de cada uma das sociedades envolvidas neste cenário não se modifica rapidamente: muitos estadunidenses e russos ainda olham uns para os outros influenciados pelas narrativas do passado, onde identificavam seu adversário como um vilão, um inimigo a ser combatido. A permanência dessa mentalidade, renovada no presente, é passível de se tornar objeto para a HTP.

2. Neste capítulo, utilizaremos várias vezes o termo mentalidade. Devemos deixar claro que, ao fazê-lo, estamos nos referindo às noções propostas por historiadores como Jacques Le Goff, George Duby e, de maneira mais sistemática, Roger Chartier, para uma História das Mentalidades, na qual o estudo das mentalidades emerge como um exame dos modos de pensar e sentir dos grupos humanos, nos quais encontramos sistemas de crenças, valores, símbolos e representações próprias de uma sociedade em uma determinada época.

Outra ilustração: o comportamento racista atinge todos os países da América Latina, colonizados pelos europeus e onde a mentalidade europeia própria ao período colonizador (branca e escravista) foi hegemônica durante séculos. Por conta dessa duração, essa mentalidade se estruturou de forma tão sólida que, por vezes, nem sequer conseguimos perceber que estamos a reproduzi-la em nossa cultura. Eis a razão pela qual, ainda hoje, em pleno século XXI, o racismo continua a atingir negros e indígenas da região, pessoas que sofrem diariamente com violência física ou verbal. Não se trata de um comportamento novo, mas sim de um comportamento que se transforma e é adaptado ao presente. Como e por que algo originado no passado está ainda presente? Eis uma indagação pertinente para a HTP.

Nos últimos anos, observamos o crescimento vertiginoso do interesse dos jovens por referências indumentárias, culturais e artísticas vigentes em décadas anteriores. A década de 1990 e sua estética tem atraído o interesse destes indivíduos de forma semelhante à que ocorria com os jovens dos anos 2000 em relação aos anos 1980. Este fenômeno parece se repetir de tempos em tempos, quando as pessoas se voltam ao passado como uma referência para o seu presente, sobretudo em momentos de crise, sejam elas econômicas, políticas, sociais ou culturais. Por que esse fenômeno parece insistir em ocorrer?

François Bédarida (2006), um dos fundadores da HTP, nos diz que a HTP se preocupa com a presença do passado, daquilo que insiste em continuar em nosso tempo e o que possibilita isso. Portanto, se constitui como um campo do conhecimento que deve considerar esse problema para examinar e narrar o presente, este tempo tão insólito, inacabado e precário, onde nos localizamos muito próximos dos objetos de nosso estudo. Sobre eles, discorreremos mais detalhadamente a seguir.

Objetos e problemas

A HTP surge em um momento de agudas transformações na história, tanto no ofício, quanto nos processos humanos coletivos. As décadas de 1960 e 1970 foram de grande ebulição sociopolítica e cultural na Europa:

o Maio de 1968, a Primavera de Praga e a Crise Mundial do Petróleo eram sintomas de um estremecimento das estruturas estabelecidas. De um lado, as democracias liberais se viam fragilizadas e, de outro, a dinâmica da ocupação soviética no Leste europeu era amplamente questionada. O receio do mundo quanto às tensões entre os Estados Unidos e a União Soviética levava a um esgotamento psicológico das populações afetadas, ansiosas quanto a possíveis desfechos sombreados pela ideia de uma guerra nuclear.

É neste período que a história, o ofício, modifica diretrizes que regiam suas práticas na França. O perfil oriundo da Escola dos Annales passa por transformações importantes, por meio das quais a história se aproximou da etnografia antropológica, que propunha uma leitura dos objetos a partir de um menor distanciamento. A cultura, a mentalidade e as práticas sociais do cotidiano ganharam espaço para conhecer mais de perto os movimentos humanos, aquilo que estava nas bases das grandes estruturas e que possibilitava a sua movimentação. Esse processo deu origem ao que François Dosse (1994) chamou de “história em migalhas”: uma fragmentação da história, que se deteve a casos particulares capazes de explicar totalidades — ou ao menos de buscar isso.

No caso da França, o interesse dos historiadores que fundaram o Instituto de História do Tempo Presente (*Institut d'histoire du temps présent*) em 1978 era conhecer a mentalidade francesa em torno da ocupação nazista da França entre 1940 e 1944. Este processo, que se deu sob um intenso colaboracionismo dos franceses, resultou na criação do Estado de Vichy e na traumática presença dos alemães no território francês com a anuência de grande parte da população, que preferia não resistir a sofrer retaliações. Ao mesmo tempo, a participação dos franceses na perseguição aos judeus – que remetia aos tempos do Caso Dreyfus³, no século

3. O Caso Dreyfus é como ficou conhecido o processo de denúncia, julgamento e condenação de Alfred Dreyfus, capitão do exército francês acusado de espionagem e traição ao ter supostamente dado acesso a informações sigilosas aos alemães no final do século XIX durante disputas militares, o que resultou na perda de territórios para a Alemanha. O caso foi

XIX, e a um forte antissemitismo presente na França – foi questionada criticamente. A proposta era conhecer a mentalidade francesa, colocá-la diante de um espelho para que esta pudesse lidar com o trauma, a fim de que episódios como aqueles não voltassem a se repetir.

Por surgir como uma demanda para sanar os traumas da Segunda Guerra Mundial e da chegada dos fascistas ao poder na Europa, esses temas são bastante frequentes na HTP. Tendo surgido nos anos 1970, a descolonização da África e da Ásia e a responsabilidade dos países europeus no imperialismo colonialista também emergiram como temáticas privilegiadas. Naquele contexto, o testemunho oral e a memória tinham papel proeminente nas análises, servindo como fontes. Isso se tornou viável justamente pela influência que a antropologia exercia naquele momento sobre a história.

Podemos dizer seguramente que os objetos e problemas particulares à HTP são aqueles que fazem parte do presente dos historiadores. Nos anos 1970, eles se apresentavam de uma forma específica. Hoje, suas formas são outras. O que não pode ser abandonada é a contemporaneidade entre os processos e os historiadores, e a necessidade de se olhar para o presente, considerando suas singularidades, mas atentos a este tempo como parte de um percurso que traz elementos de outros momentos. Por sua lógica, o trabalho com o presente é considerado por muitos como problemático e inviável.

A HTP é viável?

É comum ouvirmos que a história é um ofício que se ocupa do passado. Marc Bloch (2001), por sua vez, nos diz que a história se ocupa das ações humanas no tempo, esse tempo que não é especificado. Sabemos que é necessário haver um distanciamento, mas esse não precisa ser definido por

acompanhado por reportagens inflamatórias na imprensa, discussões efusivas pela opinião pública e grande parte da população francesa, todos tomados por um forte antissemitismo. O fato de Dreyfus ser judeu levou a uma grande onda de ódio por parte dos franceses, não apenas em relação a ele, mas também a outros judeus. Após anos preso, Dreyfus foi solto após ter ficado comprovado que não cometeu os crimes dos quais fora acusado.

séculos. Tampouco a HTP se interessa em ocupar-se daquilo que chamamos de “imediato”, ou seja, algo supostamente inédito e até então inexistente. Para pensarmos a viabilidade da HTP, devemos ter isto em mente.

Quando falamos em presente, não estamos necessariamente nos referindo ao que está acontecendo aqui e agora. O conceito de presente, para os fins da nossa discussão, é elástico e pode ser interpretado tanto como o lugar que ocupamos no tempo, quanto como aquilo que está presente. As discussões sobre a independência da Catalunha ou sobre a redução da cultura indígena na sociedade brasileira são candentes hoje, mas têm origens em tempos distantes. Como esses problemas se renovam e se fazem presentes hoje? Quando respondemos a esse questionamento, por norma encontramos especificidades próprias às ocorrências do presente. Assim, podemos ser capazes de representá-lo por meio de uma narrativa.

Existem sim algumas desvantagens. Ao contrário dos colegas que estudam objetos localizados no passado – e quanto mais remoto for o passado, maior a vantagem –, não temos as benesses de saber o que se iniciou e se encerrou em um determinado recorte temporal. Quem analisa o comportamento político durante as chamadas revoltas nativistas no Brasil sabe como as coisas se iniciaram e, em parte, como terminaram. Evidentemente alguns detalhes precisam ser considerados, mas o passado já aconteceu. Boa parte do material do qual necessitam os historiadores para representá-lo já existe. No presente, os processos ainda não se encerraram. Isto gera uma certa precariedade que, segundo Bédarida (2006), não deve ser um impedimento para se examinar o presente. Embora provisório, ele é o lugar onde a história está acontecendo.

Outro problema pode ser o da objetividade. Alguns historiadores fazem objeções aos estudos da HTP porque a presença dos historiadores no tempo que averigüam não permitiria o distanciamento necessário entre esses profissionais e os seus objetos. Com isso, suas paixões interfeririam diretamente em seus estudos. Embora Pierre Nora (1976) e Jean Lacouture (1978) afirmem que a HTP vem para sanar problemas contemporâneos, é imperativo seguir o rigor histórico e compreender

que “sanar feridas” não deve ser confundido com dar rumos aos acontecimentos de acordo com os interesses particulares dos profissionais da história. Ao mesmo tempo, argumentam que todos os historiadores, mesmo os que trabalham com o passado, estão situados em um presente e este fato impede qualquer objetividade de ser plena. Afinal, seu olhar será um olhar que partirá do presente, das concepções que o historiador possui neste tempo. O cuidado deve ser o mesmo, não importa se em relação ao passado ou ao presente.

O livro “A Estranha Derrota”, de Marc Bloch (2011), não é apenas um exemplo sobre como a HTP é viável, mas também um modelo para a viabilidade deste campo. No livro, Bloch analisa a derrota da França na Segunda Guerra Mundial e a posterior ocupação do país pelos nazistas. Sua intenção é entender por que os franceses resistiram tão pouco à presença nazista e o que dentro daquela sociedade facilitou o colaboracionismo dos seus contrerrâneos. Narrando aquilo que vivia (a França ainda estava ocupada quando ele escreveu o manuscrito, que somente foi publicado na década de 1970), Bloch costurava o presente com o passado, num exercício que se mostrou fundamental para a HTP, a fim de responder a um inquietante questionamento, procurando uma resposta que deveria impedir o prolongamento de catástrofes como aquela.

É necessário revogarmos a ideia de que presente e “imediato” são a mesma coisa. Assim, compreenderemos com maior facilidade as possibilidades de estudos do presente, inclusive por meio da HTP. Esse campo não abandona as metodologias que garantem a efetividade de uma análise histórica responsável; ao contrário, as reforça buscando sua consolidação. Desse modo, nos afastamos dos preconceitos que atribuem a HTP ao jornalismo e à sociologia – como se essas áreas fossem menos importantes –, reforçando seus problemas. Afinal, estudar o passado não é garantia de que daremos conta de todos os problemas existentes em nosso ofício. As lacunas não deixarão de existir, algumas impossibilidades se manterão e nosso objetivo de lidar com isso deve permanecer intacto.

Inserido no mesmo contexto em que está seu objeto, o historiador da HTP retoma uma forma de trabalhar que nos remete a Heródoto e Tucídides, que observaram os eventos por eles narrados – as Guerras do Peloponeso. Evidentemente, a operação sobre a história é outra, organizada a partir de e contrariamente a várias premissas surgidas e apagadas com o tempo dentro do nosso ofício. Essa contemporaneidade, que nos permite fazer a sociedade se confrontar com sua mentalidade aqui e agora, é uma distinção fundamental do nosso campo.

Outra distinção é que, por sermos contemporâneos aos nossos objetos, podemos sofrer a intervenção de agentes históricos que, junto a nós, vivenciam os processos analisados e possuem visões particulares sobre eles, visões essas que podem se contrapor às nossas de maneira mais incisiva. Esses agentes podem nos questionar sobre nossos objetivos, rejeitar nossas impressões e contestar nossas análises, inclusive pessoalmente. Não é incomum ouvirmos relatos de profissionais dessa área alegando terem sido interpelados por pessoas que participaram ativamente de processos por eles analisados. Esse não é um problema vivido por quem examina o Brasil colonial ou a Mesopotâmia de milênios atrás. Os personagens de lá já não estão mais entre nós. No máximo, nossos colegas podem ser indagados pelos seus pares quanto ao trabalho, num exercício tão comum quanto necessário entre historiadores. Os personagens do presente não apenas estão vivos como podem nos confrontar sobre nosso trabalho, sobretudo porque suas memórias sobre os fatos estão vivas. Isso pode ser um problema, porém também um ponto positivo: como qualquer documento, a memória, mesmo equivocada ou cheia de lacunas, nos servem de matéria-prima para nosso ofício. É, sem dúvidas, um caminho profícuo ao conhecimento das mentalidades, sejam culturais, políticas, sociais ou de qualquer outro tipo.

A HTP e suas fontes

Já que estamos falando de uma área da história que estuda o presente, devemos deixar claro que a HTP lida com fontes próprias a este tempo. Da mesma forma que é impossível estudarmos as relações sociais

no Egito antigo a partir das redes sociais virtuais, não podemos estudar o comportamento humano no ciberespaço a partir de pergaminhos egípcios. O presente deve ser investigado a partir do que lhe é próprio e os registros sobre ele serão feitos em documentos contemporâneos, existentes dentro deste tempo. É possível haver exceções: podemos encontrar, por exemplo, a presença de discursos extremistas no presente e utilizarmos documentos do passado para estabelecer um diálogo entre esses discursos hoje e o período em que se originaram. Contudo, as possibilidades fornecidas pelas fontes do presente nos garantem caminhos mais vastos.

Como já mencionamos, no início da HTP as fontes privilegiadas eram os testemunhos orais e a memória social. Era o jeito reconhecido como mais fácil de identificar a presença, a permanência de algo na mentalidade de um grupo ou sociedade. Ou seja, conhecer o presente de um problema e a sua capacidade de permanecer existindo. Hoje, embora o testemunho e a memória sejam bastante utilizados nos estudos da HTP, outras fontes, adquiridas ao longo do tempo e das transformações históricas, tornaram-se viáveis. Ainda nos anos 1970, a aproximação da história com a antropologia tornou necessário buscar fontes que estivessem impregnadas da cultura, da mentalidade e dos fazeres humanos em sociedade para além das definições mais gerais, a fim de se conhecer mais a fundo os processos no tempo. Naquela mesma década, as mídias de massa davam tons próprios ao cotidiano dos franceses.

No clássico *O retorno do fato*, Pierre Nora (1976) nos diz que a Europa estava tomada pelas mídias de massa. Essas, apesar de sua utilidade, monopolizavam a verdade e a transmitiam em forma de notícias definidas a partir de recortes que, por um lado, reduziam os processos a fatos espetaculares desprovidos de precedentes, e, por outro, eram guiados pelas escolhas de editores e produtores que operavam pelas preferências de seus anunciantes. Diante disso, era fundamental aos historiadores disputarem o monopólio da verdade e recuperarem a necessidade de apresentar ao público análises mais amplas.

Além das próprias mídias de massa (televisão e rádio, principalmente), outras fontes advindas da chamada Nova História⁴ foram importantes para a HTP por serem capazes de registrar o presente no qual foram produzidas. O cinema, a música e a cultura popular, são exemplos dessas fontes convenientes para se compreender a mentalidade e a sociedade.. Até mesmo as produções culturais que buscavam retratar o passado acabavam falando mais sobre o momento de sua concepção. Filmes como *Frankenstein*, de 1931, resgatavam um personagem do século XIX para inseri-lo no contexto da grande depressão econômica e propor uma reflexão sobre as relações humanas com a tecnologia, a ganância e a crise frente às incertezas.

É na Internet onde estão as fontes mais presentes. Ela concentra todas as outras fontes mencionadas anteriormente e nos fornece novas fontes para compreender o nosso tempo. As relações humanas se estendem para um espaço virtual onde nossos costumes, hábitos e práticas se adaptam às suas potencialidades sem, contudo, deixarem de ser reais. Abre-se um diálogo por meio do qual nossa “vida real” se transforma ao passo em que transformamos o ciberespaço. Surge a cibercultura, resultado desta relação e importante marca dos processos humanos no presente (LÉVY, 1999). A fluidez da rede e seus meandros são alvos da HTP e suas ramificações são possibilidades que se abrem e tornam nosso desafio cada vez maior, mas jamais impossível. Com tanta efervescência, o presente não pode – nem deve – ser ignorado.

Conclusão

A necessidade de não permitir uma repetição do assassinato em massa de pessoas nos campos de concentração, bem como evitar a desumanização dos indivíduos naquele sentido, se converteram em esforço conjunto

4. Trata-se de uma corrente historiográfica surgida nos anos 1970, derivada da Escola dos Annales, que recorria à antropologia para repensar as estruturas, dando primazia à História Social e aos estudos sobre a mentalidade, a cultura e os hábitos cotidianos como pontos de partida para se compreender processos mais amplos e totalizantes.

para as Ciências Humanas. Desse esforço surgiu o embrião da HTP, assim como um de seus sustentáculos, qual seja, a participação do historiador nos rumos da sociedade. Isto afetava diretamente um dos pilares do ofício: a neutralidade tendo a objetividade como fim. Contudo, desde os anos 1920 já se discutia como neutralidade e objetividade não eram mais sinônimos de isenção. Já no pós-guerra, nem sequer era recomendável alhear-se dos debates em torno dos crimes fascistas. Por isso, coube aos historiadores buscar espaço em uma conjuntura de formação das alianças contra os episódios recém-ocorridos. Não apenas para discutir os precedentes históricos daqueles acontecimentos, mas para entender suas complexidades ainda “à quente”.

A HTP é uma área do conhecimento histórico cujo objetivo é narrar o presente, compreendendo a existência de um diálogo incessante desse com o passado. Esta área defende a concepção de que o passado não está completamente morto, sendo possível que muitos de seus eventos tenham influenciado fortemente a realidade presente. Neste sentido, presente não é apenas o tempo no qual vivemos, ou do qual a HTP se ocupa, mas aquilo que se faz presente mesmo tendo surgido em outro tempo que não o nosso.

Lidar com o presente é encontrar formas de repensá-lo, por vezes com o objetivo de evitar que nosso comportamento tome elementos nefastos do passado como referência. Em outros casos, pode ser uma análise sobre a densidade do presente e suas particularidades, sem deixar de lado tudo aquilo que veio antes. A HTP percebe o nosso tempo como uma etapa da longa duração que somente foi possível a partir dos caminhos e trajetórias precedentes.

Por fim, devemos deixar claro que uma história voltada ao presente deve levar em consideração as fontes próprias a este presente. Elas estão impregnadas das singularidades que buscamos. Afinal, registramos o tempo inteiro nossas práticas, nossos pensamentos e noções sobre a realidade em filmes, músicas, na Internet e em outras fontes herdadas das mudanças provocadas pela Nova História ainda no século XX.

Resumo

Neste capítulo, discutimos o que é História do Tempo Presente, esse campo do conhecimento histórico responsável por analisar a densidade do nosso tempo criando narrativas sobre sua presença na longa duração. Definimos o que é esta área, apresentamos alguns autores que ajudaram a consolidá-la, dissertamos brevemente sobre objetivos, problemas e possíveis soluções para se trabalhar com um tempo tão volátil e precário. Por isso, falamos sobre as possíveis fontes para se debruçar nesse campo, conduzindo nossa redação no sentido de apresentar a viabilidade de um tipo de análise cercada por noções de história como uma ciência sobre o passado.

ATIVIDADE

Para colocar em prática o que foi discutido até aqui, responda aos seguintes questionamentos:

- 1) O que François Dosse quis dizer ao afirmar que a HTP atua na intersecção entre o presente e a longa duração?
- 2) Por que a HTP não deve ser considerada somente um recorte temporal?
- 3) Qual é a diferença entre História do Tempo Presente e história sobre o presente?
- 4) Quais processos históricos originados no passado podem ser percebidos no presente? Selecione outros que não foram apresentados no texto.
- 5) Fazendo uso da resposta do ponto 4, discuta quais são as singularidades destes processos no presente.

Comentário sobre a atividade: Lembre-se: é possível encontrar conteúdos para respostas mais elaboradas nos outros textos que compõem este livro.

Referências bibliográficas

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença na história. In: FERREIRA, Marieta de M., AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 219-231.

BLOCH, Marc. **A estranha derrota**. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

DOSSE, François. **A história em migalhas**. São Paulo: Editora Ensaio, 1994.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e historiografia. **Tempo & Argumento** (Florianópolis), v. 04, n. 01, p. 05-22, jan./jun. 2012.

LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jaques (Orgs.). **A nova história**. Coimbra: Almedina. 1978.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 179-193.

A era digital e a história do tempo presente: novas fontes e transformações

Katty Cristina Lima Sá¹

Meta: Apresentar as transformações nas culturas e sociedades realizadas a partir da popularização do ciberespaço, compreendendo este ambiente como um local de produção e acumulação de fontes históricas.

Objetivos: Ao final dessa aula o aluno deverá:

- 1 — Compreender os conceitos de ciberespaço e cibercultura;
- 2 — Perceber a Internet como espaço para a produção de informações em diversos campos do interesse humano;
- 3 — Identificar o que são as mídias digitais e quais suas potencialidades para a pesquisa histórica, sobretudo na área do tempo presente.

Pré-requisitos: Leituras acerca do conceito de fonte histórica. Noções metodológicas para pesquisa histórica.

Introdução

Ao longo da história, as revoluções tecnológicas foram um fator significativo para mudanças sociais e culturais. No século XVI, por exemplo, a prensa móvel reduziu os custos da produção e comercialização de livros, o que foi crucial para a difusão de ideias ligadas à Reforma Protestante (FERGUSON, 2018, p.105). Já em nossa época, a revolução digital

1. Mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS). E-mail: katty@getempo.org

proporcionou a rápida comunicação e estabeleceu novas formas para a produção e consumo de informações: cálculos complexos podem ser realizados instantaneamente, pesquisas são realizadas com documentos disponibilizados em diversas partes do mundo, notícias são dadas por suas próprias testemunhas através de redes sociais, geralmente em tempo real.

Seja por meio de computadores, *tablets* ou *smartphones*, o acesso ao ciberespaço, ao universo de informações formado pela interconexão mundial de computadores e pelas ações de seus navegantes (LÉVY, 2010, p. 17), tornou-se comum a milhões de pessoas. Para dimensionar o tamanho dessa rede, só no Brasil foram contabilizados 190 milhões de computadores e 234 milhões de *smartphones* em uso, o que dá a média de 1,6 dispositivos digitais por habitante (FGV, 2020, p. 103). Em outras palavras, já existem mais dispositivos para acessar a Internet² do que pessoas em nosso país. Quanto à fabricação de conteúdos, calculou-se que, até o ano de 2005, a humanidade havia produzido 150 exabytes³ de dados; em 2010, o número saltou para 1200 exabytes (BURKE, 2012, p. 334).

Quando estamos conectados, geramos informações continuamente ao compartilhamos fotos, vídeos, textos e memes. Nossas opiniões, *likes*, *dislikes* e outras formas de interação *online* também fornecem dados que podem ser aproveitados em pesquisas acadêmicas e de mercado, ou até mesmo em campanhas eleitorais. Aliás, as mudanças provocadas pelo digital no cenário político merecem ser lembradas, a começar pelo uso das redes sociais como veículo oficial de comunicação por parte de líderes

2. Rede mundial de computadores. Sua criação data de 1969, quando *Advanced Research Project Agency* (ARPA) iniciou o projeto de uma rede de computadores descentralizada, mas o desenvolvimento da mesma contou com a ampla participação de pesquisadores americanos e europeus. O acesso à Internet ampliou-se dos meios acadêmicos e militares a partir de 1995. Cf. MAYNARD, 2011, págs. 21-36.

3. Exabytes: o armazenamento das informações digitais necessita de unidades de medida, sendo a menor delas o bit, responsável por armazenar a informação de cada letra do alfabeto. Quanto maior e mais rica a informação, mais espaço de armazenamento ela demandará. O Exabyte (EB) é a sétima unidade de medida desse sistema e atualmente é empregada para medir o tráfego de informações da Internet.

de Estados. Para observarmos a importância adquirida por esses canais, vamos verificar os números das contas de personalidades como Donald Trump. Em meados de julho de 2020, o então presidente dos Estados Unidos possuía 83,8 milhões de seguidores no Twitter; enquanto isso, o presidente brasileiro Jair Bolsonaro contava com cerca de 6,6 milhões. Por meio dessa plataforma, não só foram postadas notícias da administração pública, como também suas opiniões e fotos do cotidiano de tais políticos.

Sendo assim, ao entendermos que a fonte histórica se constitui nos resquícios que revelam ações e pensamentos de homens e mulheres em certo tempo e espaço (GLÉNISSON, 1979), os registros das atividades na rede também são de interesse dos historiadores. Lembremos também que as fontes históricas possuem várias tipologias: elas podem ser escritas, orais, audiovisuais, analógicas ou digitais. Por isso, compreendemos a mídia digital enquanto uma fonte que merece um olhar específico dos historiadores em relação a sua produção, usos e apropriações.

Advento da cibercultura

O uso de recursos digitais e seus impactos na prática historiográfica são temas que provocam reflexões dos historiadores desde a década de 1990, quando a Internet se tornou um produto comercial. Decerto, as capacidades em salvar e compartilhar documentos de épocas remotas através da digitalização e as facilidades em computar dados quantitativos foram os primeiros atrativos aos profissionais da História. No entanto, como não observar as intensas produções, trocas e transformações de informação no ciberespaço? Afinal, como colocado por Dilton Maynard, “o observatório mais rico para pensarmos o tempo presente é sempre aquele instalado em produções culturais de cada época” (MAYNARD, 2016, p.89).

Ao longo de toda experiência humana estabelecemos redes⁴ de contato e transmitimos informações entre nossos pares: em Paris do século

4. Segundo Manuel Castells, “uma rede é um conjunto de nós interconectados. A formação de redes é uma prática humana muito antiga, mas as redes ganham vida nova em

XVIII, as notícias da corte de Luís XV circulavam pela cidade através de fofocas e versos rimados (DARNTON, 2005). Em nosso tempo, aproveitamos de nossas conexões virtuais para trocar ideias que estão em formato de hipertextos, animações, vídeos, etc. com velocidade de disseminação instantânea. É tanta informação que pesquisadores chamaram este fenômeno de “Dilúvio de Dados”. Segundo Maynard, esse dilúvio cria um oceano de informações produzidas no universo eletrônico composto por dados, notícias, imagens e músicas (MAYNARD, 2011, p. 16).

Os conteúdos digitais possuem características próprias que originaram uma “cultura da Internet”, também chamada de cibercultura⁵. Entre seus principais expoentes estão os sites colaborativos como Wikipédia, em que verbetes sobre diferentes temas são escritos, revisados e acessados por internautas espalhados pelo mundo. Com organização hipertextual, ou seja, não linear, o internauta se move através das páginas da enciclopédia formando uma narrativa própria e de acordo com seus interesses. Na verdade, hipertextualidade e os vários caminhos para o consumo de conteúdos é uma característica geral importante da cultura da Internet.

Outro elemento da cibercultura é o fenômeno dos memes, expressão cunhada por Jacques Monod, biólogo e vencedor do Prêmio Nobel em 1965. Segundo Monod, o meme é uma ideia, verdadeira ou não, transmitida de um cérebro a outro, que se espalha e perdura. Na Internet, entendemos por memes as imagens, comentários, notícias e situações que adquirem grande repercussão, que “viralizam” (GLEICK, 2013, p. 321). Produzidos por jovens, os memes são formados por uma imagem, vídeo ou animação (GIFs) que associadas a uma mensagem textual produzem efeito cômico, o que facilita sua rápida disseminação. Ademais, a

nosso tempo transformando-se em redes de informação energizadas pela Internet”. Cf. CASTELLS, 2003, p. 07.

5. Segundo Pierre Lévy é “o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”. Cf. LÉVY, 2010, p. 17.

linguagem visual do meme não precisa de tradução para ser compreendida por um vasto contingente de pessoas (BURKE, 2012, p. 139).

Além de possuir características singulares, os produtos da cibercultura são confeccionados de modo rápido, individual e barato. Um bom exemplo disso é a fotografia. Algumas décadas atrás, para termos uma foto eram necessárias uma câmera e rolos de filmes fotográficos, estes que possuíam um limite de imagens a ser captadas. Fora isso, o processo de revelação era feito por profissionais e levava alguns dias para ficar pronto. Em contrapartida, hoje necessitamos apenas de nossos *smartphones*. Com um único aparelho tiramos fotografias, as editamos e compartilhamos em poucos minutos.

A construção de bolhas

Qual sua primeira ação ao acordar? Ela está relacionada ao celular? Se sua resposta foi afirmativa, você não é o único: para 32% dos brasileiros, olhar o celular é a primeira atividade do dia (ACORDA..., 2016). Permanecer conectado é fundamental e constante em nossa sociedade, mas a forma que navegamos no ciberespaço e criamos nossas redes de sociabilidade difere para cada pessoa ou situação. Quando realizamos conversas informais, utilizamos aplicativos de mensagens comuns e linguagem coloquial, mas em ambientes digitais corporativos é comum a existência de um sistema próprio de comunicação e posturas mais polidas. De todo modo, essas interações provêm e, ao mesmo tempo, modificam nossas vidas *off-line*. Assim, segundo o sociólogo espanhol Manuel Castells, vivemos em uma sociedade de redes que se transformam a partir do uso feito do ciberespaço (CASTELLS, 2003 p.07).

Entre as práticas transportadas para o ciberespaço estão os projetos para reunir, armazenar e disponibilizar toda a informação já produzida pelo ser humano. Trata-se de um desejo antigo que se fez visível na Biblioteca de Alexandria no século III A.C., na Casa da Sabedoria de Bagdá durante o século VIII, e na *Encyclopédie* de Jean-Baptiste Le Rond d'Alembert e Denis Diderot, lançada em 1751. Contudo, se no

passado foram necessários amplos espaços e muito tempo para agrupar e salvaguardar tamanho conteúdo, as mídias digitais proporcionaram a chance de realizar essa ambição ancestral de forma barata e rápida, com possibilidade de acesso praticamente irrestrita a quem tem conexão com a Internet.

A partir de sua popularização, o ciberespaço foi entendido como uma ferramenta para a democratização da informação, esta que seria transmitida por uma mídia aberta, acessível e de uso irrestrito (WU, 2012, p. 47). Os websites apareceram como uma alternativa às mídias tradicionais sendo apontados como uma opção ao monopólio midiático exercido por grandes grupos corporativos. Com potencial de alcance global e cada vez mais facilidade de uso, o ciberespaço seria o ambiente ideal para universalizar a informação.

Para que os processos de disponibilização e acesso fossem realizados, criaram-se mecanismos que direcionassem as pesquisas e as deixassem mais rápidas e simples. Não seria racional ter tanta informação e não ter facilidade em acessá-las. Colocar filtros e analisar dados conforme sua relevância é o papel dos buscadores como *Google*, que apresenta os resultados solicitados aos usuários conforme os mecanismos de pesquisas por esses determinados. No entanto, a divulgação dos conteúdos não seguem apenas os padrões colocados voluntariamente no momento de realização da pesquisa, ele segue algoritmos que procuram moldar o perfil dos usuários e direcioná-los para páginas mais alinhadas com seus acessos passados. Com o tempo, o algoritmo restringe cada vez mais os resultados que apresenta ao perfil de interesse de cada indivíduo, de modo que as telas refletem nossos interesses particulares (PARISER, 2012).

À medida que empresas como *Google*, *Facebook* e *Amazon* esperam que os internautas permaneçam mais tempo conectados aos seus sites e aplicativos, mais aquelas irão personalizar os acessos, criando ambientes confortáveis para cada cliente. Essa é a principal diferença do consumo de mídia na Internet em comparação a televisão e ao rádio. Na primeira o acesso é feito sob medida. Assim, quando demonstramos interesse

contínuo em adquirir certo tipo produto, ou ao realizarmos pesquisas recorrentes sobre um determinado tema ou dentro de uma visão de mundo específica, seremos encaminhados cada vez mais para conteúdos similares. Segundo Eli Pariser (2012), essa mecânica nos insere em bolhas, isto é, espaços em que não lidamos com o contraditório.

Observemos uma situação hipotética proveniente da sala de aula: um aluno necessita realizar uma pesquisa sobre o Golpe de 1964, marco de instauração da Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964–1985). Nos últimos anos, esse assunto foi debatido por não-acadêmicos revisionistas que descartam a existência de um golpe de Estado e de uma ditadura no Brasil. O aluno que realizar essa busca será direcionado para páginas que apresentem interpretações mais alinhadas ao seu perfil e o de seu ambiente familiar, mesmo que aquelas não estejam nos parâmetros teóricos e metodológicos de uma análise historiográfica profissional e reconhecida.

Desse modo, ao tentarmos compreender o ciberespaço, e aquilo que vem dele, devemos ter em consideração nosso próprio perfil na rede e, em caso de análises sobre determinadas páginas, daqueles que estão envolvidos em nosso objeto de interesse. Lembremos que, ao acessar a Internet, nos deparamos um ambiente de acesso personalizado, sendo as telas abertas reflexos daqueles que as utilizam. Nem sempre o ciberespaço é uma mídia tão aberta quanto parece.

Os primeiros passos na história digital

A popularização da Internet e dos recursos digitais resultou na construção de um ciberespaço dotado de todo tipo de informação. Ao navegar por ele, os historiadores se deparam com uma vastidão de possibilidades e também alguns perigos. Ao mesmo tempo em que é possível ter acesso a acervos de jornais, fundações e bibliotecas em formato digital, é necessário aprimorar os filtros para selecionar e armazenar aquilo realmente válido. Uma vez que o ciberespaço e suas mídias possuem singularidades, o tratamento e a crítica às fontes provenientes desse

meio adotam parâmetros complementares aos empregados no estudo de documentos analógicos.

Para auxiliar nessa empreitada, os pesquisadores norte-americanos Roy Rosenzweig e Daniel Cohen (2005) escreveram um guia para a pesquisa com fontes digitais. As vantagens desse tipo de material foram o primeiro tópico abordado, pois não há necessidade de vastos espaços físicos de armazenamento, e o acesso pode ser realizado remotamente. Outro benefício dos documentos digitais é a multiplicidade de visões e depoimentos que podem ser encontrados sobre um determinado assunto ou acontecimento. Os autores citam o caso do site *The September 11 Digital Archive* (<https://911digitalarchive.org/>), que coleta memórias e arquivos sobre os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Através de tal mecanismo, impressões e construções sociais sobre o evento histórico, que corriam o risco de serem perdidas, foram coletadas e disponibilizadas ao amplo público.

As vantagens da Internet no trabalho do historiador são, de fato, atraentes, mas não devemos esquecer-nos de alguns cuidados iniciais. Na realização de pesquisas devemos checar a confiabilidade do sítio eletrônico que acessamos. Trata-se de um portal ou de uma revista acadêmica associada a grupos de pesquisas ou instituições reconhecidas? Ela possui reconhecimento de órgãos como a CAPES⁶ ou de universidades brasileiras e estrangeiras de renome? Quem são os responsáveis pela página, e, em caso de artigos científicos, quem é o autor? Em caso de páginas independentes e blogs, identifique os responsáveis pelas mesmas e que discurso eles desejam comunicar.

Visto que páginas podem ser modificadas, conteúdos apagados e arquivos corrompidos, os conteúdos digitais possuem instabilidades em durabilidade. Por isso, salve imagens das telas que serão necessárias para sua pesquisa, tenha *backups* de seus arquivos em serviços de armazenamento em nuvem (*Dropbox*, *OneDrive*, *Google Docs*, etc.) e, se possível, em

6. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Instituição vinculada ao Ministério da Educação e responsável por atuar na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil.

HD's físicos. Sites que foram retirados de circulação podem ser encontrados no *Internet Archive* (<http://www.internetarchive.org>). Por fim, não se esqueça de datar nas referências o acesso às páginas que compuseram sua pesquisa.

Desse modo, ao utilizar os recursos digitais em sua pesquisa os historiadores devem estar atentos às características da rede, vista aqui como uma importante ferramenta que auxilia no trabalho historiográfico e que, assim como qualquer outra, precisa de cuidados. Os métodos para as críticas de fontes comuns a todas as fontes históricas, principais ou auxiliares, não deve ser esquecido ou abandonado, mas complementado com procedimentos próprios ao tipo de material analisado.

Atividade

Ao decorrer deste capítulo foram expostos conceitos e características da mídia digital. Para melhor compreendê-los, organize uma tabela listando os principais conceitos e características aqui apresentados e quais as possibilidades você enxerga neles visando à prática historiográfica.

Comentários sobre a atividade:

As concepções de redes, ciberespaço e cibercultura foram essenciais para o desenvolvimento desta aula. A partir delas é possível identificar as mudanças provocadas pela Internet em nossas vidas e como aquilo que provém da web traz marcas da cultura do tempo presente, sendo, portanto, fontes históricas.

Conclusão

Ao observar as características do ciberespaço percebemos que o mesmo possui uma enorme potencialidade e que seus usos resultaram na formação da cibercultura. Elementos desse mundo digital passaram a fazer parte do dia a dia das pessoas, servindo como mecanismos que ajudam tanto em tarefas do cotidiano e também correspondendo a recursos com enorme potencial a ser explorado para a prática historiográfica. Desse

modo, compreender as características básicas do ambiente digital é o primeiro passo para explorá-lo de modo mais apropriado.

Resumo

Como o advento da Internet, produzir e consumir informações tornou-se muito mais fácil e barato a qualquer um que tenha em mãos um computador ou *smartphone*. A vida em rede também proporcionou a existência de uma cultura e linguagem própria dos ambientes virtuais, que não se restringiu apenas a esses, possuindo o potencial de alterar significativamente a vida física. Em meio a tantas mudanças, os historiadores não apenas se apropriaram das ferramentas proporcionadas pelas mídias digitais no auxílio às pesquisas, como também tornaram o ciberespaço e a cibercultura objetos das análises historiográficas. Nesta aula, analisamos os impactos da Internet em nossa sociedade, quais vantagens ela trouxe ao trabalho em pesquisa histórica, e as razões para que as mídias digitais sejam compreendidas como importantes fontes do nosso tempo.

Referências

ACORDA de madrugada para ver o celular? Você não está sozinho. **Gazeta do Povo**: Curitiba, 18 de outubro de 2016. Caderno Viver bem: Comportamento. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/viver-bem/comportamento/acorda-de-madrugada-para-ver-o-celular-voce-nao-esta-sozinho/> Acesso em 19 de julho de 2020.

BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento II**: Da enciclopédia à Wikipédia. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

DARNTON, Robert. As notícias em Paris: uma pioneira sociedade da informação. In: **Os dentes falsos de George Washington**: um guia não convencional para o século XVIII. São Paulo: CIA das Letras, 2005.

FERGUSON, Niall. **A praça e a torre**: redes hierarquia e a luta pelo poder global. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Pesquisa anual do FGVcia** - Centro de Tecnologia de Informação Aplicada da FGV-EAESP. 31ª Pesquisa Anual do Uso da TI nas

Empresas, FGVcia, 2020. Disponível em: <https://eaesp.fgv.br/ensinoeconhecimento/centros/cia/pesquisa>. Acesso em 19 de julho de 2020.

GLEICK, James. **A informação**: uma teoria, uma enxurrada. São Paulo: CIA das Letras, 2013.

GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. São Paulo: Diefel, 1979.

GONÇALVES, Janice. **História do Tempo Presente**: oralidade, mídia e memória. Itajaí: Casa Aberta, 2016, págs.77-139

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

MAYNARD, Dilton. **Escritos sobre história e internet**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2011.

_____. Sobre tempos digitais: Tempo Presente, História e Internet. In: WU, PARISER, Eli. **O Filtro Invisível**: o que a internet está escondendo de você. tradução Diego Alfaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

ROSENZWEIG, Roy; COHEN, Daniel. **Digital History**: a guide to gathering, preserving and presenting the pass on the web. 2005. Disponível: <<http://chnm.gmu.edu/digitalhistory/exploring/3.php>>. Acesso em 20 de julho de 2020.

WU, Tim. Os sonhos do rádio. In: **Impérios da Comunicação**: Do telefone à internet, da AT&T ao Google. Tradução Claudio Carina. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

A história digital e as metodologias para fontes do tempo presente

Diego Leonardo Santana Silva¹

Meta: Apresentar modelos de fontes históricas digitais e os processos metodológicos próprios para as pesquisas com as mesmas.

Objetivos: Ao final desta aula, o aluno deverá:

1. Compreender a tipologia de fontes históricas digitais, isto é, aquelas que possuem formato original analógico, mas que passaram por processos de digitalização, e as produzidas originalmente de forma digital;
2. Reconhecer acervos *online* disponíveis para a pesquisa histórica;
3. Utilizar procedimentos metodológicos para documentos provenientes do ciberespaço;

Pré-requisitos: Leitura da aula anterior. Compreensão dos conceitos de ciberespaço e cibercultura e das características da fonte digital.

1. Doutorando em História Comparada (PPGHC/UFRJ). Mestre em Educação (UFS). Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente. Bolsista Capes. E-mail: diego@ge-tempo.org



Fonte: Getty images

Introdução

Em *Futuros Imaginários: das máquinas pensantes à aldeia global*, Richard Barbrook discorre sobre o poder político e cultural das profecias tecnológicas durante a Guerra Fria (1945-1991). Em meio às suposições feitas nesse livro, emergiram as discussões sobre o futuro da Internet (BARBROOK, 2009, p. 18). Essa tecnologia foi vista por entusiastas como revolucionária por proporcionar a interconexão de computadores em uma rede aberta, o que permite o acúmulo e a difusão de informações e conhecimentos. “A internet irá mudar o mundo”, assim pensavam seus entusiastas. Evidentemente, as pessoas são os reais agentes da transformação e elas a fazem a partir dos usos e significados que atribuem às ferramentas que a humanidade cria.

Como bem sabemos, a prática historiográfica está inserida em um local social e contexto histórico, de modo que está relacionada aos recursos e mecanismos de cada época. Em nosso tempo, os historiadores contam com o auxílio e potencialidades das mídias digitais e do ciberespaço; por isso, faz-se necessário olhar para esse ambiente e para os recursos por ele proporcionados. Ao relatar e atribuir significado aos acontecimentos do

passado, não apenas preservamos fragmentos deste, como também imprimimos involuntariamente traços e testemunhos sobre o momento em que vivemos e pesquisamos. Segundo Marc Bloch, o conhecimento histórico é um formado por vestígios e transforma ao decorrer do tempo (BLOCH, 2001). Em nossa época, os vestígios são transformados em bytes através de projetos de digitalização de fontes, do mesmo modo que novos relatos e testemunhos já nascem em formato digital e são armazenados no ciberespaço. Protegemos documentos digitalizando-os e ainda acessamos acervos completos desses fragmentos do passado sem sair de casa.

Do mesmo modo que a popularização da Internet e o uso das mídias digitais alteraram as formas de comunicação e sociabilidade, elas causaram impactos nas práticas historiográficas. Por isso, é necessário conhecer as metodologias empregadas nas pesquisas que se utilizam de materiais provenientes do ciberespaço. Afinal, se estamos em um oceano de informações, é preciso uma bússola para nos guiar na direção desejada. Sendo assim, neste capítulo exploraremos as ferramentas e métodos que os historiadores podem empregar em suas pesquisas que têm por fontes documentos em formato digital.



Retirada do Instagram @mundoavesso_usq

Preservando Fontes no Ciberespaço

Os historiadores sabem que o manejo e catalogação das fontes é algo que requer cuidado. Por esse motivo, a criação e organização de acervos é metodologicamente planejada de modo a que os documentos lá existentes sejam protegidos e disponibilizados aos interessados. Com o advento da mídia digital, alguns centros de pesquisas viram a oportunidade de salvar seus acervos através de cópias digitais, que também facilitaram a consulta a esses materiais.

Existem muitos projetos de digitalização de acervos, bibliotecas, jornais, etc. Um dos mais famosos é a *Digital Public Library of America* (DPLA), a biblioteca digital pública dos Estados Unidos, que disponibiliza livros e outros documentos através do endereço <https://dp.la/>. No Brasil, algumas instituições públicas realizam o mesmo trabalho, como é o caso da Biblioteca Nacional (<http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>), cuja sede é no Rio de Janeiro, e o Arquivo Público de São Paulo. Este disponibiliza uma vasta quantidade de documentos, muitos de circulação nacional, através do endereço <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/>.

Ambas as instituições listadas acima também possuem vastas hemerotecas *online*, e elas não são as únicas com essa opção. A Biblioteca Digital das Artes do Espetáculo também possui jornais e revistas para consulta em seu site <http://www.bjksdigital.museusegall.org.br/> e, em Sergipe, a Universidade Federal do estado disponibiliza o acesso ao acervo de jornais sergipanos em <http://jornaisdesergipe.ufs.br/>.

O processo de digitalização e disponibilização de documentos não se restringe a instituições públicas ou a fontes provenientes da imprensa. A empresa Google possui um projeto de biblioteca com uma imensa quantidade de dados, o *Google Books*. Obras clássicas, recém-lançadas e provenientes de países diversos podem ser consultados por meio dessa plataforma. Entretanto, o acesso integral às obras é feito mediante pagamento.

Nesse caso, a digitalização de todas essas fontes representa tanto um processo de preservação quanto de difusão do conhecimento e relatos históricos. Para o trabalho com esse tipo de material, será necessário que o

historiador tenha e saiba manejar esses recursos ou se atente para a forma a qual esse procedimento foi realizado. A análise dessas fontes segue os padrões antes estabelecidos na prática historiográfica com sua problematização guiada pelos objetivos da pesquisa levando em consideração o tipo de documento. Um jornal que foi digitalizado permanece como um jornal, mas não é mais o mesmo jornal já que durante a digitalização algumas de suas características como a tonalidade de cores podem se alterar.

É recomendável também que em pesquisas com documentos digitalizados seja relatado a forma de obtenção dos mesmos. Este tipo de informação deve constar em tópicos acerca dos procedimentos metodológicos adotados.

Arquivando e Analisando Fontes do Ciberespaço

Diferentemente dos documentos digitalizados, os websites, blogs e demais ambientes virtuais são oriundos do mundo digital e carregam características que são próprias da cibercultura. Assim, antes de adentrar no conteúdo específico de uma dessas mídias, devemos atentar às características que estão além do texto exposto.

A análise deve ser iniciada com a identificação do tipo de página virtual e sua função, o que pode ser verificado pelo registro da mesma. Um sítio eletrônico comercial, por exemplo, terá *.com* ao fim de seu endereço, como acontece com <https://www.amazon.com.br/>, ao passo que um site governamental é reconhecido pelo *.gov* em sua URL, sendo este o caso do Catálogo de Teses e dissertações da Capes (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/>). Quando uma página possui fins educativos, ela apresenta em seu domínio o final *.edu* (<https://www.academia.edu/>) e, caso ela pertença a uma organização, aparecerá o *.org* (<https://asiafoundation.org/>).

Com o endereço, nós também distinguimos sites de blogs. Os primeiros possuem interface e instrumentos mais avançados, além de um domínio próprio, o que demanda maiores recursos técnicos e financeiros. Os blogs, por outro lado, costumam estar hospedados em um servidor externo e o domínio da plataforma em que foram criados acaba sendo expressado no endereço do blog (*Blogger*, *WordPress*, etc.).

A interface do site ou blog é outra característica a ser analisada quando tomamos esses ambientes como fontes históricas. Observe se a página possui um design próprio, se ele aparenta ser sofisticado e com acesso fácil. Atente também para o emprego, ou não, de imagens com alta resolução e a existência de uma aba com informações acerca do site e de seus responsáveis. Como eles se apresentam? Eles atribuem a si mesmo ou ao seu projeto virtual alguma missão específica? Fora isso, identifique os *hiperlinks* para outros sites ou perfis em redes sociais, bem como a periodicidade e autoria das publicações, sobretudo no caso de blogs. Responda essas perguntas, compreenda bem as características do seu material e trace um perfil de análise.

Para catalogar e referenciar o material que compõe seu corpus documental, utilize os gerenciadores de bibliografia *Zotero* (<https://www.zotero.org/>) ou *Mendeley* (<https://www.mendeley.com/>). Há versões desses programas para a instalação em seu computador e de extensão para os navegadores *Mozilla Firefox* ou *Google Chrome*. O *Zotero* ou o *Mendeley* criam um ícone, como um *plug-in*, no navegador de seu usuário que, ao ser clicado, oferece a opção de anexar aquela página a uma ficha organizada em um banco de dados. Exemplo: você pode criar uma pasta no programa e lhe atribuir uma finalidade como uma pasta para cada site trabalhado. Ao clicar no ícone de anexação do seu navegador, o programa cria uma ficha para anexar aquela página na pasta de dados desejada. Sendo assim, é possível utilizar esses gerenciadores para criar uma pasta para cada site estudado e nela catalogar as fichas das páginas selecionadas do site do site em questão.

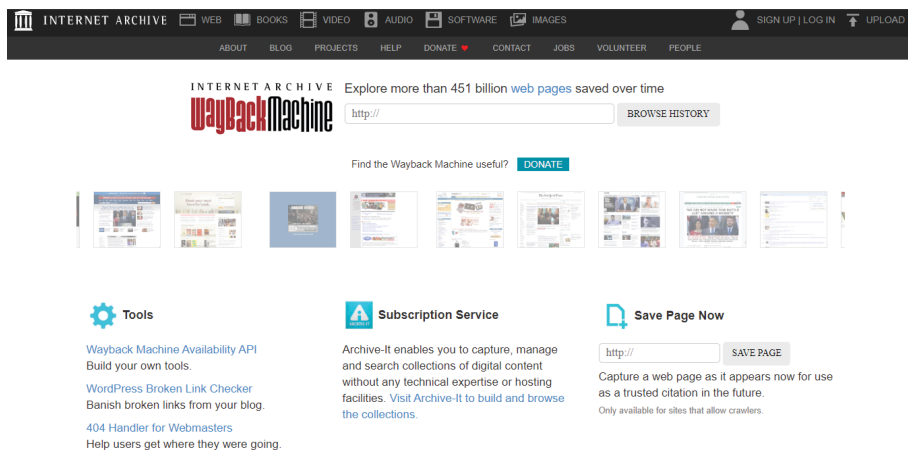
Nessas fichas, os usuários podem realizar edições conforme seus interesses e necessidades inserindo nelas links de acesso e comentários sobre a página. Desse modo, é possível ter uma análise de um site arquivada e disponível nesses programas e, a partir disso, inserir o conteúdo em sua pesquisa e na produção de textos em programas como o *Microsoft Word*. Tanto o *Zotero* quanto o *Mendeley* ordenam as bibliografias utilizadas ao longo de uma pesquisa acadêmica, podendo

ser vinculado aos perfis do Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br/>). Além disso, é possível capturar toda a página de um site e não apenas aquilo que aparece na tela usando *plug-ins* como o *Awesome* que pode ser instalado no navegador do usuário e contribuir para esse arquivamento.

Agora, digamos que a página que você está analisando seja retirada da *web* e que você não tenha feito capturas de tela, tenha perdido esses arquivos ou queira pesquisar um site que já saiu do ar. Ou ainda, que a página que você esteja pesquisando tenha sofrido uma alteração significativa em sua formatação. Do mesmo modo que existem projetos para salvar documentos, há iniciativas para a preservação dos materiais produzidos no ciberespaço, sendo este o propósito do *Wayback Machine* (<https://archive.org/web/>), conhecido como o “museu da Internet”. Nele estão arquivadas bilhões de páginas, o que permite o acesso a ambientes virtuais que não existem mais, ou a versões antigas de páginas que ainda estão disponíveis.

Através do *Wayback Machine* é possível acompanhar as modificações que as páginas sofreram ao decorrer o tempo, o que contribui para a análise de um ambiente virtual. Evidentemente, muitos sites oferecem mecanismos de busca para publicações antigas, mas aqui tratamos das alterações no visual, na interface, do website. Em suma: através do “museu da Internet” podemos verificar como um sítio eletrônico foi apresentado para o público ao longo de sua trajetória, seguir suas modificações e reformulações, e ainda resgatar ambientes que não existem mais.

Através das informações acima, percebemos que as fontes nascidas digitais demandam procedimentos metodológicos próprios e alinhados às suas especificidades. Este trabalho, no entanto, pode ser auxiliado por algumas ferramentas também disponibilizadas no ciberespaço. Algumas dessas ferramentas garantem a catalogação e a preservação de documentos históricos virtuais.



Página inicial do *Wayback Machine* disponível em: <https://archive.org/web/>

As Disputas Pela Interpretação e Reinterpretação de Fatos e Conceitos Históricos no Ciberespaço

Além da preservação e exposição de fontes históricas, o ciberespaço reúne indivíduos interessados em um mesmo tema ou prática. Historiadores e outros pesquisadores dialogam através de fóruns e eventos virtuais, compartilham seus artigos, resenhas e outros trabalhos entre si e com membros de fora da comunidade acadêmica (CASTELLS, 2003).

Ao lado das páginas de instituições e órgãos de ensino que disponibilizam ou comercializam conteúdos para aprendizagem de temas diversos estão os projetos de construção coletiva do conhecimento. Dentre eles, os mais famosos e relevantes são as *Wikis*, as enciclopédias eletrônicas construídas de forma comunitária e, em geral, autossustentadas (GLEICK, 2013, p. 390). Essa categoria de website é formada por verbetes que são criados e constantemente reeditados por seus próprios usuários, conforme as normas e diretrizes estabelecidas pelos mesmos.

Há várias *wikis*² na internet, e todas se propõem a serem enciclopédias em determinados assuntos. A mais famosa é a *Wikipédia* (<https://>

2. **Wiki:** o termo wiki tem origem havaiana e significa rápido. A proposta das enciclopédias digitais que utilizam esse formato é expor o conteúdo de maneira breve e eficiente.

pt.wikipedia.org/), considerada o maior projeto de construção coletiva do conhecimento do ciberespaço. Ela se diferencia das enciclopédias tradicionais devido ao seu formato. A *Wikipédia* sendo construída através de verbetes virtuais conectados entre si por *hiperlinks* e editados por milhões de pessoas (BURKE, 2012, p. 342). Por ser um dos sites mais acessados no mundo, a autointitulada “enciclopédia livre” se tornou um espaço de referência que permite observar como conceitos e fatos históricos são apresentados.

Não se trata aqui de debater a legitimação e sim de compreender que espaços como a *Wikipédia* acabaram se tornando ambientes de referência para se obter informação sobre uma variedade de temas, entre eles, eventos e conceitos históricos. A relevância dessa enciclopédia cresceu de tal forma que seus verbetes converteram-se em ambientes de disputa. Um exemplo disso ocorreu com o verbete Simone de Beauvoir. O perfil da pensadora francesa foi bastante alterado depois que trechos de sua obra *O Segundo Sexo* foram inseridos em uma questão do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2015. As modificações realizadas no verbete deram origem a discussões sobre o perfil de Simone de Beauvoir com as informações que haviam sido adicionadas foram posteriormente retiradas³.

Estar atento a ambientes como a *Wikipédia* é importante para os historiadores do tempo presente considerando a emergência de debates historiográficos a partir da significação ou ressignificação de determinados termos.

Atividade

Construa uma ficha de análise de websites levando em consideração as características aqui expostas, como observar o tipo de página: ela é um blog, ou site, um aplicativo ou um perfil em rede social? Qual a finalidade de construção desta página? Ela é institucional? Ela existe há quanto

3. Para mais informações sobre a polêmica consultar: <http://educacao.uol.com.br/noticias/bbc/2015/10/29/enem-simone-de-beauvoir-ganha-acusacoes-de-nazista-e-pedofila-na-wikipedia.htm>. Acesso em 21/07/2020.

tempo? Sua interface sofreu significativas mudanças ao longo do tempo? Ela se associa a outros portais ou perfis?

Comentário sobre a atividade:

A construção dessa ficha ajudará no processo de compreensão do conteúdo aqui abordado fazendo com que o discente desenvolva a habilidade de filtrar e estabelecer quais os aspectos a serem levados em consideração na análise de ambientes virtuais.

Conclusão

Estar atento ao que acontece na rede é fundamental para o historiador do tempo presente. Essa atenção se faz necessária uma vez que, como visto acima, as mídias digitais passaram a ser utilizadas para preservação e distribuição de fontes históricas e o ciberespaço se transformou em um ambiente de disputa pelas interpretações de conceitos e narrativas de fatos do passado. Nesse contexto, os recursos digitais e o ciberespaço representam tanto uma ferramenta para a prática historiográfica quanto um ambiente a ser explorado visando a interpretação do nosso tempo.

Resumo

O uso das mídias digitais e a exploração do ciberespaço passaram a fazer parte da prática historiográfica. Devido à potencialidade da rede e às características da mídia digital, processos de digitalização de acervos documentais e hemerotecas foram realizados e são disponibilizados na internet facilitando o trabalho dos historiadores. Além disso, aquilo que ocorre na rede também se torna objeto de estudo dos historiadores do tempo presente que deve estar atento ao que ocorre na rede e pode fazer uso de ferramentas de preservação de mídias digitais.

Referências

BARBROOK, Richard. **Futuros Imaginários**: das máquinas pensantes à aldeia global. São Paulo: Peirópolis, 2009.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador**. tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento II: Da enciclopédia à Wikipédia**. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

GLEICK, James. **A informação: uma teoria, uma enxurrada**. São Paulo: CIA das Letras, 2013.

ROSENZWEIG, Roy; COHEN, Daniel. **Digital History: a guide to gathering, preserving and presenting the pass on the web**. 2005. Disponível: <<http://chnm.gmu.edu/digitalhistory/exploring/3.php>>. Acesso em 20 de julho de 2020.

Materiais Complementares

No capítulo anterior e agora, entramos em contato com o ciberespaço e as características da cibercultura e da mídia digital. Também abordamos o manejo de fontes digitalizadas e oriundas do mundo digital. Por fim, selecionamos alguns ambientes e produções para aquele quem deseja se aprofundar na temática.

Em meio aos ambientes que se dedicam à prática da História Digital temos o blog *Historiografia na Rede* da historiadora Anita Lucchesi (<https://historiografianarede.wordpress.com/>). Nele está disponível uma extensa lista de referências bibliográficas de produções que vão desde artigos e livros, indicação de blogs, grupos de estudo e projetos na área da História Digital no Brasil (<https://historiografianarede.wordpress.com/referencias-curso-de-extensao-historia-digital/>). Essa lista de referências contribuirá para aqueles que querem se aprofundar na temática e conhecer melhor essa área específica.

Para uma breve história da internet existe o artigo *Seriam as Máquinas Capazes de Sonhar? Uma introdução à história da internet* publicado pelo mesmo autor desse capítulo e disponível em (<https://seer.ufs.br/index.php/historiar/article/download/5584/4598>). E, para uma reflexão sobre as implicações provocadas pela popularização da internet e dos recursos digitais na prática historiográfica temos o livro *Escritos Sobre História e Internet* de Dilton Cândido Santos Maynard.

Fotografia como fonte histórica

Maria Luiza Pérola Dantas Barros¹

Meta: Apresentar, em linhas gerais, aspectos relevantes relacionados ao uso da fotografia como fonte histórica.

Objetivo: Ao final desta aula, a (o) participante deverá compreender a imagem fotográfica como uma representação do real, pensada para passar uma determinada mensagem para quem a observa.

Pré-requisitos:

- Saber conceituar fonte histórica e fato histórico;
- Ter conhecimento das práticas relacionadas ao ofício de historiador;

Introdução

Cara leitora, caro leitor, certamente a maior parte de nós já deve ter ouvido que “sem fontes não se faz História”. Fabricadas por/em uma sociedade, a partir do esforço em impor ao futuro determinada imagem de si própria (LE GOFF, 2003), as fontes podem ser entendidas como os diversos vestígios deixados pelos seres humanos ao longo do tempo, que fornecem indícios dos fatos históricos. É justamente sobre um desses vestígios que trataremos a partir de agora: a fotografia.

1. Doutoranda em História Comparada (PPGHC/UFRJ). Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq). E-mail: perola@gettempo.org

Emergência da Fotografia

Mesmo antes do Renascimento Artístico (ocorrido na Europa, entre os séculos XV e XVI) já se utilizava a câmara obscura para projetar imagens, mas ainda não havia técnica de fixação das mesmas, levando em consideração que o processo fotográfico necessita tanto da caixa escura com um orifício, que permite a entrada de luz, projetando uma imagem de forma invertida, quanto de uma superfície foto sensível para se fixar a imagem.

Desde 1793 ocorriam experiências para se fixar a imagem em uma superfície, mas, de acordo com o autor André Rouillé, em *A modernidade fotográfica* (2009), o surgimento da fotografia se relacionou existencialmente ao nascimento da sociedade industrial do século XIX, e acabou por atender às novas necessidades de imagens dessa nova sociedade, que buscava retirar ao máximo a interferência humana da produção, almejando à ciência e o racional em todos os seus projetos. A fotografia acabou por atender a tais interesses pelo fato de, em tese, derivar da precisão de um laboratório.

Em 1826, o pintor Joseph Nicéphore Niépce (1765–1833) obteve êxito em fixar o que ficaria conhecida como a primeira fotografia, por ele nomeada de heliografia (gravura com a luz solar), porém eram necessárias muitas horas para o processo ocorrer e, em virtude disso, tinha-se dificuldade para se registrar seres animados.



Fotografia 1: Heliografia feita por Niépce da janela do sótão de sua casa de campo, na França, em 1826. Fonte: <https://www.pinterest.pt/>

Simultaneamente, outras pessoas pesquisavam sobre o assunto como, por exemplo, Louis Jacques Mandé Daguerre (1787–1851), que por volta de 1838 conseguiu fixar uma imagem por maior tempo em uma superfície e diminuir o tempo de exposição para tanto, de horas para cerca de 20 minutos. A fotografia fora intitulada *Boulevard du temple*. Aquela invenção, que envolvia uma chapa de cobre, revestida de prata, sensibilizada com vapor de iodo e posicionada em uma câmara escura exposta à luz, ficou conhecida por daguerreótipo.



Fotografia 2: *Boulevard du temple* (1838/1839). Fonte: <https://www.pinterest.pt/>

Na mesma época, William Henry Fox Talbot (1800–1877), com suas fotografias de plantas e flores para botânicos, apresentou o negativo/positivo da fotografia, e entre 1844 e 1846 lançou o *The Pencil of Nature*, com cerca de 25 talbótipos originais, visando demonstrar as várias utilizações possíveis de suas fotografias. Talbot conseguiu tanto resolver o problema das cópias múltiplas, fazendo os negativos para deles se tirar os positivos, quanto diminuir ainda mais o tempo de exposição (para três minutos). Contudo, restou o problema de se ter que revelar a imagem no local.

O empresário George Eastman (1854–1932) resolveu o problema da necessidade de uma superfície flexível para gravar a imagem com a criação de um suporte flexível transparente (o rolo de filme), o que tornaria possível a produção em massa de câmeras fotográficas.

Por ser um registro automático, a fotografia passou a ser vista como uma cópia ou um testemunho fiel da realidade, um instrumento de descoberta do mundo. Podemos afirmar que tanto a fotografia quanto a legitimidade de suas funções documentais possuem ligações estreitas com os fenômenos da sociedade industrial, entre eles: o crescimento das metrópoles, o desenvolvimento de uma economia monetária, a industrialização crescente, as mudanças no conceito de espaço e tempo, e a revolução das comunicações. Some-se a isso o seu caráter mecânico, a fotografia surge sendo apontada como a imagem da sociedade industrial, que documenta com o máximo de pertinência e eficácia, atuando por isso em favor da ciência, de expedições e pesquisas arqueológicas e etnográficas, ou mesmo da medicina.

A impressão de verdade da fotografia possibilitou o desenvolvimento do fotojornalismo. Um exemplo é a cobertura da Guerra da Crimeia (1853–1856). Por conta do tamanho e peso dos equipamentos, que impossibilitava coberturas de confrontos diretos, e para evitar os horrores da guerra, o fotógrafo Roger Fenton (1819–1869) registrou de maneira suavizada o conflito, sem mortos, feridos ou mutilados, como podemos observar na imagem *The Valley of the Shadow of Death* (1855), onde só é possível ter uma dimensão do confronto pelas bolas de canhão que ali ficaram depositadas.



Fotografia 3: *The Valley of the Shadow of Death* (1855). Fonte: https://www.liberation.fr/photographie/2014/03/05/1855-la-guerre-de-crimee-en-photos_984640?photo_id=625663

Em relação ao princípio de realidade

Com o surgimento da fotografia, ao longo de sua história, emergiram aqueles que trataram de estudar/teorizar sobre seus mais diversos aspectos, para resolver determinadas questões. Na obra *O ato fotográfico* (2009), o autor Philippe Dubois traça um percurso histórico das diversas posições defendidas pelos críticos e teóricos quanto ao princípio de realidade nela contido, por exemplo. A partir do que esse autor escreve, podemos diferenciar três grandes posições, expostas a seguir:

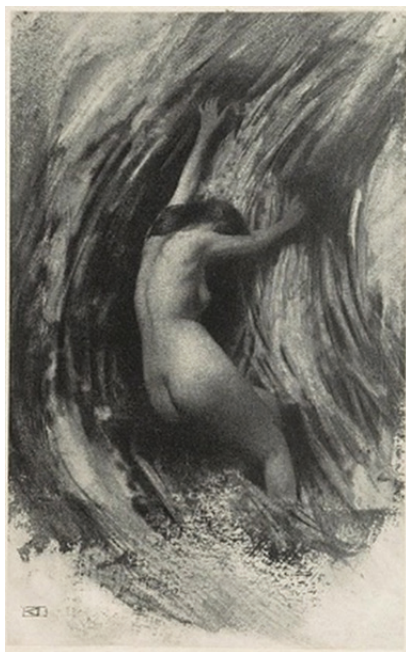
1) A fotografia como espelho do real

Essa posição marcou a segunda metade do século XIX e estava ligada ao discurso da fotografia como imitação perfeita da realidade, por conta da ausência da mão humana no processo do registro fotográfico.

A fotografia seria vista, pelo seu caráter científico ou documental, como algo a colaborar na serialização do visível, conservando um traço do passado, ou ajudando as ciências em seu esforço de apreender a realidade do mundo.

As pesquisas realizadas nesse período voltavam-se para o próprio dispositivo fotográfico com a finalidade de melhorar seu desempenho, no que se refere a imagem ser cada vez mais próxima do real fotografado, passando a impressão de verdade.

Quando, no final do século XIX, alguns fotógrafos insatisfeitos quiseram romper com essa interpretação da fotografia como o real absoluto, emergiu o que ficou conhecido como Pictorialismo. Esse movimento pretendia tornar a fotografia uma arte, a partir da manipulação direta em alguma parte do processo fotográfico, evocando conscientemente o desenho e a pintura, como podemos ver na imagem *Struggle* (1904), a seguir apresentada, na qual Robert Demachy (1859–1936) tentou controlar o próprio movimento de revelação:



Fotografia 4: *Struggle* (1904). Fonte: <https://br.pinterest.com/>

2) A fotografia como transformação do real

Esta posição se referia ao discurso marcante do século XX com relação ao código e a sua desconstrução. Esse discurso visava demonstrar que, diferente do que se pensava no século anterior, a imagem não era neutra, mas um instrumento de transposição, análise, interpretação e até transformação do real. A fotografia seria codificada por meio da técnica, da cultura, da estética, por exemplo, perdendo assim a sua inocência, e passando a ser alvo de desconfianças e de questionamentos. Um exemplo disso foi a fotografia de Robert Capa (1913–1954), a seguir apresentada, intitulada *The Falling Soldier*, de 1936, que foi e ainda é alvo de debates em torno da veracidade da cena retratada.



Fotografia 5: *The Falling Soldier* (1936). Fonte: Robert Capa/ MNAC

3) A fotografia como um traço do real

Um posicionamento mais recente que enxerga a imagem fotográfica como inseparável do referente, mas que seria uma representação, entre muitas outras possíveis, do real.

De maneira resumida, essas são as três grandes compreensões em torno do princípio de realidade contido na fotografia. A partir do exposto, podemos perceber que, para cada momento, ao longo de sua história, o conceito e o uso da fotografia se modificam, adaptando-se às necessidades e aos interesses de uma época.

Com relação a representar o real, o autor Boris Kossoy, na obra intitulada *Realidades e ficções na trama fotográfica* (2009), pontua como que a imagem fotográfica conteria em si uma relação ambígua de realidades e ficções, tendo em vista a materialização da imagem ser fruto de um processo de criação que envolve tanto aspectos técnicos (recursos ópticos, químicos ou eletrônicos), quanto estéticos e culturais, onde, apesar de sua vinculação documental com o objeto, o testemunho que se vê gravado na fotografia se acha fundido ao processo de criação do fotógrafo (KOSSOY, 2009, p. 35). Por esse motivo, o autor define fotografia como:

Antes de tudo uma representação a partir do real segundo o olhar e a ideologia de seu autor. Entretanto, em função da materialidade do

registro, no qual se tem gravado o vestígio/aparência de algo que se passou na realidade concreta, em dado espaço e tempo, nós a tomamos, também, como documento do real, uma fonte histórica (KOSSOY, 2009, p.31).

Este “signo à espera de sua desmontagem” (KOSSOY, 2009, p.144), seria para o autor apenas o ponto de partida, a pista, para tentarmos desvendar o passado, que se por um lado possuiria um valor incontestável por proporcionar fragmentos visuais que informam as múltiplas atividades do homem, por acabar reproduzindo algumas condições de percepção que são encontradas no mundo (ECO, 1968; 2003), por outro lado, se prestaria aos mais diversos usos. Essa representação do real que nos possibilita a fotografia seria sempre intermediada pelo fotógrafo que a produziria segundo sua forma particular de compreensão daquele real, seu repertório, sua ideologia (KOSSOY, 2009, p.51 e 52).

De acordo com Kossoy, podemos afirmar que haverá sempre uma motivação por parte do fotógrafo para a criação da imagem fotográfica, que acabará por influir na construção e concepção da imagem final, a partir, por exemplo, da seleção do assunto, do enquadramento, da composição, do momento, dos valores do fotógrafo. Daí a imagem fotográfica ser dotada de enigmas a se decifrar quando a utilizamos como fonte de pesquisa.

A fotografia enquanto fonte histórica

Entendendo o termo fonte como sinônimo de documento, no que se refere aos vestígios deixados pelos seres humanos ao longo do tempo, em se tratando da fotografia, podemos afirmar que muitas são as possibilidades de a trabalharmos enquanto fonte histórica, a depender do aporte teórico que utilizamos. Tendo em vista uma proposição metodológica de análise e interpretação de tais fontes, nos valem aqui do proposto por Boris Kossoy na obra outrora mencionada.

Para se bem explorar o potencial da fotografia enquanto fonte, se faz necessário decodificar as informações por ela apresentadas,

considerando tanto o fato de que as imagens fotográficas não se esgotam em si mesmas, mas seriam antes um ponto de partida para tentarmos desvendar os acontecimentos históricos, quanto o fato de que seria impossível haver uma “interpretação-padrão” sobre o que aparece registrado na imagem, em virtude da nossa reação à elas ligar-se sempre ao nosso repertório cultural, por exemplo (KOSSOY, 2009).

Mediante isso, Kossoy propõe dois eixos de investigação das fontes fotográficas: a análise iconográfica e a interpretação iconológica.

Empreender uma análise iconográfica significaria para o autor, buscar decodificar as informações ali explícitas e implícitas, tanto do documento quanto do suporte que o contém, por dois passos:

1 — a reconstituição do processo que originou a fotografia, determinando os elementos que concorreram para sua materialização documental, como o assunto, o fotógrafo e a tecnologia, por exemplo, em um dado lugar e época;

2 — a obtenção de uma identificação minuciosa dos detalhes icônicos que compõem seu conteúdo (KOSSOY, 2004, p. 58).

No que se refere à interpretação iconológica, Kossoy propõe caminhos para decifrarmos as imagens fotográficas, que, para ele, seriam o resultado de um processo criativo. Essa interpretação se daria tanto por um resgate da história do próprio assunto no momento em fora registrado, quanto pela busca de desmontar as condições de produção, o processo de criação que resultou na representação em estudo (KOSSOY, 2009, p.59), numa tentativa de irmos além do que vemos.

Conclusão

A partir do que vimos, é possível perceber que, apesar da impressão de verdade contida na imagem fotográfica, ela é um produto de escolhas feitas por parte do fotógrafo, que comportam desde o seu olhar seletivo para o assunto a ser fotografado, a iluminação utilizada, a composição dos elementos na imagem, a velocidade do registro, a abertura da lente ou mesmo o tipo de câmera utilizada para se passar determinada

mensagem. São justamente essas escolhas que se perpetuam ao longo dos anos em uma fotografia.

Entendemos também como a fotografia consiste em uma potencial fonte para o historiador interpelar os acontecimentos passados, por se caracterizar em uma representação desses, e que, para além do seu uso como ilustração, se fazem necessárias tanto uma análise quanto uma interpretação dos elementos nela explícitos ou implícitos, a partir de informações como o assunto fotografado, a tecnologia empregada em sua captura, a visão de mundo da (o) fotógrafa (o), o contexto de seu registro.

Partindo desses elementos é que poderemos nos questionar como tal imagem agrega informação e nos ajuda a entender o nosso objeto de pesquisa ou mesmo o fato histórico em estudo.

Resumo

Emergida na sociedade industrial do século XIX, a fotografia acabou por atender às novas necessidades de imagens daquela “nova” sociedade que se formava, se distinguindo de todas as outras imagens anteriores por (pensava-se) ser livre da mão humana.

Passou-se a recorrer à fotografia, como bem escreveu Dubois, como espelho do real, imitação perfeita da realidade, conferindo a ela o caráter de ser uma prova incontestável de algo, por derivar de um processo físico-químico. Com o tempo percebeu-se que a fotografia não seria totalmente imparcial (nem totalmente manipulável), mas que nela estaria sempre presente o referencial do que fora fotografado e o olhar seletivo do fotógrafo, que influi tanto na construção quanto na concepção final do processo de criação.

Para uma utilização mais adequada das imagens fotográficas, para além de seus usos como ilustrações, se fazem necessárias uma análise tanto do assunto fotografado, quanto da tecnologia empregada e da trajetória de vida da (o) fotógrafa (o), bem como da própria história do que fora fotografado e das condições nas quais tal registro se processou, por exemplo.

Atividade

As imagens fotográficas podem ser uma interessante fonte para entendermos a História, desde que, enquanto pesquisadores, não nos contentemos apenas com o que vemos ali exposto, mas busquemos analisar e interpretar os elementos que nelas se encontram explícitos ou implícitos. Sabendo disso e com base no que você aprendeu nesta aula, esboce uma análise/interpretação da imagem a seguir, de autoria do fotógrafo Evandro Teixeira, feita 1968 num protesto contra a ditadura, ocorrido no centro do Rio de Janeiro.



Fotografia 6: Fonte: <https://brasilmais40.files.wordpress.com/2014/04/003.jpg>

Comentários sobre a atividade

Como fonte que é, a fotografia precisa ser bem interrogada para nos revelar aspectos que podem ser relevantes para nossas análises. Certamente ajudará em sua análise/interpretação partir de algumas perguntas, tais como: qual o assunto da imagem? Qual a visão de mundo do fotógrafo que fez esse registro? Algum jornal encomendou essa imagem? Qual o contexto histórico em que foi feito esse registro? Seria possível saber, de maneira geral, quem são aquelas pessoas representadas na imagem?

Referências

ECO, Umberto. **A Estrutura Ausente**. São Paulo: Perspectiva: 2003.

KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 4 ed., 2009.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico**. Campinas-SP: Papirus, 1993.

ROUILLE, André. A Modernidade Fotográfica. IN **A Fotografia**: entre documento e arte contemporânea. São Paulo: Senac, 2009.

Uso de periódicos enquanto fontes de pesquisa: métodos de análise

Caroline de Alencar Barbosa²

Metas: Apresentar a relevância das fontes de caráter jornalístico enquanto meios de se realizar uma pesquisa histórica através de modelos de pesquisa e apresentação de exemplos.

Objetivos: Abordar formas de analisar os periódicos e os elementos que o compõem em uma pesquisa de cunho histórico.

Pré-requisitos: Compreender o periódico como uma fonte de pesquisa histórica e a relevância de sua aplicabilidade para o desenvolvimento de pesquisas científicas.

Introdução

Todas as pesquisas de cunho científico possuem características próprias e requerem conhecimentos técnicos apropriados para a área de concentração na qual se inserem. Ao propor uma temática, todo pesquisador deve ter em mente pelo menos dois pontos centrais: o tema e o recorte temporal, que corresponde ao período que se pretende estudar. Feitos esses procedimentos, o pesquisador poderá delimitar etapas mais específicas como, por exemplo, a metodologia que

2. Mestre em Educação na Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS). Especialista em Gestão da Educação (UNINASSAU). Graduada em História na Universidade Federal de Sergipe (DHI/UFS). Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS). Multiplicadora Educamídia pelo Instituto Palavra Aberta. E-mail: caroline@getempo.org

será aplicada, os teóricos que irão compor o estado da arte e as fontes que utilizará, nesse caso, quais periódicos irá selecionar para sua discussão.

As pesquisas históricas surgem a partir de perguntas, fundamentadas na aquisição de conhecimentos através da leitura de uma bibliografia selecionada sobre o tema escolhido. Assim surge a “problemática”, que deve possuir uma dimensão delimitada tanto na temporalidade quanto nas suas espacialidades. Feito esse questionamento e definido o recorte temporal o historiador passará para o levantamento da documentação necessária. No caso desta discussão, trataremos dos periódicos enquanto fontes para o processo de pesquisa histórica.

As perguntas centrais neste capítulo, que pretendem orientar os pesquisadores que se propuserem a estudar determinado fato e período histórico através dos periódicos são: Por que escolher um jornal como fonte? Como encontrá-los? Quais os métodos que devem ser utilizados como base para a sua análise? Essas três questões nortearão o debate neste texto e servirão como um manual para pesquisadores que pretendem trabalhar com esse tipo de fonte histórica.

1 – Por que escolher um jornal como fonte?

O periódico nos permite identificar o reflexo de uma sociedade no que diz respeito às suas principais inquietações, que podem englobar diversos setores como as questões políticas, econômicas, as demandas sociais e os aspectos culturais vigentes. Entender essa ferramenta enquanto fonte fornece ao historiador reflexões necessárias e a elaboração das perguntas que devem ser feitas à fonte.

Essas perguntas devem ser realizadas com base em uma leitura aprofundada sobre o tema selecionado para pesquisa e a identificação do que se pretende analisar, visto que os periódicos contêm uma ampla quantidade de informações, de temas diversos. Portanto, essa seleção orientada

por perguntas fará com que a pesquisa tenha fluidez e alcance, na medida do possível³, os critérios estabelecidos.

Assim, destacamos que todo documento histórico é uma construção permanente, pois depende das leituras e interpretações feitas a partir dele. A busca, crítica e seleção, e classificação documental, foi possibilitada através da Escola dos *Annales*, que alargaram o conceito de fonte. Compreende-se assim que documentos trazem questões de importância, que contaminam outros documentos, sendo selecionados por historiadores, que passam a buscá-los com hipóteses prévias.

No caso do uso de periódicos como fontes centrais compreendemos que “a escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social” (CAPELATO; PRADO, 2005, 118). Assim, percebemos o jornal como comunicador intérprete para um público objetivo ao apontar os anseios e descontentamentos de uma geração. Através de seu estudo é possível compreender o posicionamento frente às questões sociais que estavam em pauta, além de identificar seus discursos acerca da política, do cotidiano, das ações, das insatisfações e reivindicações daquela sociedade.

2 – Como encontrar esta documentação?

Ao selecionar o jornal como fonte de pesquisa cabe ao historiador um mapeamento dos periódicos produzidos no período selecionado no recorte temporal. Atualmente, as fontes jornalísticas, podem ser encontradas tanto em espaços físicos quanto em acervos digitais responsáveis por digitalizar e salvar esses documentos para a utilização de pesquisadores. Em relação aos espaços físicos, podemos elencar:

3. Justifica-se a utilização desse termo, pois nem sempre as fontes contêm as informações que o pesquisador se propôs a responder. Por isso, o recorte temporal é necessário, além da análise de, no mínimo, dois jornais. Assim pode-se realizar uma comparação entre os discursos de cada um deles e verificar se, de fato, as informações não foram veiculadas ao público leitor. Vale destacar aqui que os silêncios, ou seja, o que não é dito ou não aparece, também pode ser utilizado como ferramenta de discussão na pesquisa.

- 1 — Arquivos públicos;
- 2 — Bibliotecas públicas;
- 3 — Universidades Federais, estaduais ou particulares;
- 4 — Centros de memória (do poder público, escolar, de instituições específicas);
- 5 — Acervos pessoais.

No caso de acervos físicos, é necessário ao pesquisador se direcionar ao local e iniciar uma busca dentro desses acervos a fim de encontrar a trilha que responda suas perguntas, elaboradas previamente. Uma vez encontrados os locais de pesquisa onde o acervo está localizado e realizar a coleta dos arquivos, segue-se uma análise externa e interna do documento, considerando o questionamento feito inicialmente e os objetivos que se pretende alcançar. As fontes são escolhidas pelo historiador e ele as seleciona de acordo com seus interesses. Essa “exploração” da documentação deve ser feita a partir de um planejamento de pesquisa que permitirá extrair um melhor rendimento do trabalho, e de uma base teórica que ofereça uma leitura orientada.

É importante ressaltar o cuidado com o rigor na análise desse material, fazendo os procedimentos críticos necessários ao trabalhar com fontes históricas, reforçando o valor do documento e a importância de se construir conhecimento baseado no remonte das causas, consequências e circunstâncias que fazem parte dos fatos (LE GOFF, 1990).

Para o tratamento de fontes de caráter jornalístico, seguimos as premissas de LUCA (2005), que aponta a necessidade de que, ao trabalhar com periódicos, alguns procedimentos base devem ser adotados pelo pesquisador como: 1) encontrar as fontes e construir uma série; 2) localizar as publicações na História da Imprensa; 3) observar as características de ordem material (periodicidade, impressão, papel, uso/ ausência de iconografia e de publicidade; 4) observar a forma de organização interna do conteúdo; 5) elencar o grupo responsável pela publicação; 6) listar os principais colaboradores; 7) apresentar o público ao qual se destinava; 8) identificar as fontes; 9) analisar o material de acordo com a

problemática escolhida. Esse processo metodológico norteará o desenvolvimento da pesquisa.

Considerando as fontes em papel, impressas devem ser verificadas: a estrutura do documento, o tipo do papel, a letra, o tipo de tinta, a forma de escrita, a autoria. Para analisá-los é preciso um estudo da linguagem, pois sabemos que o nosso idioma foi modificado com o decorrer do tempo. Esse estudo pode ser ampliado até uma análise do discurso, pois é preciso perceber que as mudanças sociais são também de linguagem e por meio dela pode-se identificar os interesses, as situações vividas e as intenções dos que produziram o documento.

No caso da escolha por fontes em formato digital, deve-se ter em mente que ao utilizar fontes disponíveis em sítios eletrônicos devemos entender o papel dessas novas tecnologias na produção do conhecimento histórico proporcionando um olhar inovador no ensino de História (MAYNARD; SILVA, 2012). Segundo Maynard, a Internet pode ser um objeto-problema e também uma ferramenta-problema para os historiadores do nosso século. Sobre o uso da Internet como ferramenta para a produção de conhecimento utilizamos as formulações a respeito das relações entre a Internet e a pesquisa em história onde a web permitiu o acesso dos pesquisadores a uma variedade de documentos. Os procedimentos de coleta, catalogação e arquivamento são importantes, caso o site seja retirado de circulação (MAYNARD, 2011).

Acervos digitais que podem ser utilizados na pesquisa acadêmica:

- 1 — Jornais de Sergipe: <https://www.jornaisdesergipe.ufs.br/>
- 2 — Biblioteca Nacional Digital <https://bndigital.bn.gov.br/hemero-teca-digital/>
- 3 — Portal de Periódicos da CAPES <http://www.periodicos.capes.gov.br/>

Conclui-se que, durante a análise das fontes devemos entender que uma das preocupações essenciais ao se trabalhar a partir da perspectiva histórica é de não limitar os acontecimentos às ações e esquecer as ideologias e mentalidades motivadoras para tal fato (BLOCH, 2011). Assim, percebemos o jornal como comunicador intérprete para um público objetivo. É importante destacar que se deve manter um processo de crítica ao documento e sua interpretação. Tal operação tem por objetivo reconstituir os fatos históricos a partir dos limites permitidos pelas fontes consideradas pertinentes.

A técnica permite construir dados que possam ser compreendidos, sendo o campo prático do historiador a observação documental. Um bom pesquisador em história domina os métodos de seu ofício e reconhece as diversas possibilidades do seu trabalho de “detetive” avaliando quais os possíveis resultados de sua investigação.

3 — Quais os métodos que devem ser utilizados como base para a sua análise?

Produzir o conhecimento histórico requer prática. O lugar que se dá a técnica coloca a história ao lado da literatura ou da ciência. Uma ciência que quando nasce recebe com o estabelecimento de fontes sua base, suas regras e exerce uma função de crítica. A pesquisa histórica tenta explicar o comportamento no tempo dos fenômenos que são estudados. A ideia de história como ciência do passado é errônea, a história é, na verdade, a ciência de homens no seu tempo (BLOCH, 2001).

Para qualquer tipo de documento, é preciso um estudo acerca do que ele trata e de como é constituído. Ao localizar essas fontes é necessário analisá-las interna e externamente, comparando-as com outras. Esses são modos de chegar a conclusões sobre o momento histórico em que foram produzidas, permitindo assim a relação entre texto e contexto, uma “multiplicidade de competências” (BLOCH, 2001).

No caso das fontes selecionadas na pesquisa, podem consistir em notícias, anúncios, cartas dos leitores, cartazes, fotografias, dentre outros, o historiador deve utilizar as ferramentas advindas da análise do discurso, problematizando “a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento” (LUCA, 2005, 139). A partir disso cabe ao historiador compreender as motivações que levaram o jornal a veicular aquela notícia.

Ao pesquisador também interessa entender que nem sempre está direcionado para uma audiência, mas pode ter sido feito para um determinado público que se almejava atingir. Também é necessário fazer “a busca do erro e da mentira” para não acreditar que tudo que se coloca é verdade absoluta e inquestionável, além disso, é importante a utilização da semântica histórica para entender a linguagem da época e a transpor para a atual sem causar uma crise de sentido (GOFF, 2001).

Assim, percebemos o jornal como comunicador intérprete para um público objetivo ao apontar os anseios e descontentamentos de uma geração. Na análise dos editoriais podemos identificar a atuação do periódico como porta-voz de um determinado grupo. Assim, ao analisar o discurso contido, deve-se considerar o lugar social em que foi produzido e quais as suas motivações estabelecendo as relações que o texto assume com esse local, percebendo que se trata de uma fala feita para um público determinado, sendo registrada, no caso dessa pesquisa, de forma escrita.

Durante o tratamento dessas fontes é essencial construir um banco de dados que facilite o acesso a esses documentos na fase de análise e produção do trabalho. Seguem três etapas que contribuem para esta organização do trabalho científico:

a) Organização da quantidade de periódicos analisados, por ano e quantidade de edições, podendo ser realizada em formato de gráfico, conforme o exemplo abaixo:

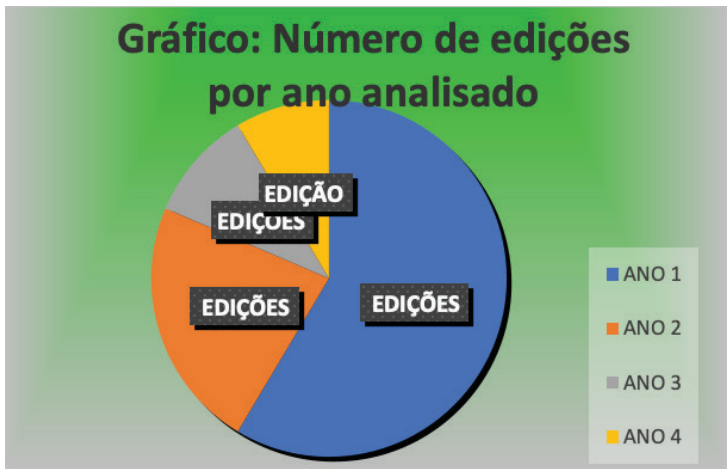


Figura 1 Exemplo de gráfico de edições por ano analisado. Acervo pessoal da autora.

b) Classificação das fontes por eixo temático:

Esse procedimento permite uma catalogação das fontes lidas e analisadas, possibilitando seu fácil acesso e utilização das informações selecionadas, além disso, elencar o número de notícias por eixo temático. Vale ressaltar que, o número de edições, de eixos temáticos e de anos utilizados depende do pesquisador e da análise a qual ele se propôs, conforme o exemplo a seguir:

Número de notícias por eixo temático

EIXO TEMÁTICO	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	TOTAL
EIXO TEMÁTICO 1	NÚMERO DE NOTÍCIAS ENCONTRADAS				
E EIXO TEMÁTICO 2					

Exemplo de tabela. Acervo pessoal da autora.

c) Fichamento das notícias encontradas:

Para cada notícia encontrada deve-se realizar um procedimento de coleta das informações: edição, ano, página, autor e informações pertinentes, que podem vir em formato de palavras-chave ou pequenos resumos. Essa prática facilitará a busca do pesquisador por informações e criará um banco de dados para a sua pesquisa. Em seguida, temos um exemplo de ficha que pode ser elaborada:

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DA FONTE NAS NORMAS DA ABNT	
Exemplo: BRISKIN, Laurie. When's the next boat back? The Catamount.Cubberley Senior High School, Palo Alto, vol.13, n.º 2, 20 de setembro de 1968, p.3.	
Autor:	Fichamento da notícia
Ano:	
Volume:	
Página:	
Local de Publicação:	
Palavras-chave:	
Outras informações pertinentes:	

Exemplo de fichamento. Acervo pessoal da autora.

Esses processos permitem que, analisando as características das publicações e através da coleta de informações consideradas pertinentes, possamos apresentar os principais temas abordados ao longo dos anos selecionados, identificando os temas de debates vigentes no período. Assim, a partir da compreensão do papel do periódico em apresentar o que estava acontecendo, podemos traçar um perfil da sociedade, suas inquietações e discussões cotidianas.

Atividades

Diante do conteúdo exposto, observe a notícia a seguir e preencha a tabela **FICHAMENTO** presente no ponto c) do texto anterior.

Comentários sobre a atividade:

O exercício de leitura e fichamento da notícia permitirá ao aluno compreender os procedimentos para análise de periódicos, assim fazendo uma relação entre conteúdo e prática de pesquisa. Esse processo o levará a conhecer os aspectos de uma fonte jornalística, entender suas divisões e elencar os pontos que considerar essenciais.

Conclusão

Muitos autores de teoria histórica discorreram acerca do papel da história, qual a sua função na sociedade e sua legitimação como ciência. A partir de todas essas vertentes que tornam possíveis variadas produções históricas percebemos a complexidade desse campo do saber e a importância do constante debate.

Cabe aos estudiosos e acadêmicos da história utilizar os métodos próprios de seu ofício, valorizando o método crítico e tendo o contato com as mais variadas formas de fontes históricas, no caso desta discussão os periódicos, além dos caminhos para produção do saber. É necessário trabalhar tanto com os documentos quanto com as teorias que dissertam acerca do papel da história na sociedade a fim de legitimar a formação de uma consciência histórica crítica e pertinente.

Resumo

Esse material apresentou a importância dos periódicos enquanto fontes de pesquisa, em especial na área de História, através de três questionamentos base: Por que escolher um jornal como fonte? Onde encontrar essa documentação? Quais os métodos que devem ser utilizados como base para a sua análise? Assim, foram fornecidas tabelas e modelos que podem ser utilizados no decorrer da pesquisa através de periódicos, bem como a indicação de acervos digitais.

Referências Bibliográficas

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CAPELATO, PRADO in LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 112-153.

GOFF, Jacques Le. **História e Memória**. Campinas. SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 112-153.

MAYNARD, Dilton; SILVA, Marcos. E-storia. **Revista Eletrônica História Hoje**, v. 1, no 2, 2012, p.249-252. Disponível em: <http://rhhj.anpuh.org/ojs/index.php/RHHJ/article/view/9>

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. Aprender história pela internet. In: **Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética**. Fortaleza: ANPUH, 2009 p. 1-8. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1399.pdf>

PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tânia Regina (orgs.). **O historiador e suas fontes**. – 1ª Ed, 3ª reimpressão. – São Paulo, Contexto, 2013.

Desvendando os arquivos: uma procura pelas fontes oficiais

Raquel Anne Lima de Assis¹

Meta: Localizar documentos oficiais em Arquivos Públicos.

Objetivo: Apresentar noções básicas sobre como pesquisar em Arquivos Públicos.

Pré-requisito: Leitura do capítulo “Fontes Históricas: Definição e Diversidade” para compreender o que é uma fonte histórica, sua importância para a escrita da história e quais seus diferentes tipos.

Introdução

Neste capítulo, estudaremos sobre a importância e os tipos de fontes oficiais, onde e como podemos encontrá-las. O objetivo é apresentar noções básicas para realização de pesquisas em arquivos públicos, destacando as possibilidades de acesso a documentos de maneira gratuita e online.

O que são, para que servem e como localizar as fontes oficiais?

Marc Bloch, em “*Apologia da História*” (1949), já nos dizia que o historiador é como o ogro da lenda, “onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça” (2001, p. 54). Mas como podemos “farejar nossa caça”? Através das fontes históricas. Para aqueles que tem como objetivo estudar a

1. Doutora em História Comparada pela UFRJ (PPGHC). Integrante do Grupo de Estudo do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq) e membra do Laboratório de Pesquisas em Teoria da História e Interdisciplinaridades (LAPETHI/UFRRJ/CNPq). E-mail: raquel@getempo.org.

administração pública, as instituições públicas ou privadas, as políticas de Estado, assim como os jogos políticos que permeiam esses cenários, as fontes mais indicadas são as oficiais. Ou seja, documentos produzidos pela burocracia do Estado ou de organismos privados e seus funcionários.

Para o (a) estudante que está interessado em se aprofundar no tema, Carlos Bacellar escreveu um texto intitulado “*Uso e mau uso dos arquivos*”, que compõe a coletânea organizada por Carla Bassanezi Pinsky, chamada “*Fontes históricas*” (2008). O autor nos mostra como as fontes oficiais são importantes para estudos voltados para o funcionamento do Estado e sua estrutura administrativa ao longo do tempo para conhecermos suas políticas, seus cargos e funções, sua burocracia e sua máquina de funcionamento (2008, p. 44). Um complexo emaranhado dos setores institucionais que nem sempre é harmonizado, pois, com estas fontes oficiais podemos identificar um cenário de disputas entre setores, órgãos e indivíduos.

Como estes documentos são produzidos no dia-a-dia do funcionamento destas instituições, a sua variedade é a mais diversa. Outro autor que pode ajudar o (a) estudante a conhecer mais sobre o universo destas fontes é o José D’Assunção Barros com o seu livro “*Fontes Históricas: Introdução aos usos historiográficos*” (2019). Além de alguns métodos básicos que nos ajudam a trabalhar com estas fontes, Barros exemplifica alguns destes variados tipos que podem ser classificados como fontes oficiais.

Dentre alguns exemplos temos: programas de partidos políticos; discursos políticos; declarações de guerra e tratados de paz; leis e decretos; documentação diplomática e chancelarias; relatórios governamentais e institucionais; memorandos; projetos; atas políticas de câmeras municipais, estaduais e nacionais; relatórios secretos de embaixadores e agentes; censos e listas utilizados para mapear a população de uma determinada sociedade; documentos paroquiais e eclesiásticos como livros de tombo e forais que tratam sobre a fundação de igrejas e vilas, respectivamente; registros em maternidades, cemitérios, hospitais, hospícios e

escolas; concessões de terras; documentos judiciais, dentre eles processos-crimes, etc. (BARROS, 2019, p.117-23).

Observamos, assim, uma ampla variedade de documentos oficiais, que não se limitam a estes, e nos ajudam nos mais diversos estudos sobre instituições, organismos e governos. A questão é: onde podemos encontrar esta vasta documentação? Nos Arquivos. Estes são órgãos criados a partir do século XIX com o objetivo de salvaguardar as fontes institucionais com o objetivo de criar memórias nacionais. O período oitocentista foi um contexto de formação de estados-nações em que estas sociedades procuravam escrever sua história e identidade a partir de vestígios históricos. Tendo a figura do historiador como o responsável pela montagem, organização e administração destes espaços.

Isso demonstra a importância de compreender como estes Arquivos estão organizados. Eles são formados por arquivos de políticos e figuras públicas, fundos documentais oriundos de setores governamentais, jurídicos ou legislativos, assim como cartórios, paróquias, agências de espionagem e serviços de investigação desmontados, principalmente aqueles voltados para repressão do Estado. No século XIX, esses Arquivos eram constituídos por fundos de instituições políticas, chancelarias, órgãos de controle da população e de distribuição de terras (BARROS, 2019, p. 114). Além de manuscritos da antiguidade, medievo e modernidade. No caso do Brasil podemos pensar nas fontes manuscritas do período colonial e imperial.

Estas fontes estão espalhadas pelos mais diversos arquivos do mundo. O primeiro passo para localizar um documento em específico é saber onde procurar. Caso o (a) estudante esteja interessado na correspondência de presidentes da república, matrículas de classificação de escravos ou documentos de polícia, por exemplo, deve procurar em arquivos do Poder Executivo. Se estiver à procura de inventários, testamentos ou processos civis, o mais aconselhável é recorrer aos arquivos do Poder Judiciário².

2. Além dos já citados, outros exemplos para Arquivos do Poder Legislativo, cartoriais, eclesiásticos ou privados podem ser encontrados no texto de Carlos Bacellar (2008, p. 26).

Portanto, é preciso um conhecimento prévio sobre seu objeto de pesquisa para compreender quais tipos de fontes serão necessárias e conhecer alguns dos principais Arquivos. No caso brasileiro algumas das principais instituições no âmbito nacional são: Arquivo Nacional (<http://www.arquivonacional.gov.br/br/>); Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (<https://www.ihgb.org.br/>); Biblioteca Nacional (<https://www.bn.gov.br/>); Arquivo Histórico do Itamaraty (http://erario.itamaraty.gov.br/pt-br/arquivo_historico.xml); Arquivo Histórico do Exército (<http://www.ahex.eb.mil.br/>); Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (<https://cpdoc.fgv.br/>), entre outros.

No que diz respeito ao nível local, cada estado e algumas cidades também possuem seus arquivos. Por exemplo, temos o Arquivo Público Estadual de Sergipe (<http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/78ec-s4qc-tpgq>) e o Arquivo Público de Aracaju (<http://conarq.gov.br/consulta-a-entidades/item/apa.html>). A mesma lógica pode ser utilizada para outros estados brasileiros. Contudo, se o objeto de pesquisa for referente a outro país, é possível também encontrar instituições arquivísticas de acordo com o tema de pesquisa. A título de exemplo temos o *National Archives* (Arquivo Nacional) de Washington D.C. (<https://www.archives.gov/dc>) e o *National Archives* de Londres (<https://www.nationalarchives.gov.uk/>). Nestes dois últimos, é possível acessar seus catálogos de forma online e parte de sua documentação está digitalizada para download. Contudo, para pesquisas nesses arquivos é preciso um certo nível de conhecimento na língua estrangeira.

Não pretendemos esgotar uma lista de arquivos existentes no Brasil, muito menos no mundo. Estes são exemplos para que possamos compreender sua diversidade. Todos aqui citados possuem acesso público, desde que os documentos tenham ultrapassado o prazo de anos estabelecido pela legislação para serem abertos. O próximo passo é aprender como localizar documentos em um destes arquivos. Como ilustração optamos pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, também conhecido como CPDOC.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC) é uma instituição vinculada à Fundação Getúlio Vargas (FGV). Criada em 1973, seu objetivo é “abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país, desenvolver pesquisas em sua área de atuação e promover cursos de graduação e pós-graduação”³.

No CPDOC encontra-se um dos maiores acervos de arquivos pessoais de figuras públicas brasileiras, totalizando 1,8 milhão de documentos, separados em aproximadamente 200 fundos. Estes materiais, doados à instituição, foram organizados, catalogados e digitalizados. Isso mesmo! Grande parte da documentação encontra-se disponível para consulta no site da instituição!

Além disso, o CPDOC possui um Programa de História Oral, iniciado em 1975, por meio do qual são colhidos depoimentos de pessoas que atuaram em diversas áreas do cenário nacional. Parte deste acervo também pode ser acessado virtualmente.⁴ Através do link (<https://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral/entrevistas>) é possível fazer o download da transcrição das entrevistas. Para tanto, basta clicar no nome do entrevistado.

A instituição ainda disponibiliza o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro que abarca a história do Brasil no período pós-1930. Criado pelo CPDOC em 1974, desde 2001 uma versão atualizada foi disponibilizada para consulta online (<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>). Para acessar, basta digitar a palavra-chave no campo “Busca” e selecionar “Verbetes” no campo acervo. São cinco volumes com quase 6.600 verbetes contendo biografia de diversas figuras públicas brasileiras, histórico de periódicos e revistas, resumos de leis, instituições, associações, dentre outras informações. No próprio site do CPDOC encontra-se a explicação de como acessar o dicionário e também como citá-lo em trabalhos (<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>).

3. Informações retiradas do texto de apresentação da instituição disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sobre>.

4. Sobre o Programa de História Oral, consultar: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral/programa>.

Apresentado um resumo do acervo do CPDOC e indicados os links para acesso, partiremos para uma breve demonstração de como selecionar fontes no site da instituição. Para tanto, selecionamos o arquivo pessoal de Getúlio Vargas. Antes de começarmos, porém, vamos entender o que são arquivos pessoais?

Os arquivos pessoais são conjuntos documentais de origem privada, pertencentes a pessoas, famílias, empresas e grupos de interesse como instituições, figuras públicas, políticos, intelectuais (BACELLAR, 2008, p.42). Em geral, nesses acervos é possível encontrar correspondências, diários, fotografias, documentos legais, projetos, dentre outros, que passam a servir de fontes para os historiadores que se debruçam a estudar não só a trajetória e atuação de pessoas públicas, mas também o contexto histórico do período no qual elas atuaram. Dito isto, vamos à nossa demonstração!

Consulta ao acervo do CPDOC

Documentos de arquivos pessoais, entrevistas de história oral e verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: aqui você tem a possibilidade de realizar uma busca integrada ao acervo do CPDOC. O acesso é livre e gratuito.

Para acessar diretamente os documentos textuais dos arquivos pessoais já digitalizados e disponíveis online clique nos links abaixo:

- [Arquivo Alexandre Marcondes Filho](#)
- [Arquivo Almerinda Farias Gama](#)
- [Arquivo Alzira Vargas do Amaral Peixoto](#)
- [Arquivo André Franco Montoro](#)
- [Arquivo Anísio Teixeira](#)
- [Arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça](#)
- [Arquivo Antônio Azeredo da Silveira](#)
- [Arquivo Café Filho](#)
- [Arquivo Clemente Mariani](#)
- [Arquivo Delminda Aranha](#)
- [Arquivo Ernani do Amaral Peixoto](#)
- [Arquivo Ernesto Geisel](#)
- [Arquivo Eurico Dutra](#)
- [Arquivo Felinto Epitácio Maia](#)
- [Arquivo Fernando Setembrino de Carvalho](#)
- [Arquivo Getúlio Vargas](#)
- [Arquivo Gustavo Capanema](#)
- [Arquivo Herbert de Souza](#)
- [Arquivo Herminia Collor](#)
- [Arquivo Hilda Machado](#)
- [Arquivo João Goulart](#)
- [Arquivo Juarez Távora](#)
- [Arquivo Luis Felipe Lampraia](#)
- [Arquivo Luiza Aranha](#)
- [Arquivo Níomar Moniz Sodré](#)
- [Arquivo Paulo Nogueira Batista](#)
- [Arquivo Rosalina Coelho Lisboa](#)
- [Arquivo Rubens Barbosa](#)
- [Arquivo Saraiva Guerreiro](#)
- [Arquivo Yvonne Maggie](#)

Arquivo Getulio Vargas
docvirt.com

Arquivo Getulio Vargas

Descrição	Ocorrências
Série Campanha Eleitoral	0
Série Confidencial	0
Série Doc Complementares	0
Série Miscelânea	0
Série Remessa Suplementar	0
Série Remessa Suplementar2	0
Getulio Vargas	0

Acervos: 7 Páginas: 9.113

tecnologia
docpro Copyright 1997-2020

Imagem 01 (esquerda) e **Imagem 02** (direita). **Fonte:** CPDOC.

As imagens acima apresentam as duas primeiras etapas para consulta a um documento no site do CPDOC. Na **imagem 01**, temos a página inicial do acervo com uma relação de todos os arquivos pessoais que se encontram digitalizados. Ao clicar no arquivo desejado, somos direcionados às pastas. Neste caso, selecionamos o Arquivo Getúlio Vargas e fomos encaminhados aos tipos de documentos (**imagem 02**) contidos neste acervo: “campanha eleitoral”; “confidencial”; “documentos complementares”; “miscelânea”; “remessa suplementar 1 e 2” e “Getúlio Vargas”.

Em seguida, clicamos na pasta “série confidencial” e fomos direcionados a pastas, separadas por anos, conforme mostra a **imagem 03**.

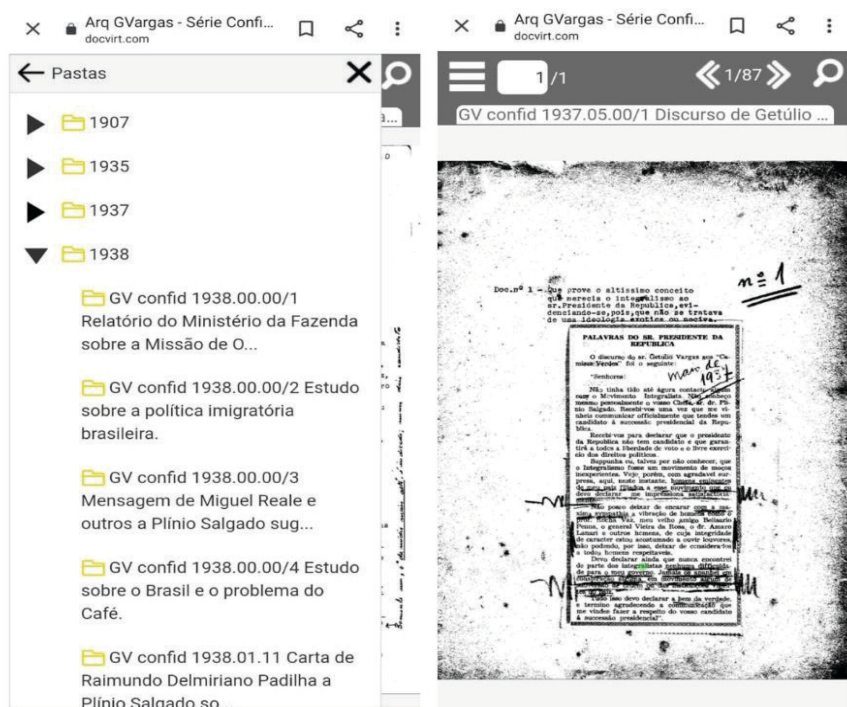


Imagem 03 (esquerda) e **Imagem 04** (direita). Fonte: CPDOC.

Ao chegarmos nesta etapa, podemos seguir dois caminhos para a consulta: 1- selecionar o ano e visualizar todos os documentos contidos na pasta,

folha por folha; 2- inserir palavras-chave no campo de busca e clicar na lupa. Escolhendo esta segunda opção, o site selecionará todas as fontes que contenham as palavras indicadas. Foi justamente o que fizemos (imagem 04). Inserimos a palavra “integralistas” e tivemos uma resposta de 87 ocorrências, ou seja, 87 documentos dentro deste acervo apresentam esta palavra.

A fonte exibida na imagem 04 é a cópia de um discurso, proferido por Getúlio Vargas, aos integralistas em maio de 1937. Este foi o primeiro documento apresentado pelo site como resposta à nossa busca pelo termo “integralistas”. É importante destacar que a documentação aparece em ordem cronológica, o que facilita a pesquisa. Selecionada a fonte, é preciso se atentar para a sua localização no arquivo, no caso do documento apresentado na imagem, sua localização é GV confidencial 1937.05.00/01. Saber esses dados é de extrema importância, não só para ter acesso à fonte, como também para permitir que os leitores possam se remeter a este documento, caso assim o queiram (BACELLAR, 2008, p.62).

Conforme aponta Bacellar, não podemos esquecer de apontar “todos os dados que permitam identificar o documento, como remetente, destinatário, órgão produtor, local e data, para que, posteriormente, se possa contextualizar seu conteúdo”. (2008, p.62). Vamos exemplificar com o exemplo da fonte indicada, o discurso de Vargas aos integralistas:

Localização	Local/Data	Remetente/Destinatário	Assunto
GV confidencial 1937.05.00/01	Maio/1937	Getúlio Vargas (remetente) Integralistas (destinatários)	- Trata-se de um discurso de Vargas direcionado aos integralistas no qual o presidente afirmar não ter candidato à presidência nas eleições que se aproximavam. - Vargas também aponta que não tinha nada contra o movimento integralista nem contra seu líder, Plínio Salgado.

Além disso, é preciso ficar atento ao fato de que nem sempre os documentos estão disponíveis para download. No caso dos arquivos da “série

confidencial”, por exemplo, o CPDOC informa que para reproduzi-los é preciso entrar em contato por e-mail (sc_cpdoc@fgv.br), solicitando o documento, número de folhas e a localização. Isso não impede, porém, o acesso e leitura online das fontes.

ATIVIDADE

Vamos colocar em prática o que aprendemos neste capítulo? Acesse o site do CPDOC (<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>) e escolha um dos arquivos pessoais constantes no acervo da instituição. Em seguida, selecione um documento deste arquivo e preencha a tabela abaixo:

Localização	Local/Data	Remetente/Destinatário	Assunto

Dica:

Se tiver dificuldades, reveja o passo a passo apresentado neste capítulo. Boa sorte!

Comentário sobre a atividade:

A atividade tem como objetivo ajudar o (a) estudante a adentrar no universo dos arquivos. Encontrar documentos em arquivos não é uma tarefa simples, pois seja de forma virtual ou presencial, nos deparamos com milhares de fontes sobre os mais variados assuntos e períodos. Sendo assim, é essencial que o (a) pesquisador (a) conheça os mecanismos de busca para facilitar seu trabalho e não perder tempo na procura de documentos que lhe interesse.

Conclusão

Pesquisar documentos oficiais em arquivos públicos pode parecer para alguns estudantes uma prática ultrapassada diante de uma ampla variedade de fontes que o historiador possui à sua disposição. O século XX e a *Escola dos Annales* foram fundamentais para a historiografia avançar no trabalho com fontes para além de documentos oficiais. Contudo, observamos neste capítulo que o uso deste tipo de vestígio e os locais responsáveis pela sua salvaguarda são essenciais para estudos sobre instituições e política.

Isso não quer dizer que o tratamento com estas fontes seja o mesmo realizado no século XIX. Assim, no próximo capítulo, procuraremos observar as especificidades metodológicas para trabalhar com documentos oficiais que passaram por transformações ao final do século XX. Faremos isso analisando o próprio documento exemplificado neste texto na nossa procura pelo site do CPDOC, ou seja, o discurso de Getúlio Vargas aos integralistas em maio de 1937.

Resumo

Neste capítulo, apresentamos o que são fontes oficiais, para que servem e como usá-las. Indicamos também os principais arquivos brasileiros que guardam e disponibilizam este tipo de documentação, a exemplo do IHGBE, CPDOC, Arquivo Nacional, dentre outros. Procuramos, ainda, apontar alguns caminhos para a realização de pesquisa em arquivo, destacando a importância das instituições que disponibilizam o acesso online a documentos digitalizados.

Sites consultados:

Acesso em Arquivo Histórico do Exército: <http://www.ahex.eb.mil.br/>. Acesso em 14/08/2020 às 15:17h

Arquivo Nacional de Londres: <https://www.nationalarchives.gov.uk/>. Acesso em 14/08/2020 às 15:41h

Arquivo Nacional Washington D.C.: <https://www.archives.gov/dc>. Acesso em 14/08/2020 às 15:46h

Arquivo Nacional: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/>. Acesso em 14/08/2020 às 15:15h

Arquivo Público de Aracaju: <http://conarq.gov.br/consulta-a-entidades/item/apa.html>. Acesso em 14/08/2020 às 15:23h

Arquivo Público Estadual de Sergipe: <http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/78ec-s4qc-tpgq>. Acesso em 14/08/2020 às 15:27h

Biblioteca Nacional: <https://www.bn.gov.br/>. Acesso em 14/08/2020 às 15:20h

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>. Acesso em 15/08/2020 às 10:14h

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: <https://www.ihgb.org.br/>. Acesso em 14/08/2020 às 15:19h

Itamaraty: http://ererio.itamaraty.gov.br/pt-br/arquivo_historico.xml. Acesso em 16/08/2020 às 15:29h

Referências bibliográficas:

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2.edª. São Paulo: Contexto, 2008.

BARROS, José D'Assunção Barros. **Fontes Históricas**: Introdução aos usos historiográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Trad.: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Desvendando caminhos para análise de fontes oficiais

Adriana Mendonça Cunha¹

Meta: Realizar a análise de uma fonte oficial.

Objetivo: Ensinar noções básicas aos alunos de graduação sobre como analisar fontes oficiais.

Pré-requisitos:

- O aluno deve ter realizado a leitura do capítulo anterior sobre o que são, para que servem e os tipos de fontes oficiais.
- É aconselhável que o aluno acesse o documento apresentado neste capítulo através do link indicado. Por isso, o ideal é que, ao fazer a leitura do texto, o aluno esteja munido de aparelho com acesso à Internet.

Introdução

No capítulo anterior aprendemos quais tipos de estudos se utilizam de fontes oficiais, onde e como localizá-las em arquivos públicos. Neste capítulo, partiremos para o segundo passo, a análise desta categoria de documentos para que possamos iniciar a escrita historiográfica sobre governos, instituições, organismos e burocracias no que conhecemos como Nova História Política.

1. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (PPGHCS/COC/FIOCRUZ). Mestra em Educação e Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq). E-mail: adriana@getempo.org.

Fontes Oficiais e a Nova História Política

O (a) estudante deve estar se perguntando por que foram dedicados dois capítulos para falar sobre fontes oficiais em um curso sobre fontes para a História do Tempo Presente. Esses tipos de documentos não eram amplamente utilizados pelos historiadores positivistas do século XIX? Sim. O positivismo não foi superado com o advento da *Escola dos Annales*? Sim. Então voltaremos a realizar o mesmo tipo de operação historiográfica que era produzida no século XIX? Não. O que mudou?

Não podemos ignorar a importância que estes oitocentistas tiveram no processo de salvaguarda destes vestígios históricos. Como vimos no capítulo anterior, graças aos arquivos temos acesso a uma rica variedade de fontes oficiais que estão cada vez mais acessíveis com o processo de digitalização e o uso da Internet. Contudo, a metodologia utilizada no século XIX passou por transformações quando os fundadores da *Escola dos Annales*, Marc Bloch (1886–1944) e Lucien Febvre (1878–1956), lançaram o que conhecemos como história-problema no início do século XX. É o que o historiador Peter Burke chama de Revolução Francesa da Historiografia (2010, p. 17).

Encarando os documentos como fontes de verdades absolutas, os historiadores positivistas privilegiavam a descrição de acontecimentos. Em outras palavras, o que era dito nas fontes era reproduzido como o relato fiel do que ocorreu. Essa prática era encarada por tais estudiosos como uma busca por objetividade e, para eles, esta exatidão dos fatos seria encontrada em documentos oficiais oriundos de instituições. Consequentemente, seus estudos estavam voltados para narrativas de grandes fatos e personagens políticos. É o que chamamos de uma História Política tradicional.

Por outro lado, a história-problema surge como uma crítica a essa operação historiográfica. O documento não é mais visto em sua objetividade absoluta, mas como uma fonte para questionamentos. Assim, perguntas (ou problemas) são lançadas sobre o relato da fonte, possibilitando interpretações em torno do discurso reproduzido naquele vestígio.

A simples descrição de narrativas é substituída por uma análise que procura investigar o que não foi dito explicitamente pelo documento através de questões levantadas sobre ele.

Entretanto, essa revolução historiográfica ocasionou também uma certa marginalização das fontes oficiais e da História Política pelas futuras gerações da *Escola dos Annales*². Todavia, ao final do século XX, com o advento da História do Tempo Presente, surgiu a Nova História Política. Documentos oficiais voltaram a ser valorizados por uma boa parte dos historiadores franceses em um movimento que chamamos de Nova História.

Além de manter o método da história-problema, a Nova História Política procura investigar outras formas de agir politicamente. Não apenas o agir político de personalidades famosas do governo, das forças armadas ou ainda de aparatos burocráticos, mas também uma história voltada igualmente para a sociedade. Nessa perspectiva, a política transita de um campo a outro de forma dinâmica e flexível. Ela pode estar presente nas mídias, nas guerras, nas eleições, nos partidos, entre outros. Segundo René Rémond, “o político não tem fronteiras naturais. Ora ele se dilata até incluir toda e qualquer realidade e absorver a esfera do privado (...). Ora ele se retrai ao extremo” (2003, p. 442). A política perde suas fronteiras e passa a atuar em um campo ampliado.

Dessa forma, como os documentos oficiais podem nos ajudar? Ao estudarmos a organização e funcionamento de instituições e burocracias, podemos analisá-las em diálogo com a sociedade. Não mais como uma “torre de marfim” isolada das pessoas ordinárias e suas práticas sociais e culturais. O historiador passa a utilizar uma perspectiva de investigação que amplia a política desses organismos para diferentes setores da sociedade. Assim como procura compreender como estes indivíduos praticam política no seu cotidiano.

2. Esta marginalização ocorreu com maior força na historiografia francesa. Entre os ingleses, por exemplo, trabalhos voltados para a História Política continuaram a ser realizados por historiadores como Eric Hobsbawm (1917–2012).

Além da valorização das fontes oficiais e da História Política, houve também um retorno do fato. Enquanto a *Escola dos Annales* priorizava um recorte temporal da longa duração, a Nova História Política voltou a estudar o acontecimento, mas diferente de como era feito no século XIX com sua abordagem centrada em narrativas de grandes eventos. Com a História do Tempo Presente o fato tornou-se o ponto de partida para entender processos históricos de média e longa duração.

Como afirma Pierre Nora, o acontecimento nos possibilita compreender um sistema (NORA, 1976, p.191). Dessa maneira, é preciso interpretar e questionar as condições que proporcionaram esse acontecimento, assim como suas consequências na sociedade. Os eventos não se restringem a datas, e sim aos seus alcances nas vidas dos homens e das mulheres em sociedade. O fato é a maior expressão de um processo de longa duração, o tornando em evidência, pois ao longo do tempo estava imperceptível.

Essa discussão teórica pode parecer complicada para o (a) estudante. Para tornar mais clara, procuraremos aplicar algumas destas explicações na prática com a análise do documento selecionado no capítulo anterior, o discurso de Getúlio Vargas aos integralistas em maio de 1937 (GV confidencial 1937.05.00/01). Lançaremos questionamentos com o método da história-problema sobre o fato, pois esse não está pronto, é construído. Conforme Antoine Prost, “os fatos são como as pedras utilizadas para a construção das paredes do edifício chamado ‘história’” (2012, p. 54). Esse procedimento ocorre através do método crítico, ou seja, confrontar a fonte com que já se sabe sobre o tema.

Análise da fonte – Discurso de Getúlio Vargas aos integralistas (1937)

No capítulo anterior aprendemos que existem vários arquivos com acervos digitalizados disponíveis para consulta online e, em alguns casos, com permissão para download. Como exemplo, acessamos o arquivo pessoal de Getúlio Vargas, localizado no CPDOC. Usando o sistema de busca da instituição (**Consulta no Acesso**), encontramos vários

documentos que fazem referência aos “integralistas” (palavra-chave inserida na consulta).

O primeiro documento apresentado pelo site foi um discurso de Getúlio Vargas aos integralistas em maio de 1937. A partir dele, levantaremos algumas questões importantes que os historiadores devem fazer ao se depararem com o uso de fontes oficiais.

Vale ressaltar que o acesso aos documentos no site do CPDOC é apenas para visualização, não sendo permitido download. Caso o pesquisador deseje uma cópia da fonte, precisará entrar em contato com a instituição. Para que o (a) leitor (a) possa acompanhar nossa análise, basta acessar este link (https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=GV_Confid&pesq=%22integralistas%22&pagfis=170) e será direcionado diretamente ao documento em questão. Vamos lá?

Aqui, elencamos três tópicos importantes a serem considerados no tratamento da fonte. Primeiro, faremos uma análise do documento, suas características e formato. Em seguida, nos deteremos ao conteúdo desta fonte e, por fim, relacionaremos o documento com o contexto histórico do período no qual foi produzido.

I – Características do documento:

1 — *Fonte textual impressa.* Trata-se da “transformação de uma mensagem ou conteúdo verbal em texto escrito” (BARROS, 2019, p. 80). Ou seja, o discurso proferido por Vargas foi transformado em documento textual.

2 — *Documento composto por duas páginas.* É um documento de duas páginas assim divididas: na primeira temos a reprodução do discurso proferido por Vargas aos integralistas; na segunda, consta a resposta do ministro da justiça José Carlos Macedo Soares à comunicação recebida sobre o lançamento da candidatura de Plínio Salgado à eleição presidencial que ocorreria em 1938.

3 — *Data e Autoria.* O documento é datado de maio de 1937, contudo, não apresenta dia ou horário. Quanto à autoria, os dois documentos não

apresentam vinculação com nenhum órgão público nem contém assinatura. Apenas indicam tratar-se das palavras de Vargas e Macedo Soares.

4 — *Documento público*. “O documento público pode ter finalidade de transmitir uma informação à coletividade” (BARROS, 2019, p.83).

5 — *Produção voluntária*. O fato do discurso de Vargas e Soares terem sido transformados em documentos impressos aponta para uma intencionalidade em preservá-los. Conforme a citação abaixo, tanto o discurso de Vargas quanto a resposta do ministro da justiça parecem ter sido reproduzidas a fim de provar o posicionamento do governo em relação ao movimento integralista, afirmando não ter nenhum tipo de oposição àquele grupo. Vejamos.

Doc. n.º 1 — Que prove o altíssimo conceito que merecia o integralismo ao sr. Presidente da República, evidenciando-se, pois, que não se tratava de uma ideologia exótica ou nociva.

Doc. n.º 2 — Que prove a alta consideração em que era tido pelo Governo o sr. Plínio Salgado e seus companheiros e o conceito que merecia o integralismo. (CPDOC, GV confidencial, 1937.05.00/1).

II – Conteúdo do documento:

1 — Trata-se de um discurso direcionado aos camisas verdes (seguidores do movimento integralista liderado por Plínio Salgado).

2 — Os integralistas haviam procurado Vargas para apresentar a indicação de Plínio Salgado como candidato à eleição presidencial.

3 — Vargas declarou não conhecer Plínio Salgado pessoalmente, mas ressaltou não ter nada contra os integralistas, visto que esse movimento nunca causou nenhum problema ao seu governo.

4 — Tanto Vargas quanto Macedo Soares deram garantias de que o processo eleitoral de 1938 ocorreria normalmente, sem nenhuma interferência ou perseguição política a quaisquer grupos. Vargas salientou, ainda, que não tinha candidato à sucessão presidencial.

III – Contextualização histórica:

Após apontadas as características do documento e seu conteúdo, se faz necessário relacioná-lo com o contexto histórico no qual ele fora produzido. Conforme apontado, o documento é datado de 1937, mesmo ano em que Getúlio Vargas decretou o Estado Novo. O encontro de Vargas com os integralistas teria ocorrido em maio e o novo regime foi implementado em novembro, ou seja, alguns meses depois.

Vargas se encontrava no poder desde 1930, quando assumiu a presidência através do movimento armado conhecido como Revolução de 1930. Presidindo o governo provisório (1930—1934), Vargas convocou uma Constituinte para elaboração de uma nova Constituição, promulgada em 1934. Nesse mesmo ano, Getúlio fora eleito indiretamente para o cargo até as próximas eleições, a serem realizadas em 1938.

Em meio a esta conjuntura surgiu, em 1932, a Ação Integralista Brasileira (AIB) liderada por Plínio Salgado e que se definia como “uma doutrina nacionalista”. Inspirada no fascismo italiano, a AIB identificava o socialismo e liberalismo como inimigos da nação, defendendo um governo forte em torno de um líder. O integralismo utilizava-se de símbolos e rituais, como o uso de uniformes com braçadeiras com a letra grega *sigma*, símbolo da somatória. Era assim que se apresentavam os “camisas verdes”, como eram conhecidas as pessoas recrutadas para o movimento. (FAUSTO, 2015, p.304).

Além da AIB, surgiu também a Aliança Nacional Libertadora (ANL), movimento político de esquerda, liderado pelo comunista Luís Carlos Prestes. Este grupo organizou, em 1935, um levante revolucionário com o intuito de derrubar Vargas. A ação, fracassada e desmembrada rapidamente, permitiu ao governo instituir medidas repressivas como o estado

de sítio, prisão de militantes e parlamentares. Todo esse clima de “ameaça” comunista foi supervalorizado pelo governo que se aproveitou da situação para ganhar mais poder.

Esse era, portanto, o cenário que se apresentava, em 1937, quando os camisas verdes se dirigiram a Vargas para anunciar a candidatura de Plínio Salgado. As eleições se aproximavam e cresciam as desconfianças quanto ao prosseguimento do processo eleitoral. Por isso, podemos compreender as razões que levaram os integralistas a apresentar seu candidato e a declaração de Vargas afirmando que “o presidente da República não tem candidato e que garantirá a todos a liberdade de voto e o livre exercício dos direitos políticos.” (GV confidencial 1937.05.00/01).

Sabemos, contudo, que não foi isso o que aconteceu. Em novembro de 1937, Getúlio Vargas, com apoio do exército, fechou o Congresso e decretou o Estado Novo, cancelando as eleições. Os integralistas, por sua vez, estiveram envolvidos no golpe e colaboraram com Vargas na sua implementação. Em troca, o presidente deveria conceder o cargo de ministro da educação a Plínio Salgado. A promessa não foi cumprida e, em 1938, os integralistas tentaram um golpe contra Vargas. Uma frustrada invasão ao Palácio Guanabara, residência do presidente, pôs fim ao movimento integralista e garantiu a Vargas sua manutenção no poder até 1945.

Nesse breve resumo, procuramos apresentar a relação entre o documento e seu conteúdo com os acontecimentos do período em que foi produzido. Caro (a) leitor (a), conseguiu perceber a importância da contextualização histórica? A partir dela podemos compreender:

1 — O que foi a Ação Integralista Brasileira (AIB) e os camisas verdes, apresentados no documento.

2 — As razões que levaram os seguidores de Plínio Salgado a se dirigirem a Vargas para apresentar o seu candidato à presidência.

3 — A resposta de Vargas e sua postura em relação ao movimento até 1937: procurava manter uma certa distância, como pode ser inferido da sua afirmação de que “não tinha tido até agora contacto algum com o movimento integralista”. Ao mesmo tempo em que preservava um tom amistoso ao apontar ver “homens eminentes de meu **paiz** [grifo nosso] filiados a esse movimento que eu devo declarar me impressiona satisfatoriamente”. (GV confidencial, 1937.05.00/1).

Fique atento!

Ao fazermos uso de documentos devemos sempre transcrevê-los exatamente como se apresentam na fonte. Sabemos que com o tempo muitas palavras mudaram sua grafia ou acentuação. Por isso, é comum encontrarmos palavras como **paiz** ou invés de **país**, como aconteceu no trecho acima, porém lembre-se: não devemos alterar o documento e sim reproduzi-lo como ele se apresentava na época em que foi produzido.

Além dos elementos aqui apontados, o historiador precisa ficar atento às entrelinhas dos discursos, ao não dito. Por isso, algumas questões importantes precisam ser levantadas quanto a fonte:

1 — Qual a intenção de Vargas ao proferir aquelas palavras? Ele afirmou no discurso não conhecer pessoalmente Plínio Salgado e não ter tido contato, até aquele momento, com o movimento integralista. Isso era verdade ou ele desejava não ter nenhum tipo de vinculação com a AIB?

2 — Por que o documento tem uma descrição apontado que o discurso de Vargas foi apresentado como “prova do altíssimo conceito que o integralismo ao senhor presidente”? Qual o interesse por trás dessa afirmação? (GV confidencial 1937.05.00/01).

3 — Por que os integralistas se dirigiram também ao ministro da justiça Macedo Soares para apresentar a candidatura de Plínio Salgado?

Essas perguntas são algumas das dezenas de questionamentos que um historiador pode fazer à sua fonte. Muitas delas dependem dos caminhos percorridos pelo pesquisador e o seu foco de análise. Outras vão surgindo a partir da leitura do documento, da descoberta de novos dados, da relação realizada entre o conteúdo da fonte e o contexto histórico e do contato com a bibliografia pertinente ao tema.

Portanto, não basta o acesso aos documentos e coleta de informações ali contidas. É necessário interrogar a nossa fonte, relacioná-la com outras fontes disponíveis, constatar sua autenticidade, lugar e contexto de produção, os interesses por trás desses registros. Lembrem-se também que, mesmo as fontes oficiais carregam subjetividade, interesse e seletividade quanto aquilo que se preserva ou não para a posteridade.

Atividade

Que tal colocar em prática o que vimos nesse capítulo e fazer a análise de uma fonte oficial? No capítulo anterior, a atividade solicitava a localização de uma fonte no arquivo do CPDOC. Agora, você deve acessar o mesmo documento e seguir os passos apresentados neste capítulo.

Atenção! Na análise você deve ficar atento aos seguintes pontos: características da fonte, conteúdo, relacioná-la ao contexto histórico do período em foi produzida, elaborar questionamentos sobre o documento.

Comentários sobre a atividade

Prezado aluno (a), lembre-se que é importante realizar a atividade para colocar em prática tudo que foi discutido ao longo do capítulo. Leia a fonte atentamente, observando suas características, procurando extrair o máximo possível de informações.

Conclusão

Caro (a) aluno (a), aqui encerramos nosso breve curso sobre o estudo de fontes oficiais. Longe de contemplar todo o arcabouço sobre o tema, pretendemos apresentar uma noção introdutória para os (as) alunos (as) de

graduação que estão iniciando suas pesquisas históricas. Para um maior aprofundamento, sugerimos a consulta das referências bibliográficas indicadas ao final de cada capítulo.

Assim, finalizamos esses textos demonstrando como fontes oficiais não precisam ser rechaçadas ou encaradas com preconceitos. Considerando as transformações metodológicas que o campo da história passou nos últimos anos, esses documentos nos proporcionam pesquisas de qualidade. Da mesma forma que tais vestígios históricos podem também ser utilizados em sala de aula pelo professor para fomentar discussões entre seus alunos.

Resumo

Nesse capítulo, procuramos apresentar alguns elementos importantes a serem considerados pelo historiador ao lidar com fontes oficiais. A partir da fonte selecionada, o discurso de Vargas aos integralistas em 1937, colocamos em prática procedimentos fundamentais na realização da operação historiográfica. Para tanto, elencamos as características da fonte, seu conteúdo, o contexto histórico no qual foi produzida e questionamentos ao documento.

Referências Bibliográficas

BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales**: A revolução francesa da historiografia. Trad. Nilo Odalia. 2ª Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14 ed. São Paulo: EDUSPE, 2015.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida (Org.). **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

NORA, Pierre. O retorno do fato. LE GOFF, J. NORA, P. **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976.p.179-193.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

Ao som dos acontecimentos – a música e a música popular brasileira no ofício do historiador

Claudefranklin Monteiro Santos¹

Meta: Refletir sobre o uso da música popular como fonte na pesquisa histórica.

Objetivo: Apresentar situações práticas de pesquisa histórica tendo a música como fonte

Pré-Requisitos: Consultar um livro ou texto sobre História da Música Popular e outros que discutam a relação entre História e Música.

Introdução

Tendo por base ensaios sobre a interface entre história e música, o presente capítulo é um convite à reflexão sobre o uso da música popular como fonte histórica. Para tanto, o autor se vale de sua experiência historiográfica como mote para explicar os efeitos do uso da música na pesquisa histórica. Para isso, ele se vale de um relato pessoal de ensaios e textos que produziu ao longo de dez anos, apontando caminhos teóricos e metodológicos.

Em 2001, o cantor baiano Edson Gomes lançou o álbum *Acorde, Levante e Lute*, pela Atração Fonográfica. Àquela altura, o *reggae man* brasileiro já havia consolidado sua carreira, iniciada no final dos anos 80.

1. Professor do Departamento de História e do Mestrado em História da Universidade Federal de Sergipe. franklinmonteiro74@gmail.com

Suas canções, mesmo diante da sua resistência natural ao mundo midiático e deste mundo ao tipo de política musical que o cantor encampava, havia alcançado um patamar de popularidade impressionante, sendo tocado nos mais variados rincões do Brasil, até mesmo nas rádios e na TV.

Autor de diversos *hits* populares, como *Malandrinha*, *Samarina* e *Camelô*, Edson Gomes despertou em mim a possibilidade de valer-me da música para exercer meu ofício de historiador, sobretudo numa época em que eu discutia a relação das devoções populares com o clero esclerido da Igreja Católica, nascido no bojo do processo de romanização² da instituição, verificado no Brasil da passagem do século XIX para as primeiras décadas do século XX.

A música sempre fez parte de minha trajetória pessoal de vida e minha relação com ela foi ganhando novos contornos para além do entretenimento. Da Música Popular Brasileira ao rock, do qual me tornei apreciador após o *Rock in Rio* de 1985, passando pela influência direta e assertiva dos *Beatles* e de cantores e bandas nacionais como Raul Seixas e Legião Urbana, a música passou a me dizer muito mais do que o que na minha adolescência eu queria expressar, revelando para mim ao longo dos anos, também, as sutilezas e suscetibilidades da história.

Até o primeiro semestre de 2010, quando cursava o Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco, eu não havia ainda utilizado a música como fonte e mesmo objeto de pesquisa em meus trabalhos. A primeira oportunidade surgiu por ocasião da disciplina *Tópicos Especiais em Sociologia (Sociologia da Religião)*, ministrada pelo Prof. Dr. Péricles Moraes na Universidade Federal de Sergipe. Naquela ocasião, fui tomado de assalto pelas possibilidades de análise do universo religioso na História do Brasil, sobretudo do impacto musical da canção *Inquilino das Prisões*, de Edson Gomes.

2. Convencionou-se chamar de romanização um conjunto de ações da Igreja Católica que buscava reformar o clero, sua formação e também a forma das pessoas lidarem com o sagrado, procurando, entre tantas medidas, expurgar do seio da instituição práticas de espontaneidade devocional comum ao chamado catolicismo popular, incrustado na História do Brasil, desde sua fundação

O que seria um primeiro exercício, despretenso e apenas pontual para as demandas daquele momento, acabou se tornando uma prática comum no meu fazer historiográfico. Até a presente data, registro as seguintes experiências que foram agregadas de forma muito significativa ao meu fazer historiográfico: *“A Casa de Satanás”: Fé, Música e Ressignificação Religiosa na Trajetória de Édson Gomes* (comunicação, 2012, publicada nos Anais do XIII Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões); *Os sentidos da festa* (artigo, 2013 — revista *Diálogos*); *Anjos, Demônios Sociais e Canções de Amor* (comunicação, 2013, Anais do I Simpósio Internacional da Associação Brasileira de História das Religiões); *Nos bailes da vida* (livro organizado com Assuero Cardoso sobre a Banda Los Guaranis, 2013); *Padre Zezinho, um cidadão do infinito: canções e reflexões — uma análise sócio-teológica e histórica* (artigo, 2015 — Revista *Práxis Pedagógica*); *História, Mídia e Música: Maria no (Des)comando e Espetáculo Clerical* (comunicação, 2016 — III Congresso Nordestino de Ciências da Religião e Teologia); *Notas sobre o Carnaval* (artigo, 2019 — Revista *Cumbuca*); *A vida é um trio elétrico* (livro, 2019); *As Romarias na Música Popular Brasileira* (artigo, 2020 — Revista Brasileira de História das Religiões).

A seguir, compartilho alguns aspectos teórico-metodológicos das experiências citadas acima, no afã de discutir, de forma prática e didática, a interface entre história e música e suas possibilidades de pesquisa. Desejo que esta reflexão oportunize a gestação de novas investidas historiográficas que contribuam para o deslindamento de novas questões que a história impõe ao pesquisador de tempos em tempos, sobretudo no tempo presente, em que a música se apresenta numa faceta cada vez menos material (no que se refere à cultura material, como LP, CD, DVD) e sede espaço ao digital.

A música como qualquer fonte ou objeto de pesquisa exige do pesquisador um propósito e questões que norteiem o direcionamento das análises. Para além de ser fim, ela deve ser meio para dar conta de atender às demandas do interesse científico, aqui em especial ao conhecimento

histórico. Assim como comumente se faz com a imagem, a música não pode ser acessório e alegoria do trabalho. A música será um dos aportes da pesquisa para compreender os acontecimentos e ajudar a deslindá-los.

Nesse sentido, vale destacar que os teóricos que se debruçam sobre a música enquanto fonte de pesquisa apontam para o fato de que ela pode, como qualquer outra fonte, sofrer a ação da chamada “crítica histórica”. Daí a condição primeira de saber o que se quer fazer da música. Seus possíveis usos definirão a natureza de seu trabalho e aquilo que o pesquisador irá estabelecer como ferramenta e condição de pesquisa.

Para os que pretendem se aventurar, no melhor sentido da palavra, na seara da pesquisa histórica que tem a música como objeto e/ou fonte, uma leitura obrigatória, independente do direcionamento que se queira dar, é Theodor Adorno (1903 – 1969). O filósofo, sociólogo, musicólogo e compositor alemão se apresenta como um pioneiro na discussão sobre música no campo científico, e nos mune de elementos conceituais importantes. Além disso, discute, de modo particular em *Filosofia da Nova Música* (1949), questões como: a industrialização da arte, a indústria fonográfica e o consumo musical.

Para Adorno: “A música não conhece nenhum direito natural e por isso toda psicologia da música é tão discutível. Na tentativa de reduzir a música de qualquer época e uma “compreensão” invariável, supõe-se a constância do sujeito musical” (2011, p. 35).

Sobre a arte expressiva, comum à música, e o que ela pode comunicar, diz Adorno:

Logo que a música fixa rigidamente, univocamente, o que expressa, isto é, seu conteúdo subjetivo, este se torna rígido e se transforma justamente nesse elemento objetivo de cuja existência renega o puro caráter expressivo da música. Na relação documental como seu objeto, ela mesma se torna “objetiva”. Com suas explosões desvanece-se o sonho da subjetividade, tanto quanto suas convenções. Os acordes documentais destroem a aparência subjetiva. Mas deste modo acabam anulando sua própria função expressiva (2011, p. 47).

As afirmações de Adorno dão o tom da pesquisa no campo musical e da complexidade de suas interfaces, inclusive com a história. Por isso, é necessário estar atento a outros aspectos que sempre me pareceram importantes em nossas escolhas temáticas, conceituais e metodológicas: a subjetividade e a sensibilidade. Esses aspectos devem ser observados do ponto de vista de quem consome culturalmente a música e de quem a produz.

Em vista disso, gostar de música e saber lidar com seus limites e possibilidades objetivas são considerações que precisam estar presentes em nossos trabalhos. Assim como qualquer fonte ou objeto de pesquisa, é preciso saber se distanciar sem necessariamente estar totalmente alheio ao que se analisa e se escreve. Cabe lembrar que quem compõe e quem expressa uma canção, além de ser movido pelo seu estado criativo, também está imbuído de um contexto de produção, de um tempo, ainda que, simultaneamente, , como parte de sua expressão artística, o autor se permita inventar.

Nesse sentido, vale destacar as assertivas de Marcos Napolitano, outro autor fundamental nessa relação entre história e música, sobre a natureza da fonte musical: “(...) o documento artístico-cultural é um documento histórico como outro qualquer, na medida em que é produto de uma mediação da experiência histórica subjetiva com as estruturas objetivas da esfera socioeconômica” (2005, p. 32).

Ainda que o pesquisador não seja adepto da História Cultural ou sequer pretenda fazer uma História da Música, ou da Cultura Musical, aquele que lida com a música precisa lidar com a ideia de que uma canção é um produto cultural, que está no bojo das mais diversas práticas culturais, sociais, políticas, religiosas. Da música pode-se depreender a forma como foi composta, executada, cantada, dançada, mas também de saber como ela mudou e definiu comportamentos e sedimentou outros, marcou gerações, definiu identidades, construiu memórias e laços de pertencimento, ditou formas de se expressar e de expressar a realidade e o sonho, também; como foi gravada e em que plataforma pretendeu se eternizar, vencer o tempo e continuar além de traduzir outros tempos, demarcar ações do nosso.

Nos trabalhos que me utilizei da música como objeto e como fonte, estive entre as minhas preocupações uma reflexão acerca da *música popular*, à guisa do quê o historiador Marcos Napolitano diz a respeito:

A consolidação do campo musical popular expressou novas sociabilidades oriundas da urbanização e da industrialização, novas composições demográficas e étnicas, novos valores nacionais, novas formas de progresso técnico e novos conflitos sociais, daí resultantes. (...) a história da música popular no século XX revela um rico processo de luta e conflito estético e ideológico (2005, p 18).

No que se refere ao século XX, para Marcos Napolitano a música tem sido “(...) a tradutora dos nossos dilemas nacionais e veículo de nossas utopias sociais” (2005, p. 7). Recomendo a última parte do seu livro *História e Música*, sobretudo para os iniciantes, mas também aos mais experimentados nesse campo. O autor apresenta um roteiro técnico metodológico para quem deseja se utilizar da música para fins de pesquisa histórica, notadamente a partir da perspectiva que escolhi para meus trabalhos: da seleção do material à crítica historiográfica.

Ainda ao nível das questões envolvendo teoria e metodologia no campo discursivo e científico da relação entre História e Memória, a contribuição de José D’Assunção Barros é digna de referência. O autor, que se notabiliza pelas discussões teóricas, conceituais e metodológicas da pesquisa histórica, tem se dedicado nos últimos anos a colaborar para a temática da música enquanto recurso para a História, como um meio de representação histórica e terreno fértil para a historiografia. Para tanto, recomendo o livro *História e Música* (2017). Um dos mais completos manuais teórico-metodológicos até então escritos para quem deseja transitar nessa temática, a seu ver, renovadora do conhecimento histórico, possibilitando ao pesquisador novas investidas e novas formas de lidar com as demandas do tempo histórico.

Outro autor muito importante é José Ramos Tinhorão. Paulista, natural de Santos, se naturalizou no Rio de Janeiro, tornando-se uma grande referência como jornalista voltado para a crítica musical e para a pesquisa sobre a história da música brasileira. De sua autoria, destaco e recomendo particularmente dois trabalhos: *História Social da Música Popular Brasileira* e *Música Popular: do Gramofone ao Rádio e TV*.

Tendo como norte de suas análises a questão do colonialismo e da dominação cultural, Tinhorão discute as possibilidades de representatividade da cultura brasileira a partir do universo musical. Para tanto, procura entender a música popular brasileira das suas origens colonialistas portuguesas ao regime militar.

Entre as leituras possíveis da realidade os acontecimentos a partir da interface história e música, Tinhorão destaca o atrelamento histórico da música brasileiras às influências e até mesmo à dominação externa, para além do colonialismo de origem:

(...) a ideia de modernidade e de universalidade (...), o som importado leva os consumidores nacionais ao desprezo pela música de seu próprio país, que passa então a ser julgada ultrapassada e pobre, por refletir naturalmente a realidade do seu subdesenvolvimento (2010, p. 11).

Para fins de ilustração sobre o que Tinhorão expõe acima, vale destacar aqui o *Movimento contra a Guitarra Elétrica*, ou *Passeata da MPB*, ocorrida em São Paulo, no dia 17 de julho de 1967. A ideia era defender uma pretensa música nacional e “defendê-la” das influências ou “invasão” da música internacional. Nunca é demais lembrar que àquela época havia um crescimento considerável no Brasil pelo interesse do avanço do rock, que permitiu não somente o consumo do estilo em sua versão norte-americana como também inglesa. Devo notar que isto não impediu, por exemplo, o surgimento de um rock com cores brasileiras e o jeito nacional, personalizado na chamada Jovem Guarda, cujo principal expoente é, ainda hoje, Erasmo Carlos.

Tinhorão também discute a compreensão da produção musical brasileira tendo como aporte analítico a influência dos meios tecnológicos de difusão do som e da imagem do final do século XIX até o aparecimento do rádio e da TV: “Uma das vantagens iniciais da transformação da música em produto industrial, para os músicos populares, foi a ampliação do seu mercado de trabalho” (2014, p. 30).

Do prazer de tocar à sua profissionalização como músico, a trajetória de Tinhorão provocou um divisor de águas no cenário musical internacional e brasileiro. Para tanto, quero ilustrar com a dupla baiana Dodô e Osmar, que nos anos 1942 criou um instrumento que evitava o fenômeno de microfonia, agregando a cordas um captador elétrico num cepo maciço, criando a guitarra — há quem diga bem antes dos norte-americanos. Dodô e Osmar, desde que se conheceram, se divertiam com a música e com suas inventividades, a exemplo do trio elétrico, em 1950, e nunca tiveram em mente algo comercial. Seus principais inventos e canções também sofreram a ação da chamada indústria musical do pós anos 1950 e alcançaram consideráveis patamares de sucesso e de crítica.

Nesse mesmo contexto, o rádio e a TV desempenharam papéis relevantes para colocar a música em outro patamar de produção e consumo. Tinhorão afirma que além de impor os padrões de uma classe média alta, a TV, por exemplo, se tornou num grande filão comercial. Consoante, a música também se transformou em um filão haja vista os famosos e concorridos festivais de música popular que ganharam o lar, o coração e as pessoas que tinham acesso às novas formas de disseminação da cultura. Isto, de alguma, também irá impor ao compositor e ao artista novas formas de compor, de se apresentar e de “vender” seu produto, posteriormente menina dos olhos das grandes gravadoras, boa parte delas, multinacionais. A música virou um grande negócio e o rádio e a TV foram fundamentais.

Ainda nesse cenário de estudiosos do fenômeno musical no tecido histórico, destaco e também recomendo a leitura de Santuza Cambraia Naves, antropóloga e socióloga, que desde 1998 vem publicando

trabalhos significativos que ajudam a compreender a cultura musical popular do Brasil. Em *A Canção Brasileira* (2015), ela procura fazer um apanhado da MPB nos últimos cem anos, centrando sua análise no que ele chama de “papel formativo desempenhado pela música”. Do samba-canção e da Bossa Nova aos cantores populares de grande repercussão e ascendência sobre as massas, a exemplo de Gilberto Gil e Caetano Veloso.

Neste livro, Santuza se vale do conceito de “canção crítica”. Aliás, é uma de minhas opções conceituais e metodológicas em minhas experiências historiográficas de história de música. Opções que procuram para além de entender a “estrutura interna” da canção, também perscrutar o sentido histórico da realidade brasileira. A autora trabalha com elementos que podem colaborar com o ofício do historiador no campo musical, no afã de também entender o momento histórico das composições e suas implicações temporais.

Dos trabalhos que não estão inseridos na categoria científica, notadamente no campo da ciência histórica, e que são assinados por jornalistas ou críticos, quero ressaltar dois deles, não somente pela importância, mas também pela contribuição balizada e bem fundamentada, seja ao nível da memória, como também ao nível da análise e do registro histórico. Refiro-me aos livros do jornalista Franklin Martins, figura muito conhecida até pouco tempo, seja na mídia, seja na política, e do crítico, compositor e jornalista Nelson Motta, autor, inclusive de grandes sucessos da Música Popular Brasileira, a exemplo de *Como uma onda no mar*, em parceria com Lulu Santos (1983).

Certamente um dos trabalhos mais promissores dos últimos anos no campo da relação entre história e música é coleção de três volumes de autoria de Franklin Martins: *Quem inventou o Brasil? A música popular com história da República* — vol. 1 (1902–1964); vol. 2 (1964–1985); vol. 3 (1985–2002). Trata-se um trabalho ricamente ilustrado (iconograficamente), de texto rico e profundo, numa linguagem didática, que cobre uma parte significativa da história da produção da música popular no Brasil e sua relação com os acontecimentos históricos em seus mais variados eixos temáticos.

Entre os inúmeros trabalhos de Nelson Motta, incluindo aqui uma promissora biografia de Tim Maia (*Vale Tudo: o som e a fúria de Tim Maia*, 2007), o livro *101 canções que tocaram o Brasil* (2016) se apresenta como de grande relevância para os historiadores nesse campo da Música Popular Brasil. O autor discorre com a maestria que lhe é peculiar sobre as principais canções que marcaram o cenário e cena cultural do Brasil ao longo do último século, com verbetes e iconografias que remetem a momentos emblemáticos da História do Brasil. Motta também está presente em meus trabalhos sobre História e Música, não somente por ele gozar de uma profunda cultura musical, mas também por ter sido partícipe de vários momentos da memória musical brasileira, dos artistas e também do mercado fonográfico.

Atividade

1. De que maneira o texto contribuiu para a sua formação de pesquisador em História?
2. Você se sentiu instado a trabalhar com a relação História e Música? Justifique sua resposta.

Comentário sobre a atividade

1. O ofício do historiador requer alguns aspectos que são inerentes ao seu fazer científico. Nesse sentido, como o trato com uma fonte tão singular como a música poderia colaborar para a formação do pesquisador em História? Que elementos no trato com as fontes na perspectiva da relação História e Música poderiam servir a outros tipos de inserções no campo da pesquisa histórica.
2. História e Música é uma discussão apaixonante e requer para além do domínio técnico também a empatia pela música, o gostar de música. Independente das escolhas que fazemos, no viés analítico que nos utilizamos, a música sempre será bem vinda para entender os aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais dos acontecimentos.

Conclusão

Vale destacar, à guisa de provocação, que apesar dos trabalhos e autores acima citados e recomendados, no Brasil as discussões entre História e Música ainda carecem de novas investidas e de novos trabalhos, principalmente no campo teórico-metodológico. Fica a dica, pois, como diria Cazuzu: “O tempo não para”.

Isso não quer dizer que o tratamento com destas fontes seja o mesmo realizado no século XIX. Assim, no próximo capítulo, procuraremos observar as especificidades metodológicas para trabalhar com documentos oficiais que passaram por transformações ao final do século XX. Faremos isso analisando o próprio documento, exemplificado neste texto na nossa procura pelo site do CPDOC, ou seja, o discurso de Getúlio Vargas aos integralistas em maio de 1937.

Resumo

Neste capítulo, apresentamos as possibilidades de uso da música popular como fonte na pesquisa histórica, tendo por base experiências com ensaios, artigos, capítulos e livros que tiveram como mote temático e discursivo a interface entre a história e a música, seja do ponto de vista teórico, seja ao nível da metodologia.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor. **Filosofia da Nova Música**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BARROS, José D’Assunção. **História e Música**. Rio de Janeiro: Celta, 2017.
- _____. História e Música. Considerações sobre suas possibilidades de interação. **História & Perspectivas**, Uberlândia (58); 25-39, jan./jun. 2018
- MARTINS, Franklin. **Quem foi que inventou o Brasil?** A música popular com a história da República. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- _____. **Quem foi que inventou o Brasil?** A música popular com a história da República. Vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- _____. **Quem foi que inventou o Brasil?** A música popular com a história da República. Vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

MOTTA, Nelson. **101 Canções que tocaram o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. **História e Música**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

NAVES, Santuza Cambraia. **A canção brasileira** (Leituras do Brasil através da música). Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro; BARBOSA, Assuero Cardoso (org.). **Nos Bailes da Vida**. Aracaju: J Andrade, 2013.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. “A Casa de Satanás”: Fé, Música e Ressignificação Religiosa na Trajetória de Édson Gomes. In: **XIII Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões**, 2012, São Luís - MA. Religião Carisma e Poder: as Formas da Vida Religiosa no Brasil - Caderno de Resumos. São Luís - MA: EDUF-MA, 2012. p. 207-207.

_____. Anjos, Demônios Sociais e Canções de Amor. In: **I Simpósio Sudeste da ABHR, I Simpósio Internacional da ABHR**, 2013, São Paulo-SP. Diversidades e (In) tolerâncias Religiosas, 2013. p. 1802-1815.

_____. As Romarias na Música Popular Brasileira. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 13, p. 81-102, 2020.

_____. **A Vida é um Trio Elétrico**. Aracaju-SE: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe (EDISE), 2019.

_____. História, Mídia e Música: Maria no (Des)comando e Espetáculo Clerical (comunicação). **III Congresso Nordestino de Ciências da Religião e Teologia**, 2016.

_____. Os Sentidos da Festa. **Diálogo** (São Paulo), v. XVIII, p. 20-25, 2013.

_____. Padre Zezinho, um cidadão do infinito: canções e reflexões - uma análise sócio-teológica e histórica. **Práxis Pedagógica: Revista do Curso de Pedagogia**, v. 3, p. 83-109, 2015.

TINHORÃO, José Ramos. **História Social da música popular brasileira**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. **Música popular: do gramafone ao rádio e TV**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2014.

Discografia

CAZUZA. O tempo não pára (faixa 6). CD O tempo não pára – ao vivo. Universal Music, 1987.

GOMES, Édson. Inquilino das Prisões (faixa 7). CD Acorde, Levante e Lute. Atracção Fonográfica, 2001.

Som e Narrativa: as canções de rock como fontes históricas

Mônica Porto Apenburg Trindade¹

Meta: Apresentar brevemente as origens e vertentes do rock, estilo inserido na música popular, e demonstrar como as canções resultantes desse gênero funcionam como fontes históricas.

Objetivo: Ao final do curso os participantes deverão ter conhecimento de como utilizar as canções de rock na pesquisa histórica.

Pré-Requisito: Consultar um dicionário histórico ou um livro sobre o tema para saber qual é a definição de fonte histórica.

Introdução

Surgido em meados dos anos 1950, nos Estados Unidos, o *rock 'n roll* se tornou com o tempo um estilo musical entre os mais consolidados e populares do mundo. A sua origem está ligada essencialmente ao modelo de música afro-americana, com ritmos sincronizados, voz rouca e sentimental, e vocalizações de chamado-resposta. Dentro desse modelo, podemos citar que o *blues* rural (início do século XX), o *blues* urbano, o *gospel* e o *jump band jazz* compuseram o estilo afro-americano que ganhou

1. Licenciada em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Mestra em Educação (PPGED/UFS). Doutoranda em História Comparada (PPGHC), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Substituta de História no Colégio de Aplicação (CODAP – UFS). Professora Substituta de História vinculada à Secretaria do Estado da Educação de Sergipe (SEDUC).

força no início da década de 1950, formando o *rhythm and blues*, maior influência do *rock 'n roll* (FRIEDLANDER, 2012. p. 31).

Por outro lado, apesar de ser um gênero com fortes raízes na música negra, o *rock 'n roll* também sofreu influência dos estilos mais voltados para a música branca, que se uniriam com o estilo afro-americano. Assim, classificações musicais como o *folk*, a música *country* e o *rockabilly* (fusão sulista e branca da música *country*, do *blues*, do *gospel* e do *rhythm and blues*), se fundiriam gerando o que ficou conhecido por nós como *rock and roll*.

O surgimento do *rock* provocou sentimentos contraditórios entre os jovens e seus pais nos anos 1950. Por um lado, a juventude aderiu ao novo estilo como uma forma de criação da sua própria identidade. Em contrapartida, para os pais, o *rock* era uma maneira de degenerar a juventude e afastá-la dos padrões ensinados pela família norte-americana. Em meio a sentimentos contraditórios entre os jovens da década de 1950 e frente à tantas mudanças pelas quais a música popular enfrentava nesse período, o *rock 'n roll* expandiu-se progressivamente, fazendo florescer artistas que conquistaram um importante espaço dentro desse universo. Além disso, à medida que ocorria essa expansão, o *rock* (termo que representa todos os estilos subsequentes ao *rock 'n roll*) foi comportando diversas outras vertentes, atingindo um público cada vez mais abrangente.

Tal diversificação aponta primeiramente para uma complexidade em relação à conceituação do *rock* e, simultaneamente, à dimensão que esse gênero musical atingiu desde seu surgimento. Paulo Chacon chama atenção para o perigo de conceituar o *rock* sem focar no aspecto principal: seu mercado consumidor (CHACON, 1983, p. 10). O autor fez a seguinte afirmação:

(...) o *rock* é e se define pelo seu público. Que por não ser uniforme, por variar individual e coletivamente, exige do *rock* a mesma poliformia, para que se adapte no tempo e no espaço em função do processo de fusão (ou choque) com a cultura local e com as mudanças que os anos provocam de geração a geração. Mais poliformo ainda porque

seu mercado básico, o jovem, é dominado pelo sentimento da busca que dificulta o alcance ao porto da definição (e da estagnação...) (CHA-CON, 1983, p. 11).

Acompanhando este raciocínio, compreendemos que o rock é um gênero que se adapta, readapta e se reinventa, visando a um público que consome não somente as canções produzidas por ele, mas outros elementos agregadores como estilo de vestuário, de cabelo, de comportamento e de cosmovisão. Esse caráter múltiplo do rock aponta para uma ampliação de possibilidades ou caminhos pelos quais o historiador pode trabalhar. Neste texto, no entanto, daremos especial atenção ao universo do rock a partir das canções enquanto fontes históricas, buscando observar as potencialidades e os limites metodológicos que envolvem esse tipo de fonte. Portanto, trilhemos os caminhos e desvendemos as possibilidades apresentadas pelo som e pela narrativa que constituem as canções de rock abordadas no próximo bloco desse trabalho.

Possibilidades do Rock no Campo da História: o caso das canções

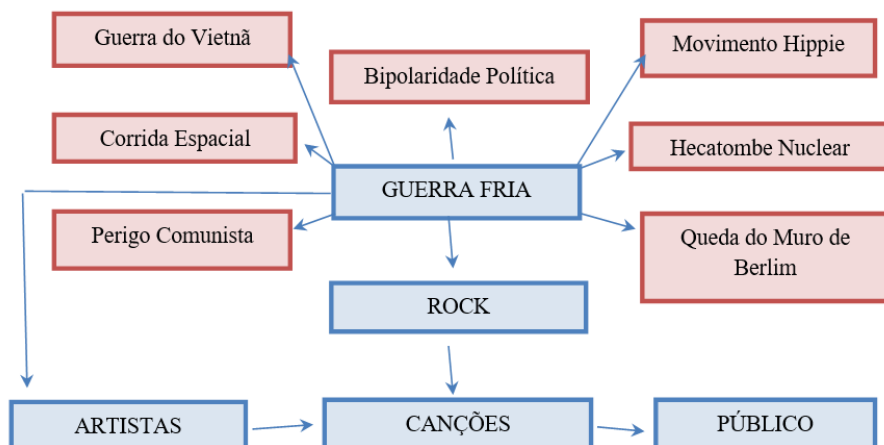
Analisar canções de rock enquanto fonte histórica representa um verdadeiro desafio para os historiadores, devido às dificuldades de interpretação por conta das especificidades apresentadas por elas. As canções se constituem como prática artístico-cultural realizada pelos sujeitos de individual ou coletivamente, ao longo dos séculos e, enquanto produção humana no tempo, encaixam-se como elemento de análise historiográfica. Contudo, apesar da relação profícua entre história e canção, não podemos esquecer que esta última possui uma linguagem particular a ponto de dificultar a elaboração de uma metodologia específica no que diz respeito aos estudos históricos.

Diante disso, gostaríamos de ressaltar que os desafios apresentados não devem desestimular o pesquisador, muito pelo contrário. As canções abrigam um celeiro enorme de possibilidades e, para começo de conversa, aquele que escolhe esse tipo de produção artística como fonte

histórica, precisa, primeiramente, delimitar um caminho a seguir dentro o diversificado universo do rock. Dessa forma, o pesquisador poderá então escolher qual a melhor estratégia metodológica a ser utilizada.

Portanto, comecemos essa instigante tarefa, lembrando que as canções podem ser consideradas como fontes históricas por, de alguma maneira, refletirem, as ideias, costumes e os acontecimentos que ocorreram em determinada época na esfera política, social e cultural. Alguns exemplos de relação entre as canções e determinados contextos históricos podem ser verificadas no organograma abaixo:

Imagem I – Organograma que exemplifica como as canções de rock podem refletir o contexto de uma época e transmiti-lo ao público.



As canções de rock se caracterizam como produtos de um contexto específico, permeado por ideias e pela própria arte de uma época. Sendo assim, em certa medida, tais canções são elaboradas a partir da compreensão de mundo que os compositores partilham com seus contemporâneos. Vejamos o exemplo da canção *Wind of Change* (Vento da Mudança), que aborda a Queda do Muro de Berlim, composta por Klaus Meine, vocalista da banda alemã *Scorpions* e lançada em 1990, através do álbum *Crazy Word*.

Primeiramente, ao escolhermos essa canção, devemos observar que se trata de uma produção musical inserida no contexto histórico do final da Guerra Fria (1947 – 1991), em que o mundo havia assistido à queda do muro de Berlim, em 1989 e, desde então, a Alemanha vivenciava um processo de reunificação. Por conta disso, a letra da canção apresenta a busca pelo distanciamento do passado e um tom otimista em relação ao futuro com o encaminhamento final do conflito, cujo vento da mudança trazia mais do que tudo, esperança, conforme o trecho a seguir: “*I can feel it everywhere/ Blowing with the wind of change/ Take me to the magic of the moment/ On a glory night/ Where the children of tomorrow dream away (dream away)/ In the wind of change/ Walking down the street/ Distant memories/ Are buried in the past forever*”²

Portanto, a verificação do contexto que permeia a canção é imprescindível para compreendermos mais sobre o que estava sendo refletido e divulgado pelos artistas através das canções à época em que elas foram lançadas. Todavia, observar somente o contexto não é o bastante. Para uma análise mais aprofundada, outros aspectos também devem ser considerados e somados ao exame da letra de uma canção, entre eles, a origem dos artistas envolvidos, o tipo de concepção impressa nas capas dos discos, o público-alvo ao qual a canção foi destinada, a repercussão da canção perante a mídia e a projeção dos artistas no cenário musical, para citar apenas alguns exemplos.

2. “Eu posso sentir isso em todos os lugares/ Soprando com o vento da mudança/ Leve-me para a magia do momento/ Em uma noite de glória/ Onde as crianças de amanhã sonham (sonhem)/ No vento da mudança/ Caminhando pela rua/ Memórias distantes/ Estão enterradas no passado para sempre” (tradução nossa). Link de acesso à letra na íntegra e videoclipe da canção Wind of Change: <https://www.letras.mus.br/scorpions/35387/>. Acesso em 15/02/2021, às 19h24min.

Imagem II – Capa do Álbum *Crazy World*. *Scorpions*, 1990. Gravadora: *Island Mercury*.³



Marcos Napolitano (2002) já argumentou que uma canção carrega consigo várias camadas de sentidos. Por se tratar de um documento de natureza estética, todo tipo de linguagem que a circunda precisa ser considerado. De acordo com o autor,

(...) não se pode desarticular a natureza da canção (verbal e musical) no momento da análise. Essa dupla natureza se funde no instante da composição. Quando a canção chega ao público, ela não aparece só em forma escrita. A escrita e o som chegam juntos. O efeito global da articulação dos parâmetros poético-verbal e musical é que deve contar, pois é a partir deste efeito que a música se realiza socialmente e esteticamente (NAPOLITANO, 2002, p. 55).

A necessidade de articular a natureza verbal e musical que compõe uma canção no momento da análise, impõe ao historiador alguns

3. A imagem exposta na capa do disco reforça a ideia transmitida na canção *Wind of Change*, de que existe uma saída, uma possibilidade de mudança perante a realidade imposta. A chave, que representaria o ponto de partida para essa transformação e o encontro entre duas realidades, está nas mãos dos próprios seres humanos. Os seres humanos podem e devem abrir as portas que os separam. Link de acesso à imagem: <https://www.vagalume.com.br/scorpions/discografia/crazy-world.html>. Acesso em 15/02/2021, às 20h17min.

desafios. Primeiramente, uma boa estratégia para que o historiador consiga realizar essa articulação entre os dois parâmetros é recorrer a outros campos do conhecimento científico, como o campo da Musicologia. O diálogo com outras áreas científicas se constitui como primordial para darmos conta da complexidade apresentada por esse tipo de fonte.

Assim, após o historiador buscar um conhecimento complementar em outros campos do conhecimento, ele pode iniciar sua observação por partes, analisando, separadamente, cada uma das estruturas (**verbal / musical**) de uma canção, para depois articulá-las entre si. Frequentemente acontece uma intersecção entre o discurso e/ou mensagem transmitida através das letras da canção, com o tipo de som emitido pela música como um todo. Enquanto as letras das canções demonstram as diversas perspectivas, narrativas e representações que os compositores e artistas exibem acerca de algum acontecimento ou período, os variados modelos de sons colaboram para uma variedade de apelos e significados que chegam ao público ouvinte.

No caso da canção utilizada como exemplo, a narrativa, imbuída de esperança no futuro, está intrinsecamente ligada ao tipo de som exibido, permeado por um forte apelo emotivo, apresentado frequentemente nas canções de vertente *rock* balada. Sendo assim, o som reforça e/ou legitima a narrativa, ocorrendo uma complementaridade entre as duas naturezas da canção – verbal e musical. Nesse sentido, os elementos verbais e musicais devem ser observados primeiro, de forma separada, para, em seguida, serem analisados conjuntamente.

Além da necessidade de uma análise voltada para o aspecto estrutural da canção, existe outra estratégia metodológica que permite ao pesquisador não selecionar as fontes de maneira arbitrária: escolher as canções a partir dos **problemas e hipóteses** surgidos ao longo da própria pesquisa. Voltemos para o exemplo anterior. Afirmamos outrora, que é fundamental buscar a origem dos artistas que compõe determinada canção. Ora, por mais que a Queda do Muro de Berlim tenha conquistado um caráter material e simbólico da união e esperança tanto durante a

Guerra Fria, como posteriormente, deve-se considerar que no caso da referida canção, tal ideia foi divulgada a partir da perspectiva de uma banda alemã. Essa observação é importante no sentido de problematizar os diferentes formas de abordagens realizados por distintos artistas sobre um tema específico ou, verificar os múltiplos tipos de representações que permeavam a própria Guerra Fria. Sendo assim, nesse caso, caberia o cruzamento de variadas canções, lançadas por bandas de países distintos, que tratassem do mesmo tema.

Portanto, relembremos os três aspectos pontuados até o momento no que diz respeito a análise das canções como fontes históricas: **1)** precisamos articular a letra (texto) com o contexto onde foi produzida, objetivando promover uma análise que se afaste de um caráter meramente ilustrativo ou descritivo de determinado contexto ou evento histórico; **2)** devemos levar em conta outros elementos que circundam o universo das canções como os aspectos estéticos (caráter polissêmico), midiáticos, etc.; **3)** é importante selecionarmos as canções a partir de problemas e hipóteses que surgem ao longo de uma pesquisa.

Além desses aspectos, existe outro ponto importante que deve ser considerado no que diz respeito às canções de rock enquanto fontes históricas. É necessário identificar os demais elementos que as circundam e que favorecem a percepção da conjuntura histórica que permeia essa canção. Para tanto, algumas perguntas norteadoras devem ser feitas a esse tipo de fonte, por exemplo: Qual o sentido social, ideológico e histórico de determinada canção? De modo a alcançarmos uma resposta satisfatória diante de tais questões, devemos estar atentos aos três quesitos elencados abaixo:

Imagem III – Tabela indicando alguns elementos de análise de uma canção e a funcionalidade referente a cada elemento.

Elementos de Análise	Funcionalidade
A gravação referente à época em que a canção foi lançada.	Uma mesma canção pode ter variadas versões (vídeo, cinema, letra impressa, fonograma, rádio, shows, etc.). Cada uma dessas versões aponta para problemas estéticos, comunicacionais e sociológicos diferentes.
O tipo de veículo pelo qual a canção foi difundida.	Localizar o tipo de veículo que tornou a canção famosa permite investigarmos o tamanho da visibilidade desses artistas, as intenções e apostas da Indústria Cultural de uma determinada época, entre outros pontos.
O mapeamento dos espaços socioculturais pelos quais a canção se realizou.	A partir desse mapeamento identificamos, por exemplo, o tipo de público ao qual a canção se destinava. Nesse sentido é levado em conta aspectos como faixa etária, classe social, etnia, etc., do público que frequentava esses espaços.

Os três quesitos elencados acima, podem colaborar, enquanto elementos de análise, no sentido de percebermos a relação entre o gosto e o consumo musical de uma determinada sociedade, com seu contexto histórico mais amplo. Segundo Marcos Napolitano,

(...) os agentes e instituições formadoras do “gosto” e das possibilidades de criação e consumo musicais formam um “contexto imediato” da vida musical de uma sociedade, cujo pesquisador deve articular ao contexto histórico mais amplo, ou seja, às grandes questões (culturais, políticas, econômicas) do período estudado (NAPOLITANO, 2002, p. 61).

Por fim, após o pesquisador ter conseguido realizar uma articulação entre os quesitos apresentados, o próximo passo é elaborar uma sistematização de procedimentos analíticos da canção. Dentre esses procedimentos podemos mencionar: a seleção do material, seguido pela observação das características gerais da canção; a articulação dos parâmetros

de análise; a verificação dos novos sentidos que as canções adquirem com o passar do tempo; e a inserção do referencial teórico para a conclusão da análise. A tabela abaixo apresenta um panorama geral em torno dessa sistematização.

Imagem IV – Tabela que apresenta a sistematização dos procedimentos de análise para as canções.

Sistematização dos Procedimentos de Análise

Seleção do material.	Articulação entre o campo ligado à música, especificamente e ao campo historiográfico; buscar o máximo de informações relacionadas na área específica da canção, sendo nesse caso, sobre rock; consultar os arquivos referentes aos acervos fonográficos e escritos no que tange às canções selecionadas para a pesquisa.
Observação das características gerais da canção.	Aplicar um método que adote uma abordagem interdisciplinar, abarcando a dupla linguagem das canções (musical e poética), bem como seu caráter informativo; observar aspectos como o arranjo, a melodia e o ritmo dessas canções.
Articulação dos padrões de análise.	Observar o tema geral de uma canção; os discursos e narrativas embutidas; o “eu poético”; a presença de figuras e gêneros literários, etc.
Aspectos contextuais da canção.	Criação; produção; circulação; recepção; apropriação.
Novos sentidos das canções.	As canções podem adquirir novos sentidos ao longo do tempo e a depender dos diferentes contextos nos quais elas vão sendo inseridas.
Referencial teórico.	Na pesquisa histórica, a teoria funciona muito mais para nos auxiliar na elaboração das perguntas do que numa antecipação de respostas. Sendo assim, seja qual for o referencial teórico escolhido, ele deverá ser o arremate da análise histórica em relação às canções selecionadas.

As informações apresentadas na tabela acima podem orientar o historiador que deseja trabalhar a canção como fonte histórica. No entanto, os aspectos elencados tanto nessa tabela, quanto ao longo do texto, se constituem apenas como sinalizações ou apontamentos iniciais para a pesquisa em torno das canções de rock. Sendo assim, ressaltamos que a discussão metodológica relacionada ao tema é mais abrangente, bem como, desafiadora para os historiadores amantes da música e das possibilidades que esta apresenta enquanto fonte de estudo.

Atividade

Observem atentamente a letra da canção *The Unknown*, da banda norte-americana *The Doors*, lançada em 1968, juntamente com o videoclipe correspondente, disponíveis no seguinte endereço eletrônico abaixo:

Letra da canção: <https://www.letras.mus.br/the-doors/11495/traducao.html>

Videoclipe: <https://www.youtube.com/watch?v=Jk-tbX7xVG4>

1. Qual o tema geral abordado pela canção?
2. A qual gênero musical a canção pertence?
3. Você conseguiria apresentar alguns aspectos de cada estrutura da canção (verbal e musical)?
4. Estabeleça uma relação entre a letra da canção e o videoclipe indicado.

Comentário sobre a atividade

O objetivo da atividade é colocarmos em prática tudo que estudamos até o momento acerca das canções de rock como fonte histórica. A intenção é analisarmos, preliminarmente, alguns aspectos estruturais da canção sugerida, buscando relacionar a referida fonte ao tema histórico abordado por ela.

Conclusão

As canções de rock enquanto fonte histórica apresentam possibilidades e desafios que precisam ser enfrentados por aqueles que decidem

compreender o passado através do som e da narrativa que elas veiculam. Os desafios são muitos, principalmente no que tange a carência de uma metodologia específica para o tratamento desse tipo de fonte. No entanto, quando conseguimos captar os diversos sentidos, os variados discursos, as possíveis incoerências e todo o universo que circunda os artistas, a indústria cultural e a própria sociedade que acolhe e/ou repudia essas canções, mergulhamos em um mar profundo de conhecimento acerca de um determinado período ou do próprio mundo em que vivemos.

Conectar história, a canções e ao rock é realmente uma incrível e prazerosa aventura. Por conta disso, indicamos alguns caminhos metodológicos para o exercício da pesquisa nessa área e esperamos ter despertado o interesse naqueles que pretendem estudar temáticas baseadas nesse tipo de fonte.

Resumo

Nesse trabalho, abordamos aspectos voltados para a compreensão do que vem a ser música popular no sentido mais amplo, bem como a noção que temos do que é uma canção. Vimos ainda como o rock se consolidou mundialmente enquanto gênero musical, inserido também na perspectiva da música popular, observando um pouco das suas origens e vertentes. Além disso, observamos como as canções de rock podem se constituir em fontes históricas. Desta feita, apontamos alguns possíveis caminhos metodológicos no intuito de elaborarmos uma análise mais ampla e de forma articulada entre os vários elementos que compõe uma canção.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas Juvenis: Punks e Darks no Espetáculo Urbano**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994. 1ª ed.

CHACON, Paulo. **O que é Rock**. São Paulo: Editora: Brasiliense, 1983. (Coleção primeiros passos).

COELHO, Frederico Oliveira. Revolução Comportamental no século XX. In: **O século Sombrio: uma história geral do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 323-345.

FRIEDLANDER, Paul. **Rock and roll**: uma história social. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. **História & Música**: história cultural da música popular. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2002.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. A Guerra Fria. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA Jorge; ZENHA, Celeste (orgs.). **O século XX**. O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras. Vol. 3, 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 195-225.

Sites consultados

Sobre a letra e tradução da canção “The Unknown Soldier”: <https://www.lettras.mus.br/the-doors/11495/traducao.html>

Videoclipe oficial da referida canção: <https://www.youtube.com/watch?v=Jk-tbX7xVG4>

Link de acesso à letra na íntegra e videoclipe da canção Wind of Change: <https://www.lettras.mus.br/scorpions/35387/>. Acesso em 15/02/2021, às 19h24min.

Link de acesso à imagem referente ao álbum Crazy World: <https://www.vagalume.com.br/scorpions/discografia/crazy-world.html>. Acesso em 15/02/2021, às 20h17min.

*Este livro foi composto em
Spectral pela Edupe.*